

**MUNICÍPIO DE POMBAL****ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE POMBAL**
Nº 0001/AM/26, de 28-02-2026

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, João Paulo Antunes dos Santos, Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral, Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro, Fábio André Moreira, Maria Adelaide Pereira Conceição, Pedro Daniel Jordão Ferraz, José Alves Grilo Gonçalves, Elisabete Gameiro João, Filipa Alexandra Ramos Portela, José Eduardo Correia de Sousa, Válder Alcides Henriques Alves dos Santos, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Fernando Rodrigues Matias, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, Manuel Gonçalves dos Santos, Rui Jorge Mendes Pinhão, Carla Mariza Marques Guerra Fernandes Pereira, Carla Alexandra Ramos Cardoso Leitão, Hugo João Sintra da Silva, Amândio dos Santos Neves, Celso Ricardo Ferreira Mendes, Fernando Manuel da Costa Neves, Humberto Margarido Lopes, Matilde dos Santos Pereira Marques, Sandra Cardoso Mendes, Alexandre Duarte Silva, Célio Martins Dias, Nelson Fernandes Matias, Ricardo João Gonçalves Simões, Carla Teresa Ferreira da Mota Longo, Eduardo Jorge Gomes Cacho, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Daniel de Brito Ferreira e Rogério da Conceição Santos, a fim de apreciar os assuntos constantes da ordem de trabalhos:

Ponto 1 - Período antes da ordem do dia:

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da Sessão ordinária de 22/12/2025;

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade;

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Ponto 2.2. Resposta municipal, integrada, à Tempestade «Kristin» e fenómenos atmosféricos subsequentes:

2.2.1. Avaliação da Resposta, Impacto e Capacidade de Resiliência;

2.2.2. Plano de Ação Municipal “Renascer e Avançar Pombal”;

2.2.3. “Pombal Protege” – Rede Comunitária de Apoio à População em Situações de Crise;

2.2.4. Concretização da resposta municipal integrada:

2.2.4.1. 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026 e GOP 2026/2030;

Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

2.2.4.2. Medidas de apoio, no domínio das taxas e tarifários municipais; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Ponto 2.3. Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2025 - Lei 08/2012 de 21/02 – Para conhecimento;



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.4. Aquisição de Serviços de Seguros - Abertura de novo procedimento: Pedido de Autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Ponto 2.5. Apresentação do Relatório de execução orçamental da PMUGest, E.M. – 3.º trimestre 2025 - Para conhecimento;

Ponto 2.6. Concessão de exploração da cafetaria e do alojamento do Explore Sicó - Proc. n.º 01/2025/UCP/CPB - Decisão de adjudicação, aprovação da minuta do contrato e nomeação do gestor de contrato – Para conhecimento;

Ponto 2.7. Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Concelho de Pombal - Pombal + Saúde | Aprovação; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Ponto 2.8. Proposta para a 1.ª Alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Ponto 2.9. Programa de Incentivo à Realização de Investimentos pelas Freguesias – União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze - 3/PROP/2026; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Ponto 2.10. Programa de Incentivo à Realização de Investimentos pelas Freguesias – Freguesia da Ilha – 2/INF/PIRIF/2026; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Ponto 2.11. Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento;

Ponto 2.12. Criação de uma Comissão de Acompanhamento dos projetos Recuperação de Pombal. Apresentação, discussão e votação da Proposta do Partido Socialista;

Ponto 2.13. Criação de uma Comissão de Inquérito à atuação do Sistema Municipal de Proteção Civil de Pombal. Apresentação, discussão e votação da Proposta do Partido Socialista.

Presidiu a esta sessão, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, tendo sido primeira-secretária Ana Maria Ferreira Pereira Duarte Cabral, e segunda-secretária, Elisabete Gameiro João.

Nesta altura informou ter recebido os seguintes pedidos de substituição:

Do Partido Social Democrata:

- De Pedro Navega Ferreira, tendo sido substituído por Maria Adelaide Pereira Conceição;
- De Catarina Pascoal da Silva, tendo sido substituída por Válder Alcides Henriques Alves dos Santos;
- De Andreia Sofia Pinheiro Marques, tendo sido substituída por Fábio André Moreira.

Do Partido Socialista:

- De Rodrigo Cordeiro Malaca Escapa, tendo sido substituído por Carla Alexandra Ramos Cardoso Leitão.

Do Pombal Independentes:



MUNICÍPIO DE POMBAL

- De Liliana Raquel Marques Oliveira, tendo sido substituída por Amândio dos Santos Neves.

Mais informou que o Presidente de Junta do Carriço informou não poder comparecer, pelo que foi representado por Matilde dos Santos Pereira Marques.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Está concluída a leitura das presenças. Temos quórum, e podemos dar início à nossa sessão da Assembleia Municipal.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas de Mesa da Assembleia, Srs. Deputados Municipais, órgãos de comunicação social, a todos aqueles que nos veem e ouvem lá em casa, aos Srs. Trabalhadores da Câmara Municipal que assessoram esta Assembleia, muito boa tarde, e os meus melhores cumprimentos.

Esta é a primeira Assembleia Municipal deste ano, que se realiza precisamente um mês após a tempestade Kristin, cujos efeitos devastadores sobre o Distrito de Leiria, e nomeadamente no nosso concelho, é meu dever assinalar.

Sabíamos que se aproximava uma tempestade, mas ninguém podia imaginar ou prever os danos que se vieram a verificar, quer em extensão, quer em gravidade, em todo o tipo de estruturas públicas e privadas, com a agravante da ausência prolongada de comunicações e de energia elétrica, com isolamento das populações afetadas nas suas habitações, empresas e bens.

Pude acompanhar o trabalho meritório da autarquia, coordenada pela Dra. Isabel Marto, Vice-presidente da Câmara, e a Vereação, em estreita colaboração com a Proteção Civil, bombeiros, forças de segurança, os inextinguíveis Srs. Presidentes de Junta, e os trabalhadores da autarquia, a que se associaram dezenas de voluntários, que numa manifestação de profunda solidariedade, foram levando o conforto e a ajuda possível aos mais afetados e isolados.

O estado de calamidade foi sendo progressivamente estendido a inúmeros concelhos, à medida que se foram constatando as terríveis consequências das sucessivas tempestades, e isto comprova que ninguém podia prever o cenário de destruição que se veio verificar, nem teríamos todos os meios necessários para resolver de imediato os danos causados, tal a complexidade das ocorrências.

O tempo é de reconstrução, recuperação e mudança de hábitos e comportamentos, para as previsíveis consequências nefastas das alterações climáticas que estamos a enfrentar, com inúmeras lições a retirar das ocorrências recentes, aqui e no todo nacional.

Esperamos que a resposta municipal integrada à tempestade Kristin e fenómenos atmosféricos subsequentes, em complementaridade com os apoios do Poder Central e fundos comunitários, possam ajudar a reconstruir o nosso concelho e o país, nas zonas afetadas, para um novo normal, mais preparado, mais resiliente e robusto para enfrentar o futuro, face às previsíveis instabilidades do clima, com fenómenos climáticos extremos cada vez mais frequentes.

Estamos ainda hoje sem saber com precisão a dimensão dos prejuízos económicos decorrentes das sucessivas tempestades que nos afetaram, e também dos danos físicos e psicológicos daí decorrentes, que urge reparar com medidas concretas e céleres de apoio no terreno, num esforço coletivo para a reconstrução e revitalização de habitações, empresas, vias de comunicação, estruturas municipais e associativas, na floresta, e também soluções alternativas, em termos energéticos, e nas redes de telecomunicações e informação.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Esperam-nos tempos difíceis, mas temos de estar confiantes que sairemos mais fortes destas adversidades, como sempre aconteceu nos momentos mais trágicos da nossa história.

Tenho dito.

Entretanto, queria dizer-vos que chegou à Mesa uma proposta de voto de pesar, que diz o seguinte:

“Os membros da Assembleia Municipal de Pombal propõem a V. Exa. que seja lido e votado o seguinte voto de pesar, bem como que se faça um minuto de silêncio em memória do falecido.

Manifestamos o nosso profundo pesar pelo falecimento de Vítor Gomes, antigo membro da Assembleia Municipal de Pombal e da Assembleia de Freguesia de Pombal, eleito pelas listas do Partido Socialista.

Vítor Gomes foi um cidadão ativo na vida política do nosso concelho e um defensor da democracia, tendo desempenhado relevantes funções autárquicas.

Neste momento de luto, a Assembleia Municipal envia as mais sentidas condolências e toda a solidariedade e força à sua família, aos seus amigos e a todos os que com ele privaram. Que encontrem conforto nas boas memórias que ele deixou, e na certeza de que o seu legado continuará a ser lembrado por todos nós.”

Eu penso que ninguém se opõe à entrada desta proposta na Mesa. E não havendo qualquer oposição, proponho à Assembleia Municipal que seja aprovada esta proposta, e façamos um minuto de silêncio em memória do Sr. Deputado Municipal, membro do Partido Socialista, Vítor Gomes.

(cumprimento de minuto de silêncio)

Ponto 1.1. Leitura, discussão e votação da ata da Sessão ordinária de 22/12/2025;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, continuou a sua intervenção, nos seguintes termos:

*“Passamos, de seguida – e peço que me dispensem desse facto, ao **Ponto n.º 1.1, Leitura, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 22 de dezembro**, que eu penso que todos os Srs. Deputados receberam em vossas casas.*

E, portanto, punha à consideração dos membros da Assembleia Municipal se alguém quer fazer algum reparo, ou alteração, à ata que vos foi fornecida nos documentos para esta Assembleia Municipal. Alguém se quer inscrever?

Penso, então, que podemos pôr esta ata à votação.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, João Coucelo, João Santos, Ana Maria Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Filipa Portela, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Maria Luzia Domingues, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sofia Gonçalves, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Eduardo Cacho, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos

Colocada a ata de 22 de dezembro a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade dos



MUNICÍPIO DE POMBAL

presentes.

Ponto 1.2. Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades legais;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“O expediente recebido é algum, e queria dar-vos conta de que, em primeiro lugar, eu tive oportunidade, no dia 29, de transmitir, tal era a dificuldade de comunicações, mas consegui contactar o Sr. Diretor da CIMRL, Paulo Batista, para lhe fazer chegar um voto de solidariedade para com a autarquia de Leiria, e todas as autarquias da CIMRL que foram afetadas pela tempestade. Fi-lo em nome da Assembleia Municipal, o que penso que todos concordarão.

Recebemos votos de solidariedade da Assembleia Municipal de Marvão, que foi enviada para várias autarquias, entre as quais a autarquia de Pombal; também um voto de solidariedade da Assembleia Municipal de Peniche, do Município de Porto Santo, da Assembleia Municipal do Funchal também, às quais foram dadas respostas, agradecimento da Assembleia Municipal por essa manifestação de solidariedade para com o Município de Pombal.

Também na correspondência há um documento subscrito por um cidadão do Concelho de Pombal, que faz um conjunto de considerações sobre tudo aquilo que aconteceu no decurso da tempestade Kristin e das sucessivas alterações climáticas, também profundas, que se vieram a verificar seguidamente, e que propõe um conjunto de medidas, nomeadamente a existência de geradores nas padarias, nos centros comerciais, nos talhos, nos cafés, documento este que tenho na minha pasta, e que poderei dar a conhecer a todos os Srs. Membros da Assembleia Municipal. São sugestões claramente interessantes e importantes, por parte deste nosso concidadão do Município de Pombal, Sr. Mário de Oliveira, residente na Urbanização Miranda do Valbom.

Foi remetida também à Sra. Deputada Municipal, que hoje não está presente, Liliana Oliveira, uma resposta dada a um pedido que tinha feito ao Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de clarificar um conjunto de situações referentes à atividade do canil municipal, que foi respondido pela Vereadora com o pelouro de proteção e bem-estar animal, e que eu tive oportunidade de referenciar à deputada Liliana Oliveira.

Também nos foi enviado um relatório da atividade da CPCJ de Pombal de 2025, recebido no dia 5 de fevereiro deste ano, e que tem uma ata da última reunião, e também um documento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, um documento extenso, que fica à disposição dos Srs. Deputados Municipais para consulta, se assim o entenderem.”

Nesta altura deu entrada na sessão o membro José Sousa.

Ponto 1.3. Intervenções na generalidade;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“E eu peço, desde já, aos Srs. Deputados Municipais que se inscrevam neste ponto da ordem de trabalhos. Quem quer intervir? Vamos só confirmar o número de deputados que pretende intervir, para depois fazermos a distribuição dos tempos.

Foram contabilizadas dez inscrições. Vamos proceder como é habitual, alternar entre os membros de cada Bancada, para não serem intervenções sucessivas da mesma Bancada.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Vou pedir, então, ao Sr. Deputado Rui Pinhão para fazer o favor de proceder à sua intervenção. Muito obrigado.

Rui Pinhão (PS):

“Boa tarde a todos. Começo por cumprimentar o Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. João Coucelo, Exmas. Sras. Membros da Mesa da Assembleia Municipal, Srs. Vereadores e Srs. Deputados Municipais, e a todos os munícipes que nos acompanham à distância – penso que aqui não estará nenhum presente, à exceção dos funcionários, obviamente. Começo esta minha intervenção com uma nota de carácter humano, que acredito ser partilhada por todos os quadrantes políticos representados nesta Assembleia, e gostaria de endereçar publicamente, em nome, neste caso, do Partido Socialista, os mais sinceros votos de continuação de um rápido e pleno restabelecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Pedro Pimpão.

E no seguimento da minha intervenção, o modo como o Sr. Presidente tem utilizado o seu tempo para autopromoção na publicação e partilha de vídeos, que mais não são do que pura campanha, neste tempo exigente após a tempestade Kristin, que se abateu sobre esta região, é denunciador da falta de foco para a resolução dos problemas reais que afetam, neste momento, os habitantes deste concelho, onde o Sr. Presidente deveria ser o primeiro garante da sua defesa, perante um Governo ausente das suas responsabilidades.

Mas, percebemos que esta forma de estar, em permanente campanha, faz parte da escola do PSD, mas que o Sr. Presidente, até como Presidente da Associação Nacional de Municípios, devia repensar esse formato, para assumir o cargo para o qual foi eleito, como Presidente do Município de Pombal.

Após a ocorrência, o Governo não teve a liderança necessária à minimização dos imensos danos pessoais e empresariais que se foram identificando, nem deu orientações claras sobre o procedimento adequado à situação.

Infelizmente, a nível local, o Executivo da Câmara Municipal de Pombal primou pela inação e falta de liderança para a ativação adequada do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Pombal, e como consequência, descoordenação na ação.

E assinalamos a desilusão que é a ausência do deputado natural do nosso concelho, tão vocal na sua luta partidária, e mudo perante os problemas reais dos habitantes do seu concelho, defendendo o indefensável, o Governo de Luís Montenegro. Na única vez que o ouvimos na rádio local, em vez de reclamar para a nossa região a rapidez e transparência nas respostas à nossa população, com medidas concretas e rapidamente exequíveis.

Nestes momentos, é necessária ação com liderança e visão, e uma união de esforços que ultrapasse orientações políticas ou de qualquer outro tipo.

O PS, desde o primeiro momento, manifestou disponibilidade para se empenhar, com todos os seus recursos, na mitigação dos problemas, em comunhão com o Executivo Municipal. Este é o momento em que os recursos têm de estar todos direcionados para um rápido restabelecimento da normalidade possível na vida dos nossos concidadãos, e não em objetivos pessoais.

Os meios de comunicação têm de estar focados numa informação simples e eficaz, e não em roteiros de marketing publicitário, tentando ocultar a ineficiência de quem tem a responsabilidade da falta de preparação dos meios de resposta a estes eventos climáticos.

Estamos num momento em que devem ser aproveitados todos os recursos humanos qualificados do concelho, independentemente da sua opção política. Todos são necessários para uma discussão pública abrangente e multidisciplinar acerca da reestruturação do concelho no pós-Kristin.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Lançamos esse desafio, Sr. Presidente, na esperança de que, de uma vez por todas, se trabalhe em soluções concretas, e não em meros paliativos, para que o nosso concelho seja, de facto, um concelho virado para as pessoas, e não apenas para alguns. Disse.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

” Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Secretários, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, funcionários do Município, público que nos acompanha através da transmissão online, a todos os meus cumprimentos.

Eu quero, naturalmente, começar, em nome da Bancada do PSD, por me associar a um voto de condolências que o Município de Pombal fez, na passada semana, pela perda do nosso antigo companheiro desta Assembleia Municipal, Vítor Gomes, que foi eleito pelo Partido Socialista durante alguns mandatos para esta Assembleia Municipal, e também, penso, para a Assembleia de Freguesia de Pombal, e que, pese embora as nossas diferenças partidárias, foi sempre um apaixonado por Pombal, alguém muito aguerrido na defesa dos interesses de Pombal, e alguém que, ao final do dia, era extremamente genuíno e extremamente humilde na forma como defendia os interesses do concelho, defendia os interesses dos Pombalenses, e transmitia também o seu ponto de vista sobre aquilo que achava que deviam ser os desígnios de Pombal.

E, portanto, pese embora as nossas diferenças partidárias, naturalmente deixar aqui uma palavra de pesar e de condolências, em primeiro lugar ao Partido Socialista, a todos aqueles que, ao longo dos anos, puderam-no acompanhar, no Partido Socialista, e, sobretudo, e mais importante, à sua família e amigos.

Posto isto, dizer que, passado um mês da tempestade Kristin, que afetou o nosso país, Pombal não foi exceção. Pombal foi, efetivamente, um dos concelhos mais afetados por esta tempestade, que marcou, e marcará, esta década no nosso país. E passado um mês, a primeira palavra é, obviamente, de consternação, solidariedade e força, em primeiro lugar para as pessoas que perderam a vida, para as pessoas que, infelizmente, faleceram em virtude desta tempestade. E no caso do Concelho de Pombal, temos um cidadão da Freguesia da Redinha, que fruto das consequências desta tempestade, perdeu a vida. E, portanto, uma palavra também de pesar para a sua família.

Depois, uma palavra para todas as pessoas, singulares e coletivas, que sofreram imensos prejuízos em virtude desta tempestade. Uma palavra de solidariedade e de muita força, muito entusiasmo, para que possam dar a volta, porque estamos certos de que os Pombalenses, mais uma vez, conseguirão dar a volta, com a ajuda de todos.

E também uma palavra para os autarcas, para os Presidentes de Junta, para o Município, porque também se perderam e se destruíram muitos equipamentos públicos, muitos equipamentos municipais. E, portanto, deixar também aqui uma palavra àqueles que são os gestores públicos, àqueles que representam a causa pública, e que agora terão de encontrar soluções para recuperar estes equipamentos.

Desde o primeiro momento, desde quarta-feira, ao final da tarde, que acompanhei de perto tudo aquilo que foram as operações, a partir daqui, do Município. Durante cerca de uma semana, de forma ininterrupta, estive aqui a acompanhar a Sra. Vice-presidente, Isabel Marto, e todo o Executivo, bem como todos os funcionários da Câmara, da PMU, os funcionários dos gabinetes de apoio ao Município.

E, portanto, não tenho, de maneira nenhuma, de dar explicações ao Partido Socialista, muito menos ao Sr. Deputado Rui Pinhão, porque certamente também não terão votado em mim, e, portanto, não tenho de lhe prestar absolutamente contas nenhuma. Mas, se não me viram, foi



MUNICÍPIO DE POMBAL

porque, efetivamente, V. Exas. não apareceram. E eu não precisei que ninguém me convocasse para vir ajudar. A Câmara, felizmente, não voou, estava no mesmo sítio, eu cheguei ali em baixo, subi as escadas, cheguei aqui, e procurei ser útil naquilo que eu melhor sabia, e naquilo que eu melhor pude colaborar, para procurar ajudar aqueles que estavam a desafiar algo nunca antes visto no nosso concelho.

E, portanto, estou perfeitamente de consciência tranquila, não andei nas redes sociais, achei que era o momento de estar com as pessoas, estar no terreno, de ajudar aqueles que efetivamente estavam a procurar resolver os problemas, e não daqueles que estavam em casa, certamente a pensar como é que podiam encontrar defeitos, como é que podiam encontrar críticas, e como é que podiam vir aqui fazer um aproveitamento político vergonhoso, mas que é muito característico deste Partido Socialista. E ficou aqui tão bem notado, por esta intervenção do Sr. Deputado Rui Pinhão, que diz muito mais de si e deste Partido Socialista, do que diz daquilo que vivemos e dos Pombalenses. Mas, ainda bem que o disse, ainda bem que o disse para esta câmara, porque assim, quem não o conhecia, felizmente fica a conhecê-lo.

Posto isto, dizer que fiz esse acompanhamento, e deixar uma palavra de reconhecimento, em primeiro lugar, à Sra. Vice-presidente, Isabel Marto, que foi uma pessoa extremamente responsável, extremamente empenhada, extremamente motivada, extremamente comprometida com a missão, de manhã à noite, a dormir poucas horas, mas sempre comprometida com aquilo que era a procura de soluções para minimizar os estragos e o impacto dessa tempestade.

Uma palavra também para todo o Executivo, para os membros dos gabinetes de apoio ao Executivo, e também uma palavra de reconhecimento aos funcionários do Município de Pombal, que foram brutais, fantásticos. Na primeira semana, em que eu acompanhei mais de perto, e também nas semanas seguintes, muitos deles também dormiram muito pouco, estiveram muito empenhados em encontrar soluções, fosse na resposta imediata aos problemas mais imediatos – desobstrução de vias, um pouco por todo o concelho – fosse na reposição da energia elétrica, fosse na reposição da água, fosse na parte do apoio social e do apoio àqueles que mais precisavam. E esta palavra de reconhecimento aos funcionários do Município e aos funcionários da PMU é mais do que justa e merecida.

E, depois, permitam-me que deixe aqui uma palavra e uma profunda vénia aos nossos autarcas de freguesia, aos nossos Presidentes de Junta. Neste contexto, vocês foram claramente os nossos heróis. Quando se fala, no país, em Proteção Civil, a Proteção Civil está, em primeiro lugar, alicerçada nas nossas Juntas de Freguesia, no poder político de proximidade. E este contexto, esta circunstância, este cenário mostrou que, no caso de Pombal, nós estamos muito bem representados, nós temos os melhores Presidentes de Junta que poderíamos ter, porque desde o primeiro briefing, na quarta-feira, aqui, à noite, em que chegaram aqui completamente em choque, ainda, com aquilo que estava a acontecer no Concelho de Pombal, desde esse momento, e nos dias seguintes, nós percebemos o vosso empenho, o vosso empenho imediato em desobstruir vias. Muitos de vocês, como diziam na brincadeira, tiraram cursos de motosserristas, porque naqueles dias, o que fizeram foi cortar árvores para permitir que a circulação fosse restabelecida nas nossas vias municipais.

E, portanto, desde aí até então, o vosso trabalho tem sido incalculável. Não há forma de vos compensar, não há forma de vos agradecer, não há forma de vos pagar por tudo aquilo que vocês têm feito em prol das vossas e das nossas populações, em prol das vossas freguesias, em prol do Concelho de Pombal.

E, portanto, este reconhecimento é mais do que justo e merecido, até porque temos muitos Presidentes de Junta que o são pela primeira vez, e logo a entrar neste mandato, tiveram logo



MUNICÍPIO DE POMBAL

este grande desafio, e mostraram estar mais do que à altura destes desafios, porque mostraram que, efetivamente, estão muito comprometidos com a causa pública. E esta palavra é mais do que um reconhecimento, é algo que eu sinto profundamente, e queria deixar-vos esta nota hoje aqui, publicamente.

E, depois, também uma palavra, naturalmente, para todos os voluntários que se associaram, nas semanas seguintes, nos dias seguintes, para procurar minimizar as consequências desta tempestade, bem como a todos os beneméritos, que foram imensos por todo o país, algumas autarquias – Município de Oeiras, Junta de Carcavelos – algumas empresas – de Braga, de Gondomar – que vieram para o nosso território procurar ajudar, e também empresas aqui do nosso concelho.

Dar-vos aqui um exemplo concreto, que o Sr. Presidente da Junta das Meirinhas pode confirmar: na quinta-feira, no dia a seguir à tempestade, às oito da manhã, estávamos na Adelino Duarte da Mota, nas Meirinhas, uma empresa grande, mas tinha ficado sem energia, e passava por uma situação muito complicada. E essa empresa disse-nos logo, desde a primeira hora, que a partir do momento em que conseguisse resolver o problema de energia, que estava disponível, também ela, para fornecer energia a mais de cem casas da Freguesia de Meirinhas. E isso aconteceu. A partir do momento em que conseguiu ter energia, essa empresa começou a fornecer, também ela, energia para mais de cem casas da Freguesia de Meirinhas. E isto é absolutamente notável, porque demonstra que em casos de urgência, em casos de emergência, como este que nós vivemos, as nossas gentes, as nossas empresas, as nossas pessoas, são muito solidárias.

E realçar também aqui algo que aconteceu desde a primeira hora, ao contrário daquilo que foi dito pelo Partido Socialista, a disponibilidade do nosso Governo. A verdade é que, na quarta-feira, no primeiro briefing que nós tivemos aqui, tive a oportunidade, eu mesmo, de transmitir ao Sr. Primeiro-Ministro aquilo que se passava em Pombal, porque a verdade é que nós sabemos que nas notícias, nas poucas notícias que ainda iam surgindo, colocava-se muito o foco em Leiria – que efetivamente foi, sem sombra de dúvidas, um Município devastado, tal como a Marinha Grande – mas, falava-se ainda pouco de Pombal. E eu tive a oportunidade de transmitir o cenário que nós vivíamos, o desespero dos nossos Presidentes de Junta, ao Sr. Primeiro-Ministro. E a verdade é que, desde então, nós tivemos no Concelho de Pombal várias presenças de membros do Governo, algo nunca antes visto, na nossa história recente – aliás, nunca antes visto na história de Pombal. Posso-vos a elencar: Primeiro-Ministro, Ministro da Economia, Ministro da Presidência, Ministra da Saúde, Ministra da Cultura, Ministra da Agricultura, Secretário de Estado do Desporto, Secretário de Estado da Energia, Secretário de Estado da Administração Local, Secretário de Estado da Proteção Civil, Secretário de Estado das Florestas, Secretário de Estado da Cultura, um Comissário Europeu, cinco Deputados e um Eurodeputado. Isto é algo nunca antes visto.

Claro que os críticos do costume vão dizer que não vieram cá fazer nada, que não vieram resolver os problemas, e, portanto, não vieram cá fazer nada. Mas, esses são os mesmos que criticam, caso eles não viessem, diziam que eles não tinham vindo. E, portanto, estamos a antecipar já a crítica, e estamos muito bem com essa crítica, porque, efetivamente, houve esta disponibilidade e esta presença no terreno, por parte do Governo, e isto tem de ser dito, e isto tem de ser aqui reconhecido.

Agora, e para terminar, e considerando que os próximos pontos são para falar do futuro, há aqui alguns desafios para futuro.

Em primeiro lugar, agilizar estes processos de indemnização aos cidadãos que foram afetados. E aqui, faço um apelo aos técnicos do Município, e aos técnicos externos, para que não



MUNICÍPIO DE POMBAL

compliquem aquilo que é simples. O espírito do Legislador foi procurar que os apoios cheguem o mais rápido possível às populações. Portanto, eu peço-vos que não compliquem aquilo que é simples, procurem agilizar ao máximo estes processos de indemnização, para que todos aqueles que sofreram danos possam receber estes apoios, de 5.000€, ou de até 10.000€, e para que possam, em certa medida, procurar ser compensados pelo prejuízo que tiveram.

E, depois, também há aqui um desafio, que tem que ver com a recuperação de equipamentos públicos. E aqui, são opções que o Município vai ter de fazer para futuro, e aí, temos de ser sérios, todos, em todos os Partidos, temos de ser sérios a fazer essas opções, porque, efetivamente, há investimentos que, possivelmente, vão ter de ser repensados, a favor de outros que agora passam a ser urgentes e necessários.

E há aqui também um desafio de aprendizagem, procurar perceber como é que podemos reforçar ainda mais os meios e as estruturas, para que, de futuro, em situações similares – que nós esperamos que não aconteçam, mas que é muito provável que venham a acontecer – possamos estar mais bem preparados.

E a palavra final é de esperança, porque, efetivamente, aquilo que não nos mata, deixa-nos mais fortes, e eu não tenho dúvida nenhuma de que, depois disto, Pombal sairá mais forte.

Muito obrigado.”

Hugo Silva (Pombal Independentes):

“Ora, muito boa noite a todos.

Nesta primeira Assembleia Municipal após um conjunto de dias muito difíceis, do ponto de vista meteorológico, quero começar por apresentar as minhas condolências às famílias das vítimas e a todas as pessoas que, de alguma forma, sofreram com esta situação.

Foram dias complicados, que exigiram respostas rápidas, decisões muitas vezes tomadas em cima do momento, nem sempre com a ponderação desejável. Ainda assim, daquilo que vi e acompanhei, quero deixar um agradecimento a todos os Presidentes das Juntas e à Vice-presidente. Mesmo quando algumas decisões não foram as mais acertadas, estiveram no terreno, assumiram as responsabilidades e tomaram decisões.

O mesmo já não se pode dizer de quem não conhece o território, e ignora que em zonas de depressões geográficas e com precipitação elevada, existe sempre risco de inundações. Se o que foi noticiado na comunicação social for verdade, essa pessoa devia retratar-se publicamente.

Também houve entidades cuja atuação ficou aquém do esperado. Em 2018, aquando da tempestade Leslie, a E-Redes conseguiu disponibilizar geradores nos postos de transformação, cinco dias após a ocorrência, e até colocou uma unidade móvel transformadora no Louriçal, para abastecer todo o concelho a oeste. Desta vez, a resposta foi claramente tardia. A verdade é que em alguns locais a destruição foi muito grande, a reposição da rede levará tempo. Então, ficou-se cerca de dez dias sem respostas, devido à falta de preparação ou, pior ainda, desconhecimento da realidade do terreno por parte de quem decide a partir dos gabinetes.

Mas, o mais grave foi ainda a atuação das empresas de comunicação. A resposta no terreno foi lenta, insuficiente e mal coordenada. Os centros de decisões, como a cidade de Pombal, não foram devidamente equipados com meios básicos, nomeadamente com antenas móveis que permitissem assegurar comunicações mínimas com o exterior. Esta falha comprometeu seriamente o trabalho das entidades no terreno, o que agravou a situação que já era crítica.

Passado todo este tempo, há ainda quem não consiga trabalhar, a ausência de sinal impede, por exemplo, o funcionamento de terminais móveis de multibanco, o que significa vendas perdidas, pequenas empresas que dependem de software de ativação online continuam a enfrentar grandes



MUNICÍPIO DE POMBAL

dificuldades para produzir e prestar serviços. Estes não são problemas secundários; têm impacto direto na economia local e na subsistência de muitas famílias.

A tudo isto soma-se o silêncio prolongado e a total ausência de respostas claras por parte das operadoras, uma atitude inaceitável e profundamente irresponsável, que merece o nosso firme repúdio, tal como foi bem sublinhado pela Vice-presidente, na última reunião do Executivo.

Ultrapassada esta fase, a mais crítica, é agora tempo de cuidar. Existem muitos edifícios a reconstruir, infraestruturas danificadas, vias de comunicação e sinalizações verticais a recuperar. Há decisões importantes a tomar, e que iremos discutir ao longo desta Assembleia.

E é tudo.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores, Presidentes de Junta, restantes elementos da Assembleia Municipal, e população de Pombal que nos ouve ou vai vendo.

Em primeiro lugar, o PS gostaria de apresentar as condolências às famílias das vítimas da calamidade, e enviar um grande abraço, mas um forte abraço, às nossas populações afetadas pela calamidade, porque esses foram os grandes heróis, e continuarão a ser os grandes heróis destes tempos que vivemos.

Para além disso, gostaria também de ler um pequeno texto. E hoje não vou improvisar. Num tempo em que se improvisou muito, eu hoje vou ler um texto escrito. E, por isso, peço licença ao Sr. Presidente da Mesa para poder sentar, e lê-lo sentado.

Aproveito a Kristin para falar sobre três rajadas de vento democrático que abalaram o nosso Concelho de Pombal.

A primeira diz respeito ao abandono político a que Pombal foi submetido nos primeiros dias da calamidade, onde o Estado e os seus representantes não foram percecionados pelas nossas populações. Isto afetou a credibilidade e a confiança das nossas populações nas suas instituições democráticas.

Quando se esperava que o Estado(...) Sr. Presidente, relativamente ao deputado João Pimpão, há uma larga distância em termos de experiência de vida, mas também há uma larga distância em termos de educação.

Diria eu, quando se esperava que o Estado garantisse a proteção e a segurança das pessoas e bens, aconteceu o abandono político. Nunca mais me vou esquecer do rosto angustiado e aflito da nossa Vice-presidente, Dra. Isabel Marto, quando, numa entrevista a uma televisão nacional, se queixava de que não apareceu nenhuma autoridade em Pombal, salvo um subdiretor distrital da Proteção Civil. Segundo ela, Pombal esteve três dias abandonado.

Para nós, Partido Socialista, foi uma surpresa, assim como para as nossas gentes. Todos nos lembramos do corrupio de governantes no Concelho de Pombal, nos meses que antecederam as últimas eleições autárquicas, colocando as primeiras pedras em futuros equipamentos municipais. Agora, quando se exigia colocar pedras para tapar os muitos buracos do concelho, não tinham agenda.

O abandono tem destas contradições, as nossas gentes já fizeram a sua avaliação política, e deram o voto, com maioria absoluta, ao novo Partido dos Abandonados.

O Partido Socialista faz votos para que, daqui a um ano, estes mesmos cidadãos não venham mudar democraticamente para o recém-criado Partido do “Estamos à Espera”.

A segunda rajada destapou e pôs a nu a impreparação do nosso concelho para prevenir, gerir e reagir às situações de calamidade. Quando Pombal ficou cego, surdo e mudo, não apareceu, nem o Marquês de Pombal, nem uma Marquesa de Alorna, que fosse imagem que desse confiança e



MUNICÍPIO DE POMBAL

esperança às nossas populações, aquando das suas súplicas, na procura do seu anjo da guarda, Nossa Senhora, ou qualquer dia.

Não foi visível um patrão político, com um comando centralizado e coordenador das respostas, no cumprimento de um plano previamente elaborado, em função dos muitos avisos meteorológicos. Mesmo a função de propaganda, muito eficaz para disfarçar a não concretização das promessas eleitorais, andou descoordenada e não foi capaz de criar canais alternativos que dessem informação atempadas às nossas gentes.

A última rajada de vento destapou os telhados, pondo a nu a nossa pobreza habitacional, em casas sem o mínimo de segurança, caminhos rurais mal desenhados, infraestruturas viárias sem manutenção continuada. Ficou evidente o abandono a que o nosso mundo rural e comunidades florestais têm sido votados nas últimas décadas.

Afinal, contrariamente ao que nos tentam convencer, o nosso concelho continua pobre. A única riqueza que foi evidente tem a ver com as nossas gentes, pessoas fortes, rijas e resistentes ao sacrifício. Estão nelas a nossa esperança para reparar Pombal.”

Fernando Neves (Presidente J.F. Albergaria dos Doze, PPD/PSD):

“Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. Secretárias da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Deputados Municipais, caras e caros munícipes que nos veem e ouvem:

Pretendo transmitir aqui hoje um testemunho real, vivido na Freguesia de Albergaria dos Doze, na manhã e nos dias seguintes à calamidade.

Não venho aqui discutir questões políticas, por uma questão muito simples: a calamidade afetou-nos a todos por igual, independentemente da nossa cor partidária.

Deitámo-nos, no dia 27 de janeiro, sabendo que uma tempestade de nome Kristin se aproximava da costa portuguesa, com entrada prevista talvez entre Figueira da Foz e Aveiro, e com efeitos graves. Durante a noite, apercebemo-nos de que, afinal, estava bem mais próxima de nós, e pela forma como soprava o vento, os seus efeitos só poderiam ser gravíssimos.

Logo que o vento amainou, e ainda de noite, saí de casa para verificar in loco os estragos provocados na freguesia.

O primeiro obstáculo que tive de enfrentar foram os cabos elétricos e a rede telefónica derrubados e pendurados sobre a via pública. Era enorme a quantidade de árvores e de postes elétricos partidos, derrubados, a impedir a circulação.

À medida que o dia ia clareando, a paisagem que me era dada a observar era simplesmente desoladora: casas destelhadas, muros derrubados, vedações destruídas, chapas metálicas espalhadas por todo o lado, e pessoas a gritar, ao perceberem aquilo que lhes tinha acontecido.

Já com o dia bem claro, e contrastando com a escuridão cada vez maior do meu coração, passei na Rua da Quilate, e o que vi, nunca mais vou esquecer, um edifício onde a cobertura simplesmente tinha voado na totalidade, deixando a descoberto a placa que não conseguiria evitar a água a penetrar no seu interior e a danificar toda a maquinaria.

Tentei visitar todos os lugares da freguesia, mas a circulação não era possível. Não havia luz, a água não corria nas torneiras, e as comunicações eram inexistentes. Era este o cenário na manhã do dia 28 de janeiro.

E, que fazer? Como atuar? Como pedir auxílio?

Nessa tarde, já com algumas vias parcialmente desimpedidas, constatei que a empresa ICERCAL tinha ficado sem grande parte da sua cobertura do telhado, e que estavam parcialmente destruídos os pilares de sustentação. Embora com menor dimensão, a R Resinas e a Tecnosece



MUNICÍPIO DE POMBAL

tinham sido afetadas em grande parte da sua cobertura. Verificavam-se outros estragos em outras empresas, mas de menor dimensão.

No Parque de Aventura e Lazer, a maioria das árvores estavam derrubadas, e o circuito de arborismo totalmente destruído, bem como muitas infraestruturas. No Parque Desportivo de Vale das Éguas, uma parte do muro de vedação estava derrubado, os respetivos painéis metálicos tinham voado, parte da bancada de imprensa tinha caído, e o telhado dos anexos aos balneários, onde se situa a baixada elétrica e a cozinha / refeitório, tinha voado, assim como caído uma parte da estrutura. O campo de padel, a sua estrutura estava tombada e torcida.

O cemitério da freguesia estava num estado caótico, e a maioria das campas tombadas, partidas, e a capela do cemitério quase toda destelhada.

O centro escolar ficou com o telhado parcialmente destruído, e o externato ficou sem uma parte significativa do seu telhado, e com a sua entrada principal impedida, devido à queda de uma árvore de grande porte.

No Centro Social de S. Pedro, a estrutura do parque de viaturas cedeu, a lona desapareceu, e três viaturas da instituição, ali estacionadas, foram fortemente danificadas.

A chuva intensa e copiosa dos dias seguintes provocou desabamento de barreiras, queda de árvores, abriu crateras e isolou pessoas e lugares.

Cada dia que passava, o cenário mostrava-se mais dantesco. As pessoas desesperavam por soluções, e a capacidade revelada pela freguesia para responder às necessidades e anseios dos fregueses estava muito longe de ser a mais adequada e a mais desejada. Era humanamente possível.

Como facilmente se compreende, o sentimento era de desespero, a sensação de incapacidade e de impotência crescendo à medida que o tempo passava, a frustração perante este cenário horripilante.

Para além de todos estes prejuízos económicos e financeiros, começavam a surgir cada vez mais problemas de origem psicológica.

Conclusão: a mãe natureza é mais forte e mais impiedosa do que imaginamos, e revelou-nos a nossa incapacidade e a nossa impreparação, de todos nós, para fenómenos deste tipo. Entendo, contudo, que não é aceitável tanta demora na reposição da energia elétrica, e a dificuldade que foi normalizar o abastecimento de água às populações e, sobretudo, a incapacidade revelada para repor as comunicações, sobretudo por parte da operadora MEO.

Hoje, volvidos trinta e um dias sobre a tempestade, os clientes da MEO em Albergaria dos Doze continuam sem televisão, sem internet, e para terem rede móvel, têm de procurar locais estratégicos. É caso para afirmar, isto é gozar com quem paga.

Obrigado.”

Célio Dias (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Começo por dizer que não foi nenhum de nós que carregou no botão para que tudo isto acontecesse, e até parece.

No primeiro e segundo dia, tivemos o impacto. No terceiro e no quarto, houve uma verificação de todos, de todas as pessoas. No quinto e sexto dia, começaram com a aquisição de materiais. No sétimo e oitavo dia, as pessoas começaram a reconstruir. No nono e décimo dia, começou o stress, a ansiedade, e a impaciência, no fundo. No décimo primeiro e no décimo segundo, algumas coisas começaram a normalizar. No décimo terceiro dia e no décimo quarto, começou uma crítica atroz, e, às vezes, até de pessoas de que nós não esperamos. No décimo quinto e no décimo sexto, os furtos de geradores, dos combustíveis que estavam nos geradores, e tudo o que



MUNICÍPIO DE POMBAL

pudesse estar à mão. No décimo sétimo e décimo oitavo dia, a possibilidade de alterações na ordem pública. E no décimo nono e no vigésimo, o impacto social.

E nós estamos todos aqui para a resolução do impacto social. É essa a grande questão, e é esse, firmemente, o propósito pelo qual nós todos estamos aqui, resolver o impacto social de tudo isto.

Porque eu não venho falar do Louriçal; venho falar de todas as Juntas de Freguesia. E cada Junta de Freguesia tem as suas características próprias. É a zona geográfica, tem um aspeto cultural próprio, e cada Junta de Freguesia tem os seus recursos, humanos ou materiais. A sua capacidade de resposta será mediante isso.

Porque perante um cenário de extrema adversidade climática, com ocorrências múltiplas – queda de árvores, danos estruturais – os nossos bombeiros foram o pilar da segurança das populações, atuando com um espírito de sacrifício que honra os bombeiros de Portugal.

Os nossos funcionários das Juntas de Freguesia, com o mesmo espírito de missão e o mesmo espírito de sacrifício.

Uma palavra de apreço muito forte para a mentora – para a mentora – Vice-presidente, Isabel Marto. Todos nós temos uma forma de liderar, e muitas vezes o ouvir, o ser low profile, do fundo do coração, Isabel Marto, Sra. Vereadora, esteve muito bem. Conseguiu dar respostas à área social, à saúde, à água, ao ambiente, à segurança. E a questão da justiça, estamos todos aqui para a fazer – todos.

E deixem-se, por favor, destas provocações, que não nos levam a nada. Estamos aqui para trabalhar.

A prevenção – e aqui, falo um pouco do Louriçal – tendo nós ali um bocadinho de sorte, porque temos a 4.ª Companhia dos Bombeiros do Louriçal, reunimos, e no primeiro dia tínhamos vinte bombeiros a trabalhar.

Vou terminar, com os agradecimentos, efetivamente, aos bombeiros, ao Município de Pombal, pela forma como foi liderando os processos, todos os dias, com os briefings aqui. Abranjo também todos os funcionários, a Guarda Nacional Republicana – que já hoje, numa entrevista, falei neles, que estiveram sempre ao nosso lado. Numa estrada, os bombeiros e os funcionários da Junta cortavam com as motosserras; do outro lado da estrada, ouviam-se motosserras, não sabíamos quem era. Quando nos aproximámos, e havia visibilidade, porque a vegetação e as árvores caídas impediam esse facto, encontrámos a Guarda Nacional Republicana de motosserra na mão, a cortar os pinheiros.

Às Forças Armadas Portuguesas, que chegaram tarde, e aqui, nós temos de repensar. Foram as Forças Armadas Portuguesas que nos deram a liberdade, o dia 25 de abril. São essas Forças Armadas Portuguesas que estão equipadas, não só com armas, mas com a própria motivação, com a disciplina, com hierarquia e o saber estar, e, acima de tudo, com a liderança.

Ao Exército, à Armada, à Força Aérea, aos inúmeros voluntários que se apresentaram em Louriçal. E aqui, tenho de falar na Outside Works, voluntários de uma firma de Gondomar que fizeram intervenções em cinquenta e duas casas, onde chovia em cima das camas. E vou ter de o dizer aqui, porque alguém está a ouvir isto, para os oportunistas – e desculpem-me o termo – até vigaristas, que se aproveitaram dessas pessoas para reparar reparações de há três e quatro anos. E para aqueles que hoje se aproveitam para ir buscar telhas, para ir buscar material, pessoas que não necessitam, e estão a fazer isto, é lamentável.

Eu termino, mais uma vez, com uma palavra muito solidária para a Sra. Mentora, Vereadora Isabel Marto, porque foi, efetivamente, a sua calma, o seu saber ouvir – porque é extremamente importante, nestes momentos difíceis, saber ouvir. E eu já estive em teatros de operações muito piores que estes, onde envolvia armas, e eu sei do que estou a falar. Parabéns, Isabel Marto.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nelson Matias (Presidente J.F. Mata Mourisca, PPD/PSD):

“Boa tarde a todos. Cumprimentar todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia.

O que pretendo fazer aqui hoje, mais uma vez, é demonstrar o meu testemunho, e tentar mostrar outra visão daquilo que tem sido, ou do que tem acontecido desde o dia 28 até ao dia de hoje.

A tempestade Kristin deixou marcas profundas na Freguesia de Mata Mourisca. Desde o primeiro momento, a prioridade foi restabelecer o acesso rodoviário às dezassete localidades da freguesia, garantindo que nenhuma pessoa ficasse isolada, e permitindo a circulação de veículos de emergência.

Não havia comunicações nenhuma, fizemos centenas de quilómetros de um lado para o outro, para coordenar todas as equipas no terreno. O tempo não deu tréguas durante três semanas, muito vento, muita chuva, mas todos continuaram a trabalhar e a lutar para voltarmos à normalidade.

Muitos de nós deixaram os seus próprios bens para ajudar os outros. Os dias foram longos, começavam de madrugada e terminavam de madrugada, nos briefings diários, onde avaliávamos o dia, planeávamos o amanhã e partilhávamos as nossas mágoas e dores, mas também nos confortávamos uns aos outros para ganhar força. As poucas horas de sono serviram para pensar nos problemas por resolver e nas soluções a encontrar.

Só no dia 18 de fevereiro restabelecemos a energia elétrica em toda a Freguesia de Mata Mourisca, três semanas depois do temporal. Desde o primeiro dia, nunca parámos. As equipas da Junta e da Câmara, apoiadas por dezenas de operacionais de todo o país, limpavam diariamente a rede viária e os caminhos florestais. Passaram pela freguesia mais de duzentos operacionais, força especial de Proteção Civil, bombeiros, sapadores florestais, com tratores, retroescavadoras e camiões-gruas.

Muitos habitantes sofreram danos graves nas habitações. Apoiámos idosos sem familiares ou capacidade física para recuperar sozinhos. Várias empresas locais ficaram danificadas e paralisadas, sem energia, com graves prejuízos económicos.

Destaco dois equipamentos emblemáticos: a Associação da União Desportiva, Recreativa e Cultural Matamourisqueense, com danos graves, estimados em 80.000€ a 100.000€, e o Parque de Lazer de Vale da Sobreira, onde os estragos são tão extensos que ainda não sabemos se a piscina pública abre no próximo verão.

As comunicações móveis continuam degradadas, e a falta de fibra ótica penaliza empresas, teletrabalho e acesso à televisão.

Apesar da normalidade aparente, a recuperação está longe do fim. Faltam caminhos por abrir, terrenos por limpar, e preocupa-nos a madeira acumulada junto às estradas e em propriedades privadas. É urgente removê-la para evitar incêndios no próximo verão.

Agradeço ao Executivo da Câmara Municipal de Pombal, que esteve ao meu lado desde o primeiro dia, aos técnicos municipais, funcionários da Junta, voluntários, operacionais, técnicos da E-Redes e profissionais que trabalharam de dia e de noite, muitas vezes arriscando a vida, para repor serviços mínimos.

Alguns podem dizer que houve falhas aqui e ali, que certas coisas podiam ter sido feitas de forma diferente, e acredito que sim. Mas, há uma coisa que eu, Nelson Fernandes Matias, Presidente da Junta de Mata Mourisca, nunca admitirei: que se aponte o dedo a qualquer das pessoas que responderam a esta catástrofe. Só elas sabem a tristeza, a angústia e a impotência que esta tempestade nos deixou. Alguns choraram, outros revoltaram-se, outros calaram-se, mas todos resistimos e fizemos o que estava ao nosso alcance.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por isso, depois de tudo o que vivemos, continuo a acreditar que melhores dias virão. Acredito que saberemos aproveitar essa experiência para tornar o Concelho de Pombal mais resiliente, mais preparado e mais atento aos desafios futuros, porque é a nossa obrigação, e porque sabemos que estas situações voltarão a acontecer.

Muito obrigado.”

Fernando Matias (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, permita-me que na sua pessoa cumprimente a Mesa da Assembleia, o Executivo, os meus colegas deputados municipais, a imprensa presente, e aqueles que nos seguem lá em casa, nas redes sociais.

Podia vir-vos falar da Ingrid, do Joseph, da Kristin, do Leonardo e da Marta, mas pretendo partilhar convosco gestos de solidariedade e respostas a essa calamidade.

No âmbito do socorro, para além das respostas de proximidade das freguesias e do Município, o Serviço de Urgência do Hospital de Pombal teve, e tem instalada uma autonomia energética constante, que deu resposta a doentes com necessidades ventilatórias permanentes, na atividade excecional que tivemos nessa época.

Aqui deixo uma interrogação, não sei porque é que este grupo gerador energético não é extensível ao Centro de Saúde, que fica mesmo ao lado, e pertence à mesma unidade.

Houve um reforço sanitário desde o dia 28, em que foi instalado no quartel dos bombeiros um grupo sanitário com dez ambulâncias e os respetivos recursos humanos. E tivemos o apoio de bombeiros de todo o país, da Força Especial de Proteção Civil, das Forças Armadas. Os nossos recursos humanos e os nossos bombeiros foram inexcedíveis. Foram servidos cem a duzentos e cinquenta pratos de refeições nos bombeiros, onde estiveram voluntários, empresas, restaurantes. Fomos uma comunidade, no meu entender, unida, solidária e generosa, desde o primeiro instante, na resposta a esta catástrofe, e queria aqui partilhar o orgulho que tenho nela.

Obrigado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Sr. Presidente. Permita-me que, na sua pessoa, cumprimente todos os presentes.

E começo pela última palavra que o Fernando disse, orgulho. Orgulho é a palavra que eu melhor encontrei aqui para descrever este pesadelo que todos nós começámos aqui, no dia 28, mas para dizer isso mesmo: quem está desde o início – e estamos aqui muitos que estivemos desde a primeira hora, com um grau de comportamento que as pessoas que nos estão a ouvir, que estão lá em casa, sabem que podem confiar em nós. Disso eu não tenho a mínima dúvida. Muitos de nós já vivemos outras tempestades, incêndios, apagões, e o que fizemos – e eu passo a descrever aqui só um bocadinho – aqui no nosso concelho – e consigo comparar com o Concelho de Leiria e com o Concelho da Marinha Grande porque, por motivos profissionais, também tive de atuar, principalmente naqueles dois concelhos – darmos essas pequenas notas para percebermos o grau de preparação, que muitos de nós não nos apercebemos, mas que naqueles dias, mesmo no meio do choro, e no meio do desespero, que muitos de nós estamos a ter.

Dou um exemplo: as nossas freguesias, com as Unidades Locais de Proteção Civil, conseguiram dar uma resposta imediata a situações que, se calhar, há uns anos, não eram possíveis, por termos vivido – e eu falo em Almagreira – em 2005, incêndios, e a partir daí constituímos estas equipas, que foram fundamentais para nos ajudar também nesta situação.

Outro exemplo, noutra área que parece não ter nada a ver, a ação social: temos nas Juntas de Freguesia gabinetes de ação social com técnicos que, desde a primeira hora, estiveram no terreno, ao lado das pessoas, ao lado do Município, para ajudar.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Outro exemplo, maquinaria. Nós, as Juntas de Freguesia, com as nossas máquinas, com os nossos homens, conseguimos, em articulação com o Município, dar uma resposta imediata, desde a primeira hora. Estávamos preparados, sabíamos que ia acontecer – não sabíamos a imensidão do que ia acontecer, mas sabíamos que ia acontecer.

Portanto, esta articulação, tenho de aqui a louvar, e na pessoa também da Sra. Vice-presidente, esta articulação que houve entre freguesias e Município, tenho de lhe agradecer, na sua pessoa, esse grau de confiança que nos deu a nós. Eu senti completamente igual nesta sala, em todos os briefings, a forma como nos tratou, como freguesia, e também lhe agradeço esse grau de confiança, porque é isso mesmo que nós também esperamos do Município.

Por outro lado, os técnicos do Município. E aqui, quero dar uma nota, do fornecimento de água, por exemplo. Eu tive oportunidade de levar um colega de trabalho ao centro logístico da água, que é, no fundo, o parque de máquinas da Câmara, e quem quiser, eu tenho as fotografias de todas aquelas tabelas em papel, de todos os esquemas que foram feitos desde a primeira hora, como é que se conseguiu organizar o fornecimento dos tanques, dos reservatórios. O Célio esteve numa guerra, e, exatamente, estavam lá militares. Eu digo-lhe com orgulho Pombalense, consegui levar uma pessoa de outro concelho e dizer: “É assim que se trabalha aqui, em Pombal”, com rádios, com o sistema que conseguimos todos implementar, desde a primeira hora. E a água era fundamental, todos nós sabíamos, é a tal estratégia que muitos aqui, se calhar por não terem estado, não perceberam, mas havia estratégia, houve estratégia, e continua a haver estratégia, e a água era estratégica mesmo.

Depois, como é óbvio, disponibilizámo-nos – e até fomos criticados, eu, como Presidente de Junta, por nos estarmos a colocar ao dispor de empresas privadas. Imagine-se, um Presidente de Junta a andar às três da manhã, com uma filha no carro, a tirar fotografias de PT's, a mandar a geolocalização, para sabermos se aquele PT tinha, ou não, energia. Fi-lo e voltaria a fazê-lo, quantas vezes forem precisas, nesta ou noutra função, ou em nenhuma função, como cidadão apenas.

Starlink nas Juntas de Freguesia, um exemplo. Perguntem aos outros Municípios aqui ao lado. Ou seja, foi, desde a primeira hora, um problema identificado, sabíamos que tínhamos de ter comunicações nas freguesias, e tivemos essa oportunidade, conseguimos restabelecer as comunicações, pelo menos na sede da Junta de Freguesia. E mais à frente, ou noutro ponto, depois explico outras situações.

Os geradores nos pontos fundamentais, lares de idosos, situações críticas, em que tínhamos de ter energia. Os próprios rádios que as equipas tinham de ter nas Juntas.

Agora, o que me importa a mim, nesta função, e desafios para o presente – já não é para o futuro, já todos percebemos que isto nos vai voltar a acontecer, mais dia, menos dia, não sabemos a hora, mas vai voltar a acontecer. E fala-se muito na palavra “resiliência”, e eu ponho aqui uma nota, rede elétrica e as comunicações: na minha opinião, não podemos admitir continuarmos a ter árvores de grande porte junto às linhas de média tensão. E aí está, para o Município, a questão do licenciamento, na minha opinião, é uma ferramenta que o Município tem de utilizar para afastar estas árvores das linhas de média tensão e das redes de comunicações.

Eu, nesta função, não me vou calar, enquanto continuar a ver as redes de comunicações no meio dos pinhais. Como é óbvio, não há nenhuma equipa que lá chegue neste momento. A fibra em Almagreira é uma ilusão, porque as equipas que andam no terreno – e estão lá, ainda hoje estive com as equipas da MEO, e não conseguem chegar, porque os têm em mau sítio. Ou seja, se estivessem junto às estradas principais, as redes já tinham sido todas restabelecidas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Depois, outra nota, para terem um exemplo: canal técnico, falam muito agora, na televisão, de canal técnico. Dou-vos um exemplo: o nosso IC8, aqui no concelho, tem canal técnico. Convido todos a abrir uma caixa, não está lá nenhuma linha. Porquê? Porque as operadoras pagam uma taxa para colocarem a linha lá. Portanto, é uma obrigação, na minha opinião, deveria ser obrigatório, em todas as vias que têm canal técnico, as operadoras colocarem as linhas no canal técnico. Fogem dessa responsabilidade para não pagarem uma mísera taxa, na minha opinião – e aqui, falo como Humberto Lopes.

Depois, desafio para o futuro, e nós todos aqui falámos no briefing, a questão da rede municipal de comunicações. Eu sei que isto vai acontecer. Portanto, contem comigo também para defender essa rede.

E agora, por último, um sinal de esperança e de confiança para as pessoas que nos elegem. Nós todos estamos numa função, e eu não saio desta função descansado se não fizer a diferença. E acho que todos nós exatamente da mesma forma. Compete-nos a nós, neste dia, nestes momentos e nestas funções que todos temos, fazer a diferença e marcar a diferença. É fazer, é o que as pessoas esperam de nós.

Obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Membros da Assembleia Municipal:

Como ficou amplamente explanado pelos meus colegas Presidentes de Junta, a esperança existiu sempre no Concelho de Pombal. Nós estivemos lá, nós estamos lá.

Deixem-me que vos diga uma coisa: nós temos de pensar porque é que o sistema de Proteção Civil não agiu da maneira como os senhores do Partido Socialista muito bem criticaram. Eu vou-vos lembrar: em 2019 foi feita a nova organização da Proteção Civil, a nova Lei de Bases da Proteção Civil. A organização da Proteção Civil foi feita e aprovada em 2019, sendo o Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro.

A Avaliação Nacional de Riscos, que é o documento onde entroncam todos os riscos nacionais, que é o documento número um a nível dos riscos nacionais, foi feito em 2023, e foi homologado pelo Ministro da Administração Interna, em 2023. Era José Luís Carneiro.

Este documento, que entronca os riscos nacionais para o país, depois do Covid, não tem como risco para o país uma pandemia. É pena que as pessoas não analisem que o sistema está mal, porque é que ele está mal. Quem comprou o SIRESP foi quem nos obrigou a não ter comunicações. O CODIS só estabeleceu contacto com o Município de Pombal às dezasseis horas do dia 1, não havia SIRESP a trabalhar, não havia comunicações. Quem comprou o SIRESP? Foi o Governo Português, na altura do Partido Socialista.

É muito bonito hoje vir aqui, quem nunca apareceu em lado nenhum, ler umas lindas crónicas, dizer o que disse. O Sr. Presidente do Partido Socialista, Rui Pinhão, contactou-me no quinto dia, estava com o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, e queria vir às Meirinhas. Por infortúnio das comunicações, não conseguimos estar, mas partilhei com o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias algumas notas, que depois ele utilizou, a criticar o Governo, e bem, porque estes apoios às empresas são empréstimos, pesam nas empresas, descapitalizam as empresas, criam dívida.

Mas, pasme-se, vinte e quatro dias após isto ter acontecido, há quinze dias, quando tive luz na freguesia, depois de mudar a Junta de Freguesia – porque a Junta de Freguesia ficou toda inundada, tive de a mudar de sítio – abri o e-mail e vi que no dia 11 de fevereiro, o Sr. Presidente do Partido Socialista tinha mandado um e-mail para a Junta, a perguntar se podia lá ir. Não



MUNICÍPIO DE POMBAL

tínhamos internet, não tínhamos comunicações, mas o conforto que o senhor tinha em Pombal permitiu mandar um e-mail, que eu só recebi vinte e quatro dias depois.

É esta a noção, foi isto que aconteceu. Não é invenção, isto aconteceu assim. Assim.

Agora, a Isabel Marto não andou a mandar limpar o estádio, não andou a falar com as rádios, não andou a queixar-se na televisão; fazia briefings connosco, todos os dias, até às vinte e duas horas, e a seguir, levantava-se e ia para a E-Redes – ia para a E-Redes, até ter de lá estar. O que é que surtiu? Vocês, senhores, saibam todos, a E-Redes, no primeiro dia aqui, disse-nos que só tínhamos luz em Pombal no dia 1 de março. 1 de março. Foi o trabalho daquela senhora que antecipou em quinze dias a energia no Concelho de Pombal. Isto é aquilo que ela mandou dizer aos jornais, andámos a trabalhar diariamente, obrigámos a E-Redes, às seis da tarde, vir aqui dizer “é aquele PT, é o outro PT”. A Sra. Vice-presidente obrigou a E-Redes a mudar a logística toda que tinha, para uma logística do Concelho de Pombal. Isso é a realidade, para quem esteve cá, nos briefings. A polícia, a GNR, o hospital, podem confirmar que foi assim. Não foi de outra maneira, foi assim, foi com trabalho. Se as pessoas não tinham comunicações em casa... Ainda hoje, nas Meirinhas, não há televisão; hoje, nas Meirinhas, não há fibra. Temos a rede MEO, pouco ou nada, a Vodafone não existe. E estes senhores mandam e-mails? Querem que nós falemos para a televisão? Não aceito, nem admito.

E depois, nós falamos sobre o resto.”

Eusébio Rodrigues (PPD/PSD):

“Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, restantes membros, faço em si os cumprimentos a todos os presentes. Eu vou ser breve, Sr. Presidente.

De facto, já estou habituado, no tempo que eu estive cá, noutros tempos, que, de facto, o Partido Socialista, em vez de ajudar, tenta procurar os pontos fracos – que não são fracos; que, no fundo, é a realidade. Mas, pronto, infelizmente, quem não tem capacidade para mais... De facto, é a realidade para quem não consegue fazer melhor, também, que é o vosso caso. Aliás, vejamos que em 2005, como os senhores se devem lembrar, se bem se recordam, vocês tinham o José Sócrates no Governo (...) Desculpe lá, o senhor tem de me ouvir também, que eu também o ouvi. Se não quer ouvir, tape os ouvidos. E fica a saber o seguinte: em 2005, nós tivemos os incêndios que limparam o concelho todo, entre freguesias, certo? Em 2017, o senhor tinha lá o Sr. António Costa. O que é que o Partido Socialista fez por causa dos incêndios, quando os incêndios são todos os anos, meu caro amigo? Qual foi a prevenção? E o senhor quer aqui uma prevenção de um dia para o outro? Olhe, candidate-se a Presidente da Junta, e quando for eleito, fale comigo. Muito obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado. Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e todos os membros da Assembleia Municipal, e quem nos acompanha.

Primeiro, antes de irmos à ordem do dia, e ao tema que nos traz, associarmo-nos, mais uma vez – já o fizemos na última reunião de Câmara – a este voto de pesar, do nosso amigo Vítor Gomes, e também foi bom, na Assembleia Municipal, o Sr. Deputado, Presidente do PSD, ter trazido aqui este tema, porque o Vítor Gomes simbolizava, do ponto de vista ideológico, divergências brutais que nós tínhamos, eu com ele, pessoalmente, mas convergíamos no amor à terra. E, portanto, ele gostava muito de Pombal, quer na Assembleia de Freguesia, quer aqui, na Assembleia Municipal, tinha as propostas dele, tinha as ideias que ele defendia, do ponto de vista ideológico, mas convergíamos, realmente, nesse sentimento de gosto pela comunidade.

E, por isso, eu também fiz questão, nós aprovámos também por unanimidade na reunião de Câmara um voto de pesar, à sua esposa e à Raquel, também minha particular amiga. Deixar essa



MUNICÍPIO DE POMBAL

nota também de reconhecimento, porque eu sei que ele também, ao longo da vida, se privou em muitas coisas pelo exercício de funções públicas, pelo exercício de funções à comunidade, e, portanto, também é bom que a família saiba, neste momento de dor e de pesar, que da comunidade – e nós representamos a comunidade – há esse reconhecimento, e esse apreço.

Portanto, associo-me também, Sr. Presidente, associo-me, e a Câmara, a este voto de pesar ao nosso amigo Vítor Gomes.

Relativamente ao que sucedeu no último mês, eu só posso dizer “obrigado”, obrigado do fundo do coração. Não há ninguém que não tenha estado no terreno, e que não possa agradecer a quem tenha estado no terreno. Foi mais ou menos aquilo que o Nelson disse, é lógico. Com todas as falhas que possam existir, com todas as dificuldades, com todas as limitações, com todos os erros que possam existir, aquilo que foi feito pela nossa comunidade foi extraordinário. Foi extraordinário. E, portanto, nós só podemos dizer “obrigado”. E eu ainda tenho mais legitimidade para o dizer, porque eu não estava cá, como vocês todos sabem – não estava cá, em função de questões de saúde, que são sobejamente conhecidas.

Mas, isso ainda me dá mais força para agradecer. Sempre que eu faço alguma intervenção, sempre que me perguntam qual é o diagnóstico que faço, eu digo: primeiro, agradecer o nosso país – e não são todos os países, na sua organização jurídica ou administrativa, que têm – ter autarcas de Município e de freguesia com o grau de resposta que nós tivemos. Foi brutal aquilo que aconteceu. E eu, tal como a esmagadora maioria das pessoas do nosso concelho e da nossa região, nos primeiros três dias, também não tive água, energia nem comunicações. Também tive dificuldade em perceber o que se estava a passar, na sua dimensão, na sua plenitude.

E, portanto, só posso agradecer genuinamente tudo aquilo que foi feito no território, naqueles primeiros dias, naquelas primeiras semanas, e o que continua a ser feito, porque isto ainda não acabou.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas fez questão hoje de trazer o colete da Proteção Civil, como sinal de que isto ainda não acabou. E não acabou mesmo, nós ainda temos algumas famílias – poucas – sem energia. O problema está quase resolvido, mas não está resolvido. Nós ainda temos um conjunto vasto de empresas, e algumas famílias também, que não têm comunicações. Portanto, o problema não está resolvido, ainda temos muitos assuntos que estamos a tratar com as nossas equipas. Nós temos um conjunto ainda de desafios, nomeadamente na limpeza da floresta, na desobstrução de caminhos florestais e na retirada da carga combustível – que se nós dissermos isso, as pessoas percebem – da quantidade de lenha que está nas nossas florestas, e que nós temos urgência para retirar antes da época de incêndios. Há muita coisa para fazer.

Para não falar na rede de baixa tensão, que está, em alguns sítios, literalmente presa por arames, e vocês reconhecem isso.

Portanto, os desafios da recuperação, esta fase de recuperação ainda não acabou. Desde que cheguei, nesta última semana, tenho tentado ajudar quem está no terreno a encontrarmos novas soluções para o inúmero trabalho que temos pela frente, só na fase de recuperação.

Portanto, isto não acabou. Se não acabou, vamos unir-nos e vamos focar-nos naquilo que é importante. E quem esteve fora, como é o meu caso, só agradecer.

E agora, vamos à parte política.

Primeiro, os Vereadores, na pessoa da Dra. Isabel Marto – já que vocês lhe prestaram aqui uma bonita homenagem, esta salva de palmas, é mais do que merecido, porque esta mulher – e como eu já estive no lugar dela, em várias situações de pressão enorme, eu sei bem o que ela passou, como eles todos passaram, a pressão de ter a população, os autarcas, as empresas, as



MUNICÍPIO DE POMBAL

instituições sociais, tudo a querer respostas, e nós não termos capacidade de dar resposta no tempo em que era preciso ser dada. Eu sei bem o que é isto, por isso é que estas lágrimas no rosto da Isabel caíram na primeira reunião de Câmara pública, porque é a pressão de quem está à frente, e de quem sente que os recursos são escassos. E, meus amigos, os recursos são escassos – são escassos em Pombal, em Leiria, em Ansião, em Soure, em todos os territórios. Ninguém estava preparado para a dimensão desta tragédia.

E, por isso, nós só podemos agradecer. Foi a primeira coisa que eu fiz quando cheguei, foi agradecer à Vereadora Isabel Marto, e aos Srs. Vereadores, tudo aquilo que fizeram, e aos nossos autarcas de freguesia. Os Presidentes de Junta, mais uma vez, reuniram todos os dias aqui, nesta sala, desde o dia 28, todos os dias, às seis da tarde. Eu depois tinha os relatórios, reuniram todos os dias, para reportar, porque não havia comunicações, na altura. Para nós termos memória, eu espero que escrevam isto, quem passou, escrevam isto – sei que há aí um autarca empenhado em escrever – escrevam, que é para isto não se repetir, e para quando isto acontecer, tenham memória disto. Nos primeiros dias, as reuniões, os briefings que faziam aqui, eram precisamente para analisarem, ao dia, o que estava a acontecer nos seus territórios, e a perceberem, com as equipas que tínhamos, e com os apoios externos, onde é que podiam acudir no dia a seguir, acudir às prioridades – às prioridades.

E nos primeiros dias, deixem-me dizer-vos, aquilo que aconteceu no nosso concelho foi, do ponto de vista da nossa capacidade de desobstruirmos redes viárias principais, foi brutalíssima, fruto deste trabalho de equipa – deste trabalho de equipa dos nossos técnicos também, dos funcionários desta Câmara, que merecem esse reconhecimento, que estiveram funcionários da Câmara e funcionários das Juntas de Freguesia, que naqueles primeiros dias, sem comunicações, estiveram a trabalhar, ao frio, ao vento, à chuva, a comer bifanas frias. Isto é importante que seja dito, sem alimentação condigna, porque estavam em serviço de missão, porque naquele momento estavam vidas em causa. Naquele momento, estavam a salvar vidas. Era esse o sentimento de missão que estava na pele de cada um destes autarcas.

Portanto, nós somos gratos por ter estas pessoas, com esta disponibilidade. Podiam fechar-se; podiam fechar-se, e não o fizeram, deram a cara, foram criticados, foram severamente criticados, porque aí, eu acompanhei. Como eu estava em casa, eu fui acompanhando, e vocês sabem o quão exigente é o tribunal das redes sociais. Estes autarcas foram cilindrados, pelo que faziam e pelo que não faziam, injustiças – coisas a que eu estou habituado no meu dia a dia, mas naquele contexto, era muito injusto, porque eles estavam a fazer o que podiam, e muito mais do que podiam.

E, portanto, só podemos agradecer.

Também este agradecimento tem de ser generalizado aos nossos Bombeiros Voluntários de Pombal. Eu estava a fazer aqui este sinal, porque eu sei que a nossa amiga Ana Cabral não está aqui nessa qualidade, mas é preciso nós reconhecermos que o facto de termos a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal, com este grau de dinamismo, e também de sentido de missão, é uma mais-valia para nós, é uma mais-valia para todos nós, com as suas companhias territorializadas. Isso é uma mais-valia, em Albergaria dos Doze, na Guia, no Lourical, e mais tivéssemos, mas também tem de ser com conta, peso e medida. Mas, o que é certo é que é uma mais-valia para todos nós. E os nossos bombeiros, mais uma vez, desde a primeira hora – e estamos a falar da madrugada – foram incansáveis.

E, portanto, eu sei que não é este o mecanismo formal, há outros, mas um agradecimento aos nossos bombeiros e a quem os dirige, porque foram impecáveis desde a primeira hora.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Assim como também – e foi feita a referência do Célio – aos nossos militares e às forças de segurança, tanto da PSP, como da GNR, que viram os seus efetivos reforçados naqueles dias, fruto também das nossas diligências e dos nossos apelos, nomeadamente da Sra. Vereadora que assumiu aqui o controlo das operações. Mas, o que é certo é que eles foram também extraordinários, as forças militares deram-nos uma ajuda significativa, da avaliação que, depois, me foi transmitida. Portanto, também têm esse reconhecimento.

E, mais uma vez, aos voluntários, às empresas, a pessoas que não mandaram SMS nem mandaram e-mails a perguntar se era preciso ajuda; pegaram nos camiões e vieram cá, pessoas de França, pessoas do Luxemburgo, pessoas de outros pontos do país. O meu telefone, naqueles dias, como vocês devem calcular, eram chamadas de colegas meus do país inteiro, a dizer: “Presidente, o que é que é preciso?” Muitos deles diziam que já estavam a recolher telhas, lonas, porque era aquilo que eles ouviam, da perceção, que nós precisávamos, para nos virem ajudar. Nós tivemos aí exemplos extraordinários, alguns com mais mediatismo do que outros, naturalmente o de Oeiras, que é notável. O Presidente Isaltino ligou-me e disse: “Presidente, o que é que é preciso lá? Dê-me lá o contacto da sua responsável da Proteção Civil, que nós tratamos.” E trouxe camiões, trouxe camiões do lixo, trouxe equipas técnicas dos espaços verdes, operacionais para andar a subir às casas, com mais dimensão, mas outros Presidentes, de outras Câmaras, trouxeram outros equipamentos.

Portanto, esse espírito de solidariedade existiu e merece ser valorizado. E, portanto, é bom, neste momento, nós agradecermos isso.

E agora, na parte político-partidária, que eu vou dizer isto, e não quero continuar com este assunto. O Presidente do Partido Socialista disse: “O Partido Socialista demonstrou disponibilidade”. Eu não sei em que é que o Partido Socialista demonstrou disponibilidade, porque eu não estava cá. Aquilo que eu perguntei à Vereadora que estava cá foi o que é que o Presidente do Partido Socialista veio cá fazer, se mandou alguma informação, se se disponibilizou, se veio aqui a alguma reunião. Eu estava a falar com a Sra. Vereadora que estava a liderar aqui os trabalhos. E, portanto, aquilo que enviou, enviou.

Posso terminar? Está tudo certo, mas eu vou terminar o que vou dizer. Eu vou terminar.

O Sr. Presidente do Partido Socialista demonstrou disponibilidade para ajudar. O Sr. Vereador do Partido Socialista demonstrou disponibilidade para ajudar. O Sr. Vereador eleito pelo Chega demonstrou disponibilidade para ajudar. E isso está tudo bem, mas enquanto uns demonstraram disponibilidade para ajudar, os outros foram ajudar. Essa é que é a diferença.

E, portanto, achei muito ingrato, e vou-lhe dizer, achei muito ingrato e achei injusta a referência que foi feita ao Sr. Deputado João Santos, que também não está aqui nessa qualidade, mas que esteve aqui desde a primeira hora, esteve aqui nas reuniões, nos briefings, esteve com os Srs. Presidentes de Junta, esteve com as forças de Proteção Civil, e esteve também junto dos nossos governantes, a ajudar a resolver problemas.

E, portanto, é a diferença, essa é uma diferença. Eu só estou a relatar factos, eu só disse que é injusto. Neste momento, só disse isto.

E, depois, Manuel Gonçalves, dizer-lhe que aquilo que disse, eu subscrevo: os heróis são as pessoas, são as famílias, que neste momento difícil, tiveram de subir a telhados, repor os telhados, tiveram de defender-se como podiam. Portanto, os nossos concidadãos merecem esse reconhecimento. E eu sei de casos de pessoas que, com as casas deles com os tetos partidos, com as casas todas estilhaçadas, e ainda foram ajudar os seus vizinhos, porque precisavam mais do que eles. Há exemplos extraordinários.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Agora, dizer que houve um abandono político, isso não me parece, porque se quiser usar – porque a Sra. Vereadora fez um apelo, que precisava de mais apoio, e então, os governantes vieram. E falar em abandono político, isto também inclui a Oposição? É porque os governantes vieram. Os governantes vieram.

A mim, não me compete defender ninguém; agora, compete-me defender a argumentação. Esteve aqui o Sr. Ministro da Presidência, que foi à empresa Adelino Duarte da Mota, nas Meirinhas, resolver um problema. Esteve o Sr. Ministro da Economia e da Administração, e que tem o ordenamento territorial; esteve o Secretário de Estado da Energia, duas ou três vezes, na reunião, para ajudar a resolver os problemas de energia; esteve a Ministra da Cultura e Desporto, que foi à ExpoCentro ver, foi ao Convento do Louriçal analisar como é que podia apoiar; esteve o Secretário de Estado do Desporto na ExpoCentro, também a ver, do ponto de vista daquilo que era o impacto nas provas desportivas, o que é que podia ajudar; esteve o Sr. Ministro da Agricultura nos viveiros, em Almagreira, para ajudar e perceber em que é que podia ajudar os agricultores; esteve o Secretário de Estado da Administração Local, na Ilha e em algumas freguesias, para perceber em que é que podia ajudar; esteve o Secretário de Estado das Florestas, Rui Ladeira, precisamente em reunião com madeireiros, a ver em que é que podia ajudar.

Portanto, os vários governantes estiveram cá. Mas, a mim também não me compete defender o Governo. Agora, o que me compete é perceber que a argumentação não é de acordo com a realidade, porque isto foi o que aconteceu. Agora, isto, para mim, não é importante, estar a analisar o que aconteceu, se os governantes vieram, ou não, isto, para mim, é acessório. O que é importante é aquilo que está a ser feito no terreno, e aquilo que tem de ser feito para recuperarmos a nova normalidade. Isso é que é importante para mim, não é importante saber se o Sr. Deputado veio ou não veio, se os governantes vieram ou não vieram, isso é político-partidário, nem para as pessoas importa. As pessoas não estão importadas com isso, o que as pessoas querem é soluções para os problemas que têm agora, ao nível da recuperação, e numa fase posterior, ao nível da transformação do território. Isso é que as pessoas estão preocupadas em saber.

Agora, a questão político-partidária, nestes fóruns, é interessante, mas depois percebemos que também é falível, porque a argumentação não bate certo com a realidade.

Relativamente àquilo que é o nosso compromisso, deixar aqui as notas relativamente às questões colocadas pelas vossas intervenções, que eu percebi que é importante também estarmos alinhados.

O João Santos falou na celeridade dos processos, é algo que nos preocupa. Nós temos os nossos técnicos a acompanhar as candidaturas, nós fizemos uma coisa notável – e, portanto, eu ainda sinto mais à vontade de elogiar, porque não fui eu; quando eu cheguei, isto estava já a ser construído no terreno – nós criámos equipas multidisciplinares, com técnicos que têm várias áreas ocupacionais, nas freguesias, a ajudar as pessoas a submeter as candidaturas, precisamente para garantir que todas as pessoas, independentemente do seu grau de literacia digital, tinham capacidade ou possibilidade de submeter as suas candidaturas. Isto é notável, em todas as freguesias, técnicos do Município a ajudar, naturalmente também com os Srs. Presidentes de Junta, que têm sempre aqui um papel importante, mas para ajudar os cidadãos a submeter os seus processos de candidatura a habitação própria e permanente. Isto é notável, é valiosa essa disponibilidade, quer do ponto de vista organizacional, quer do ponto de vista também das pessoas que estão neste processo, e merecem esse reconhecimento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Paralelamente, temos aqui um desafio, que é um desafio que os Municípios todos têm, do ponto de vista técnico, de acompanharmos esta necessidade de termos as vistorias a estas candidaturas, e, paralelamente, também fazermos aquilo que somos obrigados a fazer, em relação ao reporte de danos para a CCDR, estamos a fazer vistorias aos nossos equipamentos, equipamentos municipais afetados, e que temos de fazer esses relatórios, e a ajudarmos a sociedade civil – as coletividades, as comissões da capela – a fazerem também a avaliação desses mesmos danos em equipamentos.

E, portanto, tudo isto em poucas semanas, e isso obriga realmente aqui a um esforço redobrado. Nós estamos a trabalhar nisso, temos também um protocolo com a Ordem dos Engenheiros, do ponto de vista da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, para nos ajudarem, do ponto de vista técnico, também nesse suporte à avaliação técnica das candidaturas.

Célio Dias, centrou também a sua intervenção naquilo que é o reforço da organização na resposta a estes episódios, que são episódios gravíssimos. O Paulo Fernandes dizia, há dias, numa sua intervenção, que esta era a catástrofe natural mais impressionante na história contemporânea do nosso país, e é capaz de ser, este comboio de tempestades assumiu, realmente, aqui um protagonismo – negativo, naturalmente – com impacto significativo, que também redobra aquilo que é a nossa responsabilidade na recuperação do nosso território.

E, depois, também esta valorização do papel da Isabel, que eu acho que é importante, quem lidera, também sentir esse vosso apoio, esse vosso carinho, e acho que é justo.

Nelson Matias, nós vamos ajudar, temos ajudado. Percebi que uma das preocupações tem a ver lá com a abertura da piscina do Vale da Sobreira, e com todo aquele impacto que teve no território, e também está preocupado, como eu estou, com a questão das florestas. Nas minhas intervenções, tenho salientado muito a importância de haver aqui um reforço das equipas de sapadores florestais, também no nosso território em particular, no nosso concelho. E, portanto, é algo em que nós estamos a trabalhar, para aumentar a nossa capacidade no terreno para fazer face a esse esforço, que é um esforço gigantesco. E, portanto, salientar também esse facto.

Ao Fernando Matias, destacar também esse elemento de que falou, da solidariedade, que é muito importante, e da relevância que tem também as unidades de saúde terem geradores, terem equipamentos que lhes permitam manter a atividade nestes períodos, como o que aconteceu com a tempestade Kristin. E, portanto, isso está sinalizado, e tem de ser efetivamente resolvido. E é bom também termos aqui um quartel-general, como o Fernando descreveu, como o dos bombeiros, que é sempre um ponto de apoio, e já foi assim nos incêndios. Quando as pessoas não sabiam para onde é que se dirigiam, iam ao quartel dos bombeiros, iam levar bens, iam levar alimentos, iam demonstrar a sua disponibilidade para ajudar, tivemos um conjunto vasto também de voluntários – acho que agora também decorreu da mesma forma. E, portanto, as pessoas já identificam os bombeiros como ponto de afluência para ajudar, e isso é bom – era o que eu dizia na minha intervenção, na parte inicial, é um bom suporte do apoio comunitário ao nosso território, em situações de emergência.

Falando nas situações de emergência, o Humberto Lopes falou também da importância desta rede municipal de comunicações. Nós podemos, depois, abordar esse tema mais à frente, mas o nosso compromisso, e também no PTRR está assumido, de nós termos centros comunitários de emergência em contexto de crise. E foi aquilo que aconteceu no nosso território, de uma forma natural, mas que deve nascer sempre de uma forma organizada. As pessoas ficaram sem água, sem energia, sem comunicações, ficaram sem poder tomar banho, sem poder fazer refeições quentes, com um conjunto de restrições pelo nosso concelho. E o nosso concelho tem seiscentos e vinte e seis quilómetros quadrados de área, é enorme.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E para além disto tudo, as estradas ficaram bloqueadas. Portanto, mesmo que as pessoas quisessem ir onde houvesse luz – imagine, nos primeiros dias, aqui, em Pombal – nem assim podiam ir.

E, portanto, o que é que nós temos de criar, no futuro? Uma das respostas que temos de dar, no futuro, a curto prazo, é em cada uma das freguesias nós termos centros comunitários de apoio à população, em contextos de crise, naturalmente, sempre que forem acionados, mas que tenham gerador para ter energia, que tenham comunicações satélite, para terem comunicações sempre, com os vários agentes da Proteção Civil, e que, depois, possam também ter autonomia, reservatório de água, etc., para as pessoas poderem tomar banhos quentes, para terem refeições quentes, e para terem um conjunto de apoios a cada um dos territórios, numa relação de proximidade. Foi aquilo que foi acontecendo em alguns pontos, de forma genuína, e que agora tem de nascer – digo eu, e vamos trabalhar isso também, no âmbito da Proteção Civil – nascer de uma forma organizada.

E, portanto, creio que essa é uma das aprendizagens que nós retirámos destes episódios, e que temos de concretizar.

O Presidente da Junta das Meirinhas também salientou esta importância da comunicação, e esta importância de estarmos também alinhados com compromissos, e de percebermos que, no nosso contexto – e eu percebi que algumas das críticas, que às vezes também não percebo bem, eram porque é que nós não tivemos muita visibilidade, mas depois, quando temos visibilidade, criticam que é só propaganda. Confesso que eu fico com alguma dificuldade, fico com alguma dificuldade de perceber se há falta de visibilidade porque não aparecem, e depois, quando aparecem, é propaganda.

Propaganda, não preciso de nenhuma, porque já fui eleito. Se calhar, a probabilidade de vir a ser eleito, ou ser candidato, é mais de outras pessoas, do que eu.

Agora, o que eu sei é que com pouca ou com muita visibilidade, aquilo que foi feito por este Executivo e por este conjunto de autarcas e de agentes da Proteção Civil que estiveram no terreno, foi tudo aquilo que estava ao seu alcance, e ainda mais, para proteger as pessoas. E as pessoas foram protegidas, este é que é um elemento muito importante.

Com todo o respeito e pesar que nos merece o falecimento do nosso companheiro na Redinha, numa morte que está diretamente relacionada com este fenómeno, e que nos merece o respeito e o pesar que já manifestámos, nós conseguimos proteger as nossas populações num momento muitíssimo difícil. E, portanto, merece esse reconhecimento.

E o Sr. Presidente da Junta das Meirinhas, permita-me, em todos eles, mas também foi exímio em fazê-lo, com muita visibilidade no exterior. Essa não é uma crítica que se lhe possa fazer, pelo contrário. Positiva, visibilidade positiva.

Em relação ao Eusébio Rodrigues, só subscrever isso que salientou, que eu acho que é o mais importante. Nós podemos divergir política e partidariamente em muitos momentos; este é um momento em que essa divisão político-partidária, nós percebemos que é forçada, não tem adesão à realidade, as pessoas não estão muito importadas com isso. Se apareceu A ou B, se a culpa é do PS ou do PSD, as pessoas querem é respostas concretas, é que os problemas que agora têm, têm de ser resolvidos, se as empresas que foram afetadas nas suas unidades, se têm respostas efetivas, se as empresas que têm dificuldade em manter os seus trabalhadores, se conseguem ter condições, ao nível do layoff, e outras ajudas, para que possam permanecer com esses postos de trabalhos. É isso que as pessoas querem, se os agricultores têm apoios efetivos à retoma da atividade agrícola, se o pequeno comércio, se os pequenos serviços têm apoio para retomar a sua atividade, isso é o que as pessoas querem.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E nós, autarcas, o que queremos é que, no âmbito do PTRR, e nos financiamentos que existirem, que haja apoio financeiro para nós recuperarmos as nossas infraestruturas, e para também criarmos projetos diferenciadores para o nosso território. É isso que as pessoas querem.

Ao resto, damos menos relevância, mas compreendemos que não havendo nada, outro assunto verdadeiramente relevante para as populações que seja trazido, que seja uma questão também de somenos importância, mas que também compreendemos e aceitamos. Vivemos em democracia com esse objetivo.

Permitam-me só terminar, agradecendo também – e isso, quero fazê-lo, e também agradecer aqui ao Rui Pinhão, do Partido Socialista, que o fez na sua intervenção, na fase inicial, agradecer todas as mensagens de apoio e de força que fui recebendo, em termos pessoais – porque nós somos humanos, antes de sermos autarcas somos humanos. Tive um momento muito difícil na minha vida pessoal, mas senti sempre de todos vocês, das pessoas que aqui estão comigo, e de todos os membros, independentemente dos Partidos políticos, senti sempre muito apoio, e quero agradecer-vos isso. Também isso foi importante para o meu processo de recuperação.

E dizer-vos que também fiquei satisfeito de perceber que, mesmo ausente, estava bem representado. Queria mais uma vez sublinhar aquilo que vocês fizeram em relação à Vereadora Isabel Marto e ao Executivo, mais uma vez publicamente – já fiz isto várias vezes, mas nunca é demais agradecer a todos aqueles que seguraram aqui o barco, seguraram o barco com força, todos os Srs. Vereadores, e a Isabel, que assumiu aqui o comando das operações. O meu agradecimento, mais uma vez, à frente de vocês todos.”

Nesta altura abandonou a sessão o membro Fábio Moreira.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“De seguida, foi solicitado pela Câmara a apresentação de um vídeo, antes de iniciarmos o período da ordem do dia, que penso que se relaciona com os recentes acontecimentos em Pombal –não tenho nada a opor –pelo que agradecia, que os serviços procedessem à apresentação do vídeo.”

(transmissão do vídeo)

Ponto 2 - Período da ordem do dia:

Ponto 2.1. Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Peço aos Srs. Deputados Municipais que se atenham ao estrito cumprimento das informações do Sr. Presidente da Câmara, e que façam as questões que entendam por bem necessárias.

Está aberto o período de inscrições. Quem se inscreve?

Faça favor de intervir.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Sr. Presidente da Câmara, na informação ali da avaliação que tem feito dos danos, e também da empreitada do pavilhão gimnodesportivo de Meirinhas, queria agradecer-lhe, Sr. Presidente,



MUNICÍPIO DE POMBAL

a empresa informou que no dia 10 de março inicia a obra de reconstrução do pavilhão. Eu queria perguntar-lhe se já foi escolhido o novo piso, porque esta empreitada é da primeira fase, e agora, na segunda fase, têm de ser os pisos todos, as laterais, iluminação, e um conjunto de valências, que o pavilhão está completamente danificado.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente.

Eu vou aqui para a pág. 25, para as asfaltagens, uma empreitada que temos em Almagreira, e agradecer esta oportunidade também a todos os proprietários, que nos permitiram requalificar e alargar caminhos que há mais de cinquenta anos eram pedidos na freguesia, nos Reis de Cima, nos Reis de Baixo, S. João da Ribeira, Bonitos, Assanha da Paz e Barros da Paz. Dar essa nota, e esse compromisso que também temos com a nossa população, independentemente das tempestades, temos de continuar a trabalhar aqui nos caminhos e nestas asfaltagens. Já falta muito pouco – ou seja, esta prioridade foi para habitações que tinham acesso ainda em terra, em tout-venant, e conseguimos garantir que estas habitações, em 2026, têm asfalto, têm um caminho condigno.

E para lançar o desafio – e já foi falado aqui, em reuniões com o Executivo – da mudança de paradigma. Todos nós sabemos a dificuldade que o Município tem em ter equipa municipal dos tout-venant, a preparação das bases. Esta empreitada ainda decorreu só com pavimentação – ou seja, o empreiteiro, neste caso, Matos & Neves, só tinha de pavimentar, e na minha opinião, e de outros Presidentes de Junta, entendemos que, no futuro, em novas empreitadas – e temos aqui já necessidades elencadas – que seja também contemplada a execução das bases. Permite uma garantia total da obra, porque o empreiteiro que ganhar esse concurso tem de ser responsabilizado pela totalidade da obra – ou seja, se a base estiver má, é da responsabilidade dele. E, portanto, não se resume só ao pavimento, a camada final.

É um desafio, e penso que é um caminho que o Município vai tomar, de certeza. Implica basicamente, depois, uma melhor fiscalização da própria equipa técnica do Município, laboratório, mas é uma situação que penso que é muito mais fácil para nós todos.

Depois, uma nota também na área da cultura, e tivemos hoje, em Almagreira, no Museu Etnográfico, a inauguração de uma exposição “Da paixão à ressurreição”. No fundo, o museu contempla uma série de exposições temporárias, esta foi inaugurada hoje, às cinco e meia, um bocadinho antes de irmos para aqui. Agradecer a presença da Sra. Vereadora Patrícia Rolo, que teve a oportunidade de ver o espólio do museu, e de lhe apresentar e de lhe contar toda a história daquele museu também, e agradecer à própria Direção do museu o trabalho que tem feito, ao longo destes muitos anos, na valorização e promoção do nosso património etnográfico.

E depois desta tempestade, aí estamos a pensar no tal projeto de ampliação de todo aquele edifício, que ainda nos falta executar, para tratar as peças e todo o espólio que o museu tem, em vários sítios daquela freguesia.

Obrigado.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Caríssimo Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, membros da Assembleia, colegas Presidentes de Junta, e todos os que nos ouvem lá em casa, antes de mais, uma boa noite.

E no seguimento do que o meu colega Humberto Lopes referiu, relativamente aos asfaltos, tenho, primeiro, de também validar a solução que ele propôs, relativamente aos asfaltos, e isto vem devido a um concurso que existe, e que já foi supostamente adjudicado, e a questão é quando é que poderemos contar com ele no terreno. Bem sei que agora, com estas questões da tempestade



MUNICÍPIO DE POMBAL

que nos afetou, estará tudo um bocadinho atrasado, mas é algo que estas vias que estão para ser asfaltadas na zona dos Matos da Ranha e do Outeiro da Ranha fazem muita falta, e com estas chuvas ainda estão mais danificadas. E eu questiono quando é que poderemos ter esses trabalhos, e porque é que ainda não estão consignados.

Aproveito também para deixar aqui, para além da questão dos tout-venant nas bases dos asfaltos, nós vamos ter, neste momento, um período em que vamos ter de ter grandes intervenções nos caminhos florestais, até devido a todas estas limpezas que nós andamos a fazer, com equipamentos mais ou menos pesados, e que destruíram grande parte da nossa via florestal, e é, na minha opinião, necessário e urgente começarmos a preparar estas vias, para conseguirmos ter as vias em condições para o período dos fogos, que rapidamente se aproxima.

Na minha opinião, terá de ser criada uma equipa, ou uma adjudicação direta, para que estes trabalhos sejam feitos com muita urgência. Muito obrigado, era só isso.”

Celso Mendes (Presidente J.F. Abiul, PPD/PSD):

“Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Mesa, o Presidente de Câmara, Vereadores, caríssimos colegas, Presidentes de Junta.

Queria também falar sobre alguns asfaltos que sei que tinham sido prometidos, em mandato anterior, do anterior Executivo, para Abiul. A Abiul, isso não chegou lá. Era para ver se também não ficava no esquecido, temos as pessoas à espera desses asfaltos. Sei que esta parte agora é prioritária, com a tempestade, obviamente, mas depois, dar seguimento, para que também não fique para trás. Era só.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, relativamente ao pavilhão gimnodesportivo das Meirinhas, eu fiz questão de ir ver o estado em que se encontra, com o Sr. Presidente da Junta, e, realmente, se já necessitava de intervenção, agora essa necessidade ainda está redobrada. E aquilo que me foi transmitido é que estão agora com a avaliação dos danos, também submetida à CCDR, nós conseguimos incorporar também o piso, e outras intervenções que são necessárias para complementar a intervenção que está a ser feita agora, ao nível do exterior.

E, portanto, até abril queremos ter este assunto resolvido, com o respetivo procedimento.

Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Almagreira, e aqui junto com o Presidente da Junta de Freguesia, Daniel Ferreira, relativamente aos compromissos assumidos, todos os compromissos assumidos, nos procedimentos em curso, terminados, são para ser realizados. Portanto, também é uma questão de expectativa, no nosso relacionamento com os próprios concorrentes, com os empreiteiros. E, portanto, essas obras, da nossa parte, não pararam.

Mas, tomei boa nota da importância também de reforçar, em termos também procedimentais, essa obrigatoriedade de terem as bases em tout-venant, para garantir que os trabalhos são feitos de forma mais célere, e bem feitos também – ou seja, com responsabilização com a Junta.

E também colocava aqui o Museu de Almagreira, a Sra. Vereadora também analisar aqui, do ponto de vista da intervenção que é necessária, que já percebemos que é um espaço diferenciador, e é uma mais-valia para o nosso concelho, mantermos vivo o Museu Etnográfico de Almagreira, para também continuarmos a ter aqui as nossas tradições com um espaço condigno.

O Sr. Presidente Daniel Ferreira, que falou nas asfaltações nos Matos da Ranha, dizer que o empreiteiro também foi afetado com todo este comboio de tempestades, mas o compromisso é que a obra se realize também, dentro do prazo estipulado, e que rapidamente entre em obra.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E ao Sr. Presidente da Junta de Abiul, Celso, dizer que – e isso é uma verdade – a intervenção na rede viária, para nós, continua a ser algo que é muito importante mantermos, não só a requalificação, mas novas vias. Esse processo, agora temos de também fazer em função das prioridades, porque a verdade é que este comboio de tempestades causou aqui danos na rede viária que nos merecem uma preocupação acrescida àquelas que já tínhamos. A intervenção está a ser feita pelos nossos serviços, mas, depois, também articularemos isso com os Srs. Presidentes de Junta.”

Ponto 2.2. Resposta municipal, integrada, à Tempestade «Kristin» e fenómenos atmosféricos subsequentes:

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

*“Passamos, então, ao **Ponto n.º 2.2**, Resposta municipal, integrada, à Tempestade “Kristin” e fenómenos atmosféricos subsequentes.*

Este ponto é para conhecimento, ele está decomposto aqui em três itens, mas consta de um único documento que vos foi fornecido, na ordem de trabalhos da Câmara Municipal.

Pergunto se alguém quer intervir. Carla Mariza, faça favor.”

Carla Mariza (PS):

“Boa noite a todos. Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara, desejando-lhe e reiterando as melhoras da sua doença, os Srs. Deputados Municipais.

Deixem-me só fazer aqui uma breve nota. Eu espero, e peço encarecidamente, que durante a minha intervenção não interrompam. No fim, podem dizer aquilo que acharem, mas só peço isso, porque, depois, demoramos aqui imenso tempo, temos de nos calar, e depois perdemos, por vezes, um bocadinho o fio à meada.

Bom, mas eu só quero aqui dizer uma coisa, responder aqui ao Sr. Presidente da Junta das Meirinhas, que bastante trabalhou na sua Junta, relativamente às consequências da tempestade. O e-mail que enviámos para as Juntas de Freguesia carece, se calhar, de alguma interpretação. O PS pediu apenas para visitar os gabinetes de Proteção Civil das Juntas, e enviámos um e-mail no dia 11 de fevereiro. Não estamos no conforto das nossas casas, porque também fomos afetados, todos nós, como Pombalenses, se calhar quem o enviou até foi com alguma dificuldade. Bom, mas foi no dia 11 de fevereiro.

E deixe-me que recorde, tivemos resposta, logo no próprio dia, de uma Junta, no dia 13 de outra Junta, no dia 16 de outra, no dia 18 de outra, e assim sucessivamente. Portanto, havia já algumas comunicações. Só para responder aqui ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas, que compreendemos que há sítios nas Meirinhas que ainda não tem telecomunicações, aqui como também dentro do Concelho de Pombal.

Houve coisas que, de facto, nós temos de perceber que não correram bem, e não correram, houve descoordenação de algumas estratégias, obviamente que sim, e que têm de ser, de facto, também explanadas, ditas, para podermos também, em conjunto, fazermos depois aqui uma reflexão sobre o que, de futuro – porque vai acontecer, de futuro, como já sabemos – poderemos prevenir, porque poderíamos também prevenir aqui algumas situações.

Como eu já disse, a tempestade Kristin afetou-nos a todos, e, de facto, destapou também aqui alguma pobreza existente no nosso concelho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O ponto que hoje discutimos aqui é talvez um dos mais importantes deste mandato, a avaliação da resposta à tempestade Kristin e o Plano Municipal de Recuperação e Transformação do Concelho.

A tempestade Kristin expôs, de forma mais clara, as fragilidades do nosso território. E isto é verdade, houve populações isoladas, falhas prolongadas de energia e comunicações, e uma inúmera vulnerabilidade das nossas infraestruturas da comunidade. Ou seja, a tempestade veio destapar a pobreza do nosso concelho. Em termos habitacionais, foi, de facto, marcante.

Perante esta realidade, é evidente que o Município precisa não apenas de recuperar, mas de preparar o futuro. E preparar o futuro significa planejar, prevenir e reduzir riscos.

É precisamente aqui que surge, então, uma questão fundamental, que é o Plano Municipal de Ação Climática. Este não é um documento simbólico; é um instrumento que identifica riscos climáticos do território e define medidas de adaptação, estabelece prioridades de investimento e permite proteger as populações face aos fenómenos extremos, como aquele a que assistimos. Sem esse plano, o Município reage apenas a crises; não planeia, não faz plano de prevenção.

Recordo que esta questão foi aqui colocada pelo Partido Socialista em abril de 2025, quando indicava que três Municípios do distrito já o tinham feito – Batalha, Leiria e Porto de Mós – e que já tinha sido aprovado. Na altura, o Executivo respondeu que o plano estava a ser elaborado no âmbito da CIM, e que já existia um draft, que depois seria apresentado brevemente à Assembleia Municipal. E nós sabíamos perfeitamente bem que o Plano de Ação Climática tinha de ser finalizado até dezembro de 2025, ao abrigo da Lei de Bases do Clima, n.º 98/2021.

Qual é a razão de o Município ainda não ter aprovado o Plano de Ação Climática, que estratégia existia, e quando seria apresentado?

Tivemos, entretanto, a tempestade Kristin, e hoje discutimos a estratégia de recuperação e transformação do concelho, mas em nenhum projeto, em nenhum dos eixos, em nenhuma das medidas existe a referência municipal ao Plano de Ação Climática. Ou seja, estamos a discutir uma resposta a uma catástrofe climática sem que exista ainda o principal instrumento obrigatório que a venha prevenir.

Sr. Presidente, como podemos falar de resiliência num plano climático aprovado, como é que podemos planejar o futuro sem definir claramente os riscos e as medidas de adaptação? Como podemos garantir que estamos verdadeiramente preparados?

Por isso, perguntamos, de forma clara, em que ponto está o Plano Municipal de Ação Climática de Pombal. Porque é que ainda não foi apresentado a esta Assembleia Municipal, apesar de ter sido assumida uma prioridade, em 2025, e quando é que será realmente aprovado?

Depois daquilo que vivemos, já não estamos a falar de uma opção política; estamos a falar de uma obrigação legal, necessidade real que protege o nosso concelho. Sabemos perfeitamente bem aquilo que as pessoas viveram, nós também vivemos na pele, nas nossas casas. Damos o devido valor à população de Pombal, que na hora certa mostra a sua solidariedade, tanto é que quero aqui salientar a Fábrica de Cerâmica das Meirinhas, que conseguiu criar energia para ela própria e para cento e cinquenta habitações.

O que o Partido Socialista pretende é, de facto, respostas também, mas respostas ao nível da prevenção. Obrigada.”

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente.

E falando em clima, eu tenho aqui essa nota. Ou seja, percebemos todos que estes documentos nos vão reger neste mandato, não tenho a mínima dúvida – ou seja, toda esta reconstrução não vai ser possível fazer em um ano, e espero eu que consigamos fazer até ao final do mandato.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas, aqui, uma boa notícia, muito antes – e na minha opinião, salvou-nos ali a parte das inundações, S. João da Ribeira, Penedos e Bonitos. Tínhamos feito intervenção, e tinha feito as intervenções no verão, na época própria, e não tivemos nenhuma inundação naquelas habitações. O que vocês foram ver nas redes sociais, nós tentámos publicar sempre que conseguíamos, ainda o Rio Arunca para resolver na zona de Lagares, a ligação de Lagares – Almagreira. É uma situação que também já teve uma intervenção, há três anos, e que neste mandato, e neste ano de 2026, no verão, vamos ter de também executar, e aí, com o apoio da Junta e com o apoio da Câmara, como é óbvio.

E, na minha opinião – e tenho aqui esta nota – temos o Programa PERLA, mas o Programa PERLA tem de vir para o terreno, tem de vir mesmo para execução. E o técnico da APA que esteve na Ribeira de Carnide, a nosso convite, vai ter de vir para o terreno todas as vezes que nós o chamarmos, porque se a APA existe para nos fiscalizar, tem de existir também para nos dar as soluções. E os confinantes com as linhas de água – e muitos de nós somos confinantes, temos propriedades junto de linhas de água – os guarda-rios acabaram. A entidade que tem essa fiscalização atualmente é a GNR, através do SEPNA.

Como é óbvio, não estamos aqui, nesta altura do campeonato, à procura de infratores, e depois, a solução é aquela que nós sabemos. Ou seja, Juntas e Câmara, temos de nos unir, chamar a APA para o terreno, e os Srs. Técnicos da APA que nos digam as soluções com o programa que a Câmara tem, porque eu tenho uma freguesia com duas linhas de água – o Rio Arunca de um lado, e a Ribeira de Carnide do outro, e temos de fazer alguma coisa, e temos de salvaguardar, no verão, o nosso inverno. Obrigado.”

Hugo Silva (Pombal Independentes):

“Ora, em relação a estes documentos apresentados, e de uma forma geral, um conjunto de boas ideias. Mas, destaco em particular uma proposta que se diferencia pela sua relevância, de carácter inovador, a possibilidade de dotar a ExpoCentro de valências múltiplas, tanto para utilização civil, como militar, o que representa uma mais-valia estratégica para o concelho.

No entanto, após a leitura atenta do documento, há algumas questões que se impõe esclarecer.

No âmbito do “Pombal Protege”, o documento refere, na pág. 35, a aquisição de vinte e dois equipamentos Starlink. Importa esclarecer qual foi o método adotado. Trata-se de uma compra definitiva do equipamento, ou um regime de aluguer? No caso de compra plena, qual é o valor da mensalidade associado ao serviço? E quando este equipamento não estiver em utilização ativa, e passar ao estado de prontidão, qual será o encargo mensal ao Município?

No documento faz ainda referência à aquisição de um drone, mas não esclarece quem será o responsável pela sua operação. Não existe qualquer menção à necessidade de formação ou certificação de um piloto de drones. Esta componente está prevista neste projeto? Se está, não está explícita no documento.

Relativamente ao “Pombal Renasce”, mais concretamente à Ação A1.2 e à Ação B1.9, apoios à agricultura, questiono o Município se já identificou oportunidades concretas de financiamento ou programas de apoio às famílias que desenvolvem a agricultura. Se já, se puder mencioná-las, agradecia.

Deixo ainda uma sugestão, numa perspetiva de maior inovação e visão de futuro, no que respeita aos primeiros socorros psicológicos à comunidade. O Município poderia ponderar a criação de uma equipa permanente de psicólogos. Em períodos normais, essa equipa poderia prestar apoio psicológico às escolas básicas e secundárias, bem como aos trabalhadores municipais. Em situações de emergência, estariam preparados para apoiar diretamente as populações afetadas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Por fim, não posso deixar de manifestar o meu desagrado face ao aproveitamento de uma situação de calamidade para tentar angariar financiamentos para projetos utópicos, ou de clara propaganda política, e que, em circunstâncias normais, dificilmente reuniriam condições para obter apoios ou financiamentos públicos. É tudo.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu fiquei aqui na dúvida. Nós não estamos a discutir, penso eu, o papel, o trabalho, o esforço, o sacrifício de todos os que ajudaram Pombal nesta crise, não é isso que está em causa. O que está em causa, e que nós devemos olhar, é como é que nós podemos evitar, no futuro, o sofrimento que a nossa gente teve, com o medo, com a ansiedade, com a insegurança e com a solidão. Porque é que eles tiveram isso? Porque é que o concelho ficou cego, surdo e mudo durante alguns dias.

Eu não sou especialista em Proteção Civil, mas, meus amigos, então o plano municipal, o plano distrital, ou o plano nacional, não deve prevenir, ou prever, este tipo de situações, isto é, em que não há comunicações, em que não há estradas, em que não há nada? O plano tem de ter isto. Desculpem lá, isso é que eu não percebo, e é isso que nós temos de ver, para que, no futuro, não haja essa ansiedade, porque o que aconteceu foi ficarmos isolados. Vejam as nossas populações rurais, cheias de medo, ansiedade, um trauma para algumas pessoas. E nós, enquanto responsáveis políticos, nesta ou naquela função, o nosso dever é proteger as pessoas.

Mas, isto não pode ser com simples palavras; tem de se traduzir em atos.

Eu ouvi com atenção as intervenções, e, às vezes, até fico com uma sensação de revolta, porque parece que tudo correu bem, parece que está tudo bem. Mas não, o problema não é esse; é porque é que nós chegámos aqui. Nós dizemos que foi culpa da Kristin, mas porque é que nós, operacionalmente, não reagimos? Porque é que nós não tivemos comunicações?

Se querem uma prova, leiam as medidas propostas no “Proteger Pombal”. Se lerem com atenção, a primeira medida é “atualização do Plano Municipal”. Então, se é “atualização”, é porque não se previa a Kristin. Vejam o “Proteger Pombal”, o “Proteger Pombal” significa um conjunto de medidas, e eu pergunto: o conjunto de medidas que lá estão não foram previstas antes, por quê? O que está lá, naquela fase, no “Proteger”, o que lá está – penso eu, e não sou especialista – é o básico em termos da Proteção Civil. É o básico. Então, porque é que nós não instalámos o básico, antes da Kristin, ou depois da Kristin? Isso é que me interrogo.

E agora, digo-vos uma coisa: vocês lembram-se da jurisprudência das calamidades? Tem muitos anos. E é assim, a jurisprudência das calamidades, há uma calamidade, e o que é que se faz? Cria-se uma comissão, e depois, faz-se um plano. É assim que nós reagimos sempre às calamidades. E depois, o que é que acontece? O tempo vai passando, o tempo vai passando, vamos voltando, entra na normalidade, no nosso dia a dia, e depois, há um conjunto de medidas que nós vamos deixando, ou porque não há financiamento, ou porque já não está na atualidade política, e vamos deixando.

É contra isso que o Partido Socialista está, e por isso é que eu acho que nós, para sermos sérios e responder, e ter respeito por toda a nossa gente, que sofreu, que teve medo, com este tipo de acontecimentos, pelo menos termos um plano e executá-lo.

No “Proteger” há um conjunto de equipamentos...

E eu pergunto só, onde é que estão as pessoas para operar esses equipamentos, sendo que, em alguns casos, a nossa população é muito idosa.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado Manuel Gonçalves, Sr. Deputado João Pimpão, o tempo de intervenção terminou, já terminou há algum tempo. Tem tempo para intervir uma segunda vez, se assim o entender, mas o seu tempo de intervenção terminou. Sr. Deputado Manuel Gonçalves, terminou.

Srs. Deputados, eu vou chamar mais uma vez a atenção para o seguinte: os senhores têm tempo para intervir, são cinco minutos na primeira intervenção, três minutos na segunda intervenção. E eu agradeço que não entrem em discussões nas Bancadas, que só vão atrasar os vossos tempos de intervenção, e eu tenho por obrigação interromper, porque senão, não saímos daqui.

Portanto, têm direito a uma segunda intervenção, não têm de se preocupar com esse facto; devem é usar os vossos tempos com moderação e com o rigor necessário para que tudo corra bem.

Muito obrigado.

José Sousa, faça favor de intervir.”

José Sousa (PPD/PSD):

“Muito obrigado. Muito boa tarde, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores e caros membros da Assembleia Municipal.

A tempestade Kristin foi um dos momentos mais exigentes que o nosso concelho enfrentou nos últimos tempos. Não foi apenas um fenómeno meteorológico extremo; foi um verdadeiro teste à capacidade de resposta institucional, à robustez das nossas infraestruturas e à nossa coesão enquanto comunidade.

Houve danos reais, houve prejuízos nas habitações, nas empresas, na agricultura, nas associações. Houve populações isoladas, serviços interrompidos, houve incerteza e houve insegurança. E importa começar por reconhecer isso com clareza. Por trás de cada número estão famílias, histórias e dificuldades reais.

Mas, se a tempestade revelou algumas fragilidades, também revelou algo que nos deve muito orgulhar: a capacidade de mobilização, a entreatajuda entre vizinhos, o papel das freguesias, dos bombeiros, da Proteção Civil, das associações e de todos aqueles que estiveram no terreno desde o primeiro momento.

Neste processo, as pessoas foram fundamentais, e todos contaram.

O que aqui discutimos não é apenas a resposta dada; é o futuro do nosso concelho, e aquilo que vamos aprender com o que aconteceu.

O Programa “Renascer e Avançar Pombal” assume três dimensões fundamentais, que é avaliar, proteger e renascer / transformar.

Em primeiro lugar, avaliar, avaliar com rigor, com técnica e com humildade, não para achar ou encontrar os culpados, mas para identificar as falhas, os constrangimentos e as fragilidades. A avaliação que fizeram inicialmente, por fases, nas primeiras seis horas, vinte e quatro, setenta e duas horas, foi particularmente relevante, porque também é nos primeiros momentos que se define com eficácia a resposta que vamos dar.

O que esperamos deste processo é um relatório que vá para além do que está escrito, ou da descrição dele; que produza medidas concretas, exequíveis, com responsabilidade e com prazos definidos para a execução.

Avaliar é um sinal de maturidade institucional, é também um ato de maturidade política.

Em segundo lugar, proteger, onde se reforça a dimensão de proximidade. É, talvez, uma das lições desta crise. A primeira resposta acontece nas freguesias, nas aldeias, na proximidade com as pessoas. Reforçar as Unidades Locais de Proteção Civil, dotar as freguesias de meios operacionais, criar centros comunitários de crise e investir na formação são passos estruturantes.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Mas, deixo aqui uma nota importante: equipamentos sem formação e sem manutenção não criam resiliência. A verdadeira capacidade de resposta constrói-se com treino, exercícios, cultura de prevenção e coordenação.

Em terceiro lugar, transformar. O programa não se limita à reposição dos danos; assume também uma ambição mais ampla: apoiar as famílias vulneráveis, aliviar encargos, apoiar a agricultura, criar mecanismos de apoio às empresas, reforçar infraestruturas e modernizar o território. E isto é positivo, porque vamos reconstruir, vamos fazer renascer, e vamos fazer renascer com responsabilidade, preparados para o futuro, e com robustez suficiente para que as nossas estruturas não colapsem, e tudo funcione dentro daquilo que é possível.

Quero também sublinhar que este programa se articula com outros programas nacionais, nomeadamente o PTRR e a Estratégia Pombal 2030, que foi lançada. E esta coerência estratégica é relevante. Mas, o que vai ditar o sucesso deste plano será mesmo a execução.

Acredito que a confiança das pessoas não se constrói só com alinhamentos estratégicos; constrói-se com resultados visíveis no terreno.

Temos agora a responsabilidade coletiva de garantir que este programa não fica apenas no papel.

E falaram aqui, há pouco, em abandono, e eu confesso que fico triste, porque só tem a audácia de proferir estas palavras quem não esteve no terreno desde o início, quem não conhece a realidade. E se falarmos em abandono, qual foi a posição do PS relativamente ao ensino superior? Onde é que estava o PS nos primeiros dias de tempestade?

A única preocupação é estar à coca para criticar, e parece que da cartola só saem candidatos, não parecem sair soluções. Quando as críticas não são construtivas, ficam mais a parecer autorretratos demasiado realistas.

Pombal não se pode limitar a recuperar.”

Carla Leitão (PS):

“Muito boa noite a todos. Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara e, ao mesmo tempo, quero desejar uma rápida recuperação para ambos, que seja feita da melhor forma, e que possa ser célere.

Queria só aqui lembrar – e o Sr. Presidente falou que o PS só questionou, e não fez nada, o que é que fez – só gostaria aqui de lembrar que numa reunião de Câmara, o Sr. Presidente não estava, e todos sabemos porquê, o Sr. Vereador do PS, João Coelho, voluntariou-se a ajudar, e a Sra. Vereadora Marto aceitou a ajuda, tendo o mesmo procedido a contactos para efetivar a bolsa de advogados voluntários, para ajudar os municípios a pedirem os respetivos apoios. A mesma está feita, foi divulgada, e quem precisar de recorrer a ela, poderá fazê-lo. Só gostaria de lembrar esta situação, em concertação entre o PS e o PSD, penso que se fez algo que é útil para os nossos municípios, que é útil para todos, e para quem precisa de recorrer a estas ajudas.

E, desde já, quero agradecer, e penso que em nome do PS, aquilo que acho que deveria de ser sempre feito, e deveria ser pensado e analisado, que é podermos trabalhar em conjunto, porque acho que sinergias, nestas situações, e noutras, são sempre importantes, porque, se calhar, temos visões diferentes, e conseguindo colaborar, todos em conjunto, com certeza conseguimos mais.

Pergunto também agora de que forma é que vão ajudar as coletividades e associações com instalações próprias, se vão atribuir um apoio suplementar, uma vez que as que utilizam instalações municipais não terão de investir na recuperação das mesmas. Como devem calcular, falo na situação do desporto e da cultura.

Também solicito esclarecimento acerca da data ou previsão de reinício total das modalidades desportivas do Concelho de Pombal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Gostaria agora de me dirigir ao Sr. Presidente da Assembleia, e gostaria que, na sua competência – que eu sei que a tem, e que consegue, acredito que sim – que tente que estas atitudes que estão a ocorrer hoje – estamos na casa da democracia, e acho que todos nós temos direito à nossa opinião, concordemos, ou não, estamos todos muito exaltados, pode-se entender. No entanto, nós temos a nossa maneira de analisar o que se passou, e, se calhar, algumas das análises que estamos aqui a fazer são verdadeiras. Acredito que quem esteve no terreno possa considerar que estamos a ser injustos; no entanto, todos nós temos aqui direito a analisar a situação, como nós pretendemos e que achamos que é a correta.

Estamos na casa da democracia, como eu já disse, lá em casa, se calhar, poderão estar pessoas a assistir, não sei se estão jovens, se não estão, e acho que aqui deveríamos ter o exemplo, e há aqui algumas situações que têm ocorrido hoje, infelizmente mais graves do que têm acontecido noutras Assembleias, e que eu peço ao Sr. Presidente da Assembleia que consiga que estas atitudes sejam moderadas. Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

Eu penso que, respondendo diretamente à Sra. Deputada Carla Leitão, penso que me cabe alertar para a moderação nas intervenções – já o tenho feito; agora, eu não sou professor, ou percetor numa escola, com alunos que têm de obedecer ao professor. Cabe-me a mim ser justo na distribuição dos tempos, apelar a um bom nível de intervenções, que não haja intervenções mais quezilentas, e que, naturalmente – e ainda há bocado dizia ao Manuel Gonçalves que quando nós, às vezes, estamos a intervir, ultrapassamos um bocado o nosso tempo – neste caso, cedo sempre alguns segundos mais, algum tempo mais. Neste período da ordem do dia, nós temos uma primeira intervenção, e direito a uma segunda intervenção. Portanto, muitas vezes não vale a pena estarmos a aprofundar divergências, e podemos expor diretamente os nossos pontos de vista.

Mais do que aquilo que eu tenho tentado fazer, não posso. A Assembleia Municipal é aquilo que os senhores também quiserem fazer dela, não atribuam as culpas só ao Presidente da Mesa da Assembleia. Eu não digo que a Carla tenha atribuído culpas; o que eu queria dizer é que há um limite para a minha intervenção, e há um limite para as vossas intervenções também. Portanto, temos de entrar aqui no tal consenso que permita que as coisas corram bem. E eu acho que temos todas as condições para isso. Obrigado.”

João Pimpão, faça favor de intervir.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta:

Eu aprecio o discurso oco da deputada Carla, que é um bocado como já se falava, entre a ética e a estética. Nós somos da ética.

Também queria só dizer à Sra. Deputada do Partido Socialista que os e-mails de resposta também não tiveram resposta, porque no dia 11 de fevereiro, quinze dias depois da tempestade, os e-mails chegaram. Houve freguesias que responderam, e da secção do Partido Socialista, ninguém apareceu.

O Vereador João Coelho apareceu em catorze das dezassete freguesias. Fez o trabalhinho, apareceu, foi, trabalhou, percebeu em que é que podia ajudar, e ajudou. Do Partido Socialista, pelo que os meus colegas estão a dizer, em resposta ao e-mail, ninguém apareceu.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Também queria frisar a incoerência de quem vem fazer do Plano de Ação Climática o “alfa e o ómega” do futuro. Disse que Leiria já tem o Plano de Ação Climática, e em Leiria aconteceu pior que em Pombal.

Agora, indo aos documentos em questão, “Pombal Avalia”, “Pombal Protege”, “Pombal Renasce”, o “Pombal Avalia” é precisamente a proposta do método que o Município teve, de fazer aquilo que o Sr. Deputado Manuel defendia, que é perceber, analisar o que é que aconteceu, como aconteceu, e que ilações do que aconteceu poderemos incorporar para otimizar o serviço municipal e o serviço do concelho. E isto é superimportante, o que ele pedia da avaliação a este documento. Eu até penso que, ou não deu muita importância ao documento, ou nem sequer o leu, porque se o lesse, este documento é precisamente a resposta ao que dizia.

Sobre o “Pombal Protege”, a Proteção Civil divide-se em quatro fases: prevenção, preparação, resposta e recuperação. O “Pombal Protege” é programar, detalhar, especificar cada ação, cada elemento, cada momento. No “Pombal Protege”, nós temos lá escrito a necessidade de criar planos de mitigação de riscos. São planos da fase de preparação. Temos lá, no plano, está lá, “Plano de Educação e de Prevenção”, está lá o trabalho. Naquele Plano “Pombal Protege”, também estão lá planos prévios de ação, são planos prévios para cada risco que estiver elencado, e fazer essa planificação. Também está lá a necessidade, que vamos fazer, dos planos prévios de ação por cada freguesia, por cada grau de risco.

É essa planificação que o Município de Pombal vai ter, com esse detalhe. E digo-vos uma coisa: neste país, é vergonhoso, porque os reguladores não obrigaram a E-Redes a ter este plano prévio de atuação, não obrigaram a E-Redes a ter um plano de mitigação, a reguladora também não obriga as telecomunicações, as operadoras, é uma vergonha. É uma vergonha.

Quando o José Luís Carneiro, em 2019, aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, devia lá ter incorporado a exigência de os reguladores obrigarem as operadoras a apresentar planos prévios de ação, planos de mitigação de riscos, e não o fez. E hoje, os seus discípulos de Pombal vêm perguntar ao Município por isto. Não temos. Temos o Plano Municipal de Emergência, que em boa hora, às sete da manhã do dia 28, foi acionado pela Sra. Vereadora Isabel Marto – em boa hora.

Agora, os planos só servem se forem experimentados, testados. E o Estado, até hoje, não conheço nenhum simulacro de teste de comunicações que envolva as autarquias locais. O Estado nunca testou as comunicações, nem testes de plano, nem testes de projeto.

Por outro lado, o “Pombal Renasce” vem elencar um conjunto de medidas importantes para a fase da recuperação, a quarta fase da Proteção Civil. E neste plano, temos lá as medidas que vamos implementar para recuperar, ou para auxiliar a recuperar o nosso território, as nossas pessoas e os nossos cidadãos. E as pessoas sabem que nós estamos cá por elas, sabem que nós estamos cá com elas, sabem que nós estivemos sempre com elas, e estaremos sempre com elas. As pessoas, em outubro, não se enganaram; as pessoas, em outubro, sabiam quem as conhece, quem sabe o que precisam, quem sabe onde é que estão quando há borrasca. E quando houve borrasca, e a sério, ninguém ficou para o lado, ninguém ficou sozinho.

Não havia comunicações terrestres até Pombal. Não foi preciso, os meus colegas, nas suas terras, e eu, na minha terra, organizámos, montámos esquemas, defendemos. Temos as Unidades Locais de Proteção Civil, já antigas. A minha Unidade Local de Proteção Civil até um drone tem, andou a trabalhar. O Vereador Manuel Serra sabe bem, que esteve lá a acompanhar o nosso trabalho.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Nós temos capacidade técnica, temos miúdos que sabem muito disto, temos é de lhes dar os meios e os equipamentos necessários, e programar o território. E estes documentos, estes três documentos, são precisamente o exercício que é necessário fazer nesta altura.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Bem, mais uma vez, boa noite.

Eu não era para intervir neste ponto, mas tendo em conta tudo o que se foi falando e comentando aqui, eu sinto-me na obrigação de intervir.

Sim, se calhar não fizemos tudo bem. Sim, há coisas para melhorar. Mas, sim, demos resposta à população, e em poucos dias, o que era da nossa competência estava em fase de resolução. As nossas populações não foram abandonadas.

Se foi difícil para mim, eu faço ideia o que é que os meus colegas Presidentes de Junta que iniciaram funções, o que eles passaram. E dar aqui os parabéns, porque todos nós respondemos como deveríamos responder, sem abandonar as nossas populações.

As nossas grandes dificuldades foram, e são, numa primeira fase, a questão da eletricidade, com a E-Redes. Mas, após um esforço muito grande, tanto dos Presidentes de Junta, como dos Srs. Vereadores e da Vice-presidente, a E-Redes começou a dar-nos resposta, até porque fomos dos primeiros a conseguir pôr eletricidade em todo o concelho.

Falta-nos, obviamente, as comunicações, isso é algo que temos de combater com muita força.

E isto leva-nos a pensar um bocadinho naquilo que temos de fazer no futuro. E eu peço, para além de tudo o que nós temos de fazer internamente – e isso está vertido aqui, nos vários pontos do programa – eu acho que é importante dar mais capacidades, ou pedir mais capacidades aos Presidentes de Junta, para que, em caso de necessidade, em dias normais, em períodos normais, se nós acharmos que devemos abrir mais um caminho, se devemos criar condições de segurança, se somos nós que andamos no terreno, eu acho que nós temos de lutar perante o Governo para termos mais liberdade – sendo que esta liberdade tem de ser bem identificada – e meios para conseguirmos criar condições para que não haja estes problemas todos.

Também aqui pedir – eu sei que no plano está um sistema SIRESP municipal, ou algo assim do género, temos de o reforçar. Mas, mesmo assim, eu peço, e acho que é importante que os Presidentes de Junta tenham comunicação SIRESP a nível nacional, porque nós não conseguimos, mesmo em condições normais – e quando digo SIRESP, não tem de ser o SIRESP, tem de ser um sistema para termos comunicações redundantes. O sistema, nós ficamos completamente apagados e não conseguimos falar com ninguém, fruto da destruição. É preciso que se note que nós passámos por uma calamidade que não acontecia desde 1941, e em 1941 não tínhamos as estruturas que nós temos agora.

Eu peço ao Município que faça esse esforço perante o Governo, para que estas condições nos sejam dadas. Eu sei que isto carece, depois, de mais trabalho aos Presidentes de Junta, mas acho que era importante nós termos estas ferramentas, e solicito ao Município a coragem para fazer intervenções fortes na Proteção Civil e na criação de condições de segurança em todo o concelho.

Agora só mais um pequeno aparte, que eu acho que é importante também sermos corretos com toda a gente, que é assim: a Junta de Freguesia de Vermoil recebeu um e-mail – ninguém se esquece, mas eu vou lembrar: a tempestade foi no dia 28 de janeiro; eu recebo um e-mail do PS no dia 11 de fevereiro, para eu responder com a máxima brevidade. E passo a ler:

“Com a finalidade de podermos avaliar in loco as formas mais eficazes de colaborar com a Junta de Freguesia a que V. Exa. preside na resolução dos problemas resultantes dos atuais eventos meteorológicos adversos que estamos a viver, solicitamos, com a máxima brevidade possível...”



MUNICÍPIO DE POMBAL

– uma pessoa está sempre agarrada aos e-mails, numa situação destas – “... uma visita às instalações do Gabinete de Proteção Civil na Junta de Freguesia.”

Eu respondo no dia 16: “Estamos disponíveis para vos receber quando quiserem, mas agradecia que coordenassem comigo.” Estamos a dia 28 de fevereiro, ainda ninguém coordenou comigo. Estamos à espera de que resolvamos tudo, para depois lá irem ver.

Por isso, continuo à espera, estou disponível, quando quiserem, têm as portas abertas e recebo-vos com muito agrado, e visitam o que nós já fizemos.

Muito obrigado.”

Célio Dias (Presidente J.F. Louriçal, PPD/PSD):

“Mais uma vez, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu sou um pouco obrigado a intervir, depois daquilo que ouvi.

Falamos em justiça, estratégia, apoio social, psicologia, inércia e abandono, e eu começava por dizer, comportamento gera comportamento.

A minha cédula profissional como psicólogo é a 024985, e estou um pouco à vontade para falar sobre algumas coisas que foram aqui ditas.

Vou começar por justiça. O Sr. Vereador João Coelho visitou a Junta de Freguesia do Louriçal, onde eu lhe pude explanar tudo aquilo que estava a acontecer, e como é que era a nossa estratégia para a resolução dos problemas, estratégia essa de uma equipa multidisciplinar, entre Município, entre bombeiros, entre todos os nossos pares.

Falando em inércia e abandono, eu vou fazer aqui uma analogia. Esta situação pode ser comparada com uma guerra. Temos três feridos. O primeiro ferido foi o Louriçal, levou vinte pontos numa mão, com uma motosserra – o Rafael Carvalho, secretário da Junta de Freguesia do Louriçal. O segundo ferido foi o Alexandre, o Presidente da Junta da Ilha, que levou uma chicotada no pescoço com um fio que estava esticado, e que aconteceu. O terceiro ferido, João Pimpão, que teve um problema num dedo, que apareceu aqui com o dedo também isolado.

Portanto, não percebo este termo, “inércia” e “abandono”, quando nós temos, efetivamente, três feridos, e ainda ninguém falou nisto.

Portanto, comportamento gera comportamento. Eu não estou aqui de uma forma filosófica, nem pouco, mais ou menos, mas digo-vos muito honestamente: fico altamente incomodado com a forma como, muitas das vezes, as coisas se empolam aqui dentro da sala, sem necessidade, porque se nós acabámos de dizer, e se acabam de dizer que estamos aqui todos para a resolução do problema, porquê este comportamento a gerar outro comportamento? Somos todos humanos.

A área social e a área da psicologia, a Sra. Vereadora falou sobre esta área, a área da psicologia. É verdade que veio pôr a descoberto algumas situações que não estariam devidamente identificadas. E porquê? Também por vergonha, porque nem todas as pessoas têm a capacidade intelectual ou estão preparadas para chegar à Junta de Freguesia, que tem uma assistente social e tem uma psicóloga – e nomeio, Carriço, Almagreira e Louriçal, em que as pessoas estiveram no terreno, foram levar comida às pessoas, apoiaram as pessoas psicologicamente, continuam a acompanhar. Portanto, isto é desagradável, quando eu, ou quando nós ouvimos aquilo que ouvimos.

Eu peço imensa desculpa, não gosto muito de entrar neste tipo de intervenções, quase do “diz que disse”, mas como falei em justiça, e da mesma forma que dou os parabéns ao Sr. Vereador João Coelho, por estar na Junta de Freguesia do Louriçal, e estar atento a tudo o que eu lhe dizia, também peço justiça, no sentido de que estamos a apontar dedos de uma forma que, para já, não é o momento, não é o momento para isso, é o primeiro ponto; e o segundo ponto, a questão da inércia, como eu fiz a analogia do combate, esta tempestade é o inimigo. E esta tempestade,



MUNICÍPIO DE POMBAL

quando ataca, ataca na noite, ataca sem dizer nada, e pode usar diversos tipos de armas – pode ser um “ataquezinho”, mas, neste caso, não foi um “ataquezinho”; se calhar usaram mísseis, partiram pinheiros, partiram postes, derrubaram casas.

Portanto, eu peço aqui, e não vou intervir mais, peço que se olhe para esta frase, “comportamento gera comportamento”. Tenho dito. Obrigado.”

Rui Pinhão (PS):

“Sr. Presidente, quando nós nos arvoramos de ser os arautos da ética, temos de o ser, exatamente, depois, naquilo que dizemos e no que fazemos, porque é verdade que nós mandámos, de facto, uma comunicação às Juntas de Freguesia, e com algumas, eu já tive oportunidade de falar – o caso do Louriçal, o caso da Ilha – e apesar de no e-mail ir “com a máxima brevidade”, nós também tínhamos consciência de uma coisa: que o momento para os Srs. Presidentes de Junta era de resolução das questões que tinham em mãos.

A visita ao Gabinete de Proteção Civil pode ser feita, de facto, a qualquer momento – a qualquer momento – para percebermos algumas questões que, de facto, precisam de ser trabalhadas. Portanto, isto para deixar aqui o esclarecimento.

Depois, nós não somos os súditos do PS, mas vocês parecem muito, muito, os súditos do PSD. E lembrem-se de uma coisa: quando vêm para aqui puxar coisas do passado, do Partido Socialista, lembrem-se que o Luís Montenegro já está no Governo há dois anos, já podia ter modificado muita coisa, e o que é certo é que não modificou. Isso é certo.

Depois, há aqui uma questão, e relativamente à afirmação do Sr. Presidente, há bocado, no dia 29, às oito e meia da manhã, eu estava em contacto com o Sr. Vereador Marco Ferreira, para perceber, de facto, onde é que podíamos dar esse auxílio. E a questão de estar no terreno ou não estar no terreno, eu não tenho por hábito andar aí a meter fotografias em todo o sítio onde vou, nem a tudo o que faço, e, sobretudo, também não perco tempo em manifestações que não crescem a nada, zero.

Depois, e nesta demonstração, de facto, de que estamos cá todos para resolver as questões, nós lançámos um conjunto de propostas, algumas delas com a aceitação do PSD, e trabalhámos em conjunto para que elas fossem aproveitadas e fossem trabalhadas. Não estou a dizer nada errado, pois não? Agora aqui, para estes planos que aparecem. A bolsa de advogados, fomos nós, e algumas propostas que fizemos, e que lançámos para a comunicação, certo?

E mais, obviamente há aqui situações em que concordamos plenamente na sua realização. Quando o PSD parte para uma politização, aqui do Plano de Ação Municipal “Renascer e Avançar Pombal”, obviamente não podemos concordar, porque se nós não concordámos com o programa eleitoral do PSD, obviamente não podemos concordar com isto, porque não concordamos com algumas coisas que o PSD acha que são prioritárias, e que nós achamos que não, e que, para o momento, não são.

E quero aqui dizer outra coisa: lembrem-se quando todos se começaram a rir na discussão do Orçamento, em que houve a proposta de aumentar a dotação às Juntas de Freguesia, em meio milhão de euros, e toda a gente se começou a rir? E agora, viemos a verificar que, de facto, as Juntas de Freguesia precisavam de fazer alguns investimentos. A Kristin, ninguém a previa. Mas, há uma situação de que nós nos devemos lembrar, e devíamos ter aprendido com a Leslie: é que na altura da Leslie, quando se começou a falar daquela tempestade, ela estava prevista para entrar numa determinada localização. Com a Kristin, aconteceu exatamente a mesma coisa. E sabem que mais? Na tarde do dia 27 já havia informação, e essa informação estava no Município de Pombal, de que ela iria entrar mais ou menos na zona onde entrou.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Portanto, há aqui questões que precisam de ser trabalhadas para futuro, há aqui questões que, de facto, ninguém tem dúvidas de que não correram bem. Portanto, é isso que nós aqui viemos trazer, melhorar, trabalhar e tornar Pombal um concelho melhor.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

Ainda antes de passar a palavra à Carla Leitão, ainda bem que o Rui Pinhão falou sobre a proposta da última reunião da Assembleia Municipal. Eu esqueci-me de frisar que dentro da correspondência, eu enviei ao Partido Socialista, como enviei aos membros da Bancada do PSD, um esclarecimento relativamente à proposta que tinha sido apresentada, e que foi mal interpretada, do meu ponto de vista, pela Bancada do Partido Socialista, e que dizia claramente que, de acordo com a Lei das Autarquias Locais, nos seus vários articulados, não é possível, depois de estarem aprovadas pela Câmara as Grandes Opções do Plano e Orçamento, ser introduzida qualquer modificação na Assembleia Municipal.

E, portanto, eu considero esse assunto esclarecido, penso que o único apelo que fiz foi a que, quer os membros do Partido Socialista, quer os do Partido Social Democrata, procurem inteirar-se melhor de alguns aspetos do nosso regulamento, para que se possa obviar confusões desse nível. Sim?”

Manuel Gonçalves (PS):

“Só um esclarecimento sobre essa matéria. Eu pensava que esse assunto estava arrumado, mas já que trouxe...”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu não trouxe, quem trouxe foi o seu colega, desculpe.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Só lhe queria deixar, na próxima vez, o Presidente da Assembleia Municipal tem o dever de garantir o cumprimento da legalidade. Tudo o que sejam propostas ilegais ou antirregimentais, é obrigação da Mesa informar os proponentes que não podem entrar, porque é ilegal.

Acabou, para mim o assunto está arrumado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Manuel Gonçalves, desculpe lá, o termo “acabou” não é propriamente o mais feliz. De qualquer das maneiras, eu dou isso de barato.

É só para lhe dizer que é tanto minha obrigação, como é vossa, se inteirarem do Regimento da Assembleia Municipal.”

Carla Leitão (PS):

“Posso, Sr. Presidente? É só para esclarecer, que não sei se depois da intervenção do Sr. Presidente, relativamente à minha, se foi por a minha profissão ser professora, ou não, mas se foi, quero dizer-lhe que eu não preciso de castigar os meus alunos para eles terem bom senso, ou para se comportarem de uma forma correta na minha aula. Eu tento sensibilizar, e foi só isso que eu tentei falar com o Sr. Presidente e pedir, que pudesse sensibilizar os membros do PSD que têm tido algumas intervenções menos corretas, e que, se calhar, até o pode fazer fora daqui, penso eu. Era só para esclarecer isso.

Claro que o bom senso e a educação cabem a cada um, todos nós sabemos disso. E em relação à ética e à estética, eu quero só dizer aqui ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas, que deu a entender que o meu lado era o da estética, graças a Deus, mas considero-me também o lado da ética. E digo-lhe, a olhar para si, que com certeza não tem nada a apontar quanto à minha ética. Muito obrigada. É só isso.”

Sandra Mendes (Presidente J.F. Guia, PPD/PSD):



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Cumprimento todos os presentes, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Coucelo.

O que nos aconteceu há precisamente um mês, na madrugada de 28 de janeiro, veio revelar o que todos os que conhecem a realidade do país sabiam: o país não está preparado para uma catástrofe de média ou grande dimensão. As causas são inúmeras, e não querendo ser exaustiva, enumero as que me têm sido mais evidentes. Não vou poupar algumas críticas, pois só assim podemos melhorar.

Em primeiro lugar, a reduzida capacidade de planeamento e organização. É uma característica que, salvo honrosas exceções, é transversal a toda a nossa sociedade – Administração Central, autarquias, a própria sociedade civil, empresas, entidades e famílias. Planeamos pouco e planeamos mal, porque o planeamento tem de partir de baixo para cima, tem de partir do terreno, tem de partir da unidade mais pequena da Administração Pública, as freguesias. São as freguesias que conhecem o seu território, entidades e população. A realidade de cada freguesia é única. Mesmo no nosso Município, não temos duas freguesias iguais.

Têm de ser as Juntas de Freguesia a elaborar os seus próprios planos de emergência, os quais terão, depois, obviamente, de ser devidamente articulados com planos municipais, intermunicipais e por aí fora.

De que é que as Juntas de Freguesia necessitam? De apoio nesse trabalho, de formação, de apoio técnico especializado para elaborar os seus planos de emergência, porque não sendo os Executivos das Juntas de Freguesia profissionalizados, e não havendo critérios estabelecidos de exigência de competências, o apoio técnico do Município é decisivo para as freguesias, pelo que o que solicito, aquilo que tem acontecido é a colaboração estreita entre os técnicos do Município e as Juntas de Freguesia. Precisamos muito do vosso trabalho técnico, precisamos muito de trabalho no terreno.

Salvaguardadas as devidas diferenças, em termos de escala e atribuições, hoje não se exige menos às Juntas de Freguesia do que aquilo que se exige às Câmaras Municipais, os meios e os recursos é que são muito, muito diferentes.

Abro aqui um parêntesis para realçar que as freguesias não podem, no entanto, se substituir ao Estado, às famílias, às empresas e associações. Todos somos Proteção Civil, todos somos responsáveis por assumir a nossa quota de responsabilidade nos diversos domínios em que nos movemos. Não peçam às Juntas de Freguesia para fazer o que compete aos privados, ou que ultrapassa manifestamente as nossas competências e atribuições.

Um segundo aspeto tem a ver com a reduzida visão integrada e estratégica na abordagem dos problemas, o que a Proteção Civil deve garantir, mas, na realidade, percebemos a dificuldade que os diferentes organismos e entidades que a integram têm em trabalhar de forma conjunta, dada a inexistência de uma cultura organizacional comum, o que se traduz em perdas de eficiência.

Muito mais haveria a dizer sobre o tema, não é o momento.

Abro aqui um outro parêntesis, para vos contar que no dia 27 de janeiro, à noite, quando se começa a perceber que o que aí vinha era sério, e eu precisava de encontrar alojamento para pessoas que viviam em habitações precárias, liguei ao Coordenador Municipal da Proteção Civil, que me explica, na prática, e muito resumidamente, que não me podia ajudar. Tive aí o primeiro sinal de como me iria sentir só e desamparada nas primeiras e longas vinte e quatro horas, e mais até, dependendo da perspetiva e das diversas nuances, algumas de estrito âmbito local.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Quando fui eleita Presidente da Junta, sabia que iria inevitavelmente enfrentar momentos solitários, como é próprio de qualquer líder, e claro que equacionei o cenário de catástrofe, para o qual qualquer responsável político tem de estar preparado. O que não imaginei era que o mesmo acontecesse logo depois de ter tomado posse, tal como a muitos dos colegas Presidentes de Junta, especialmente aqueles que foram eleitos pela primeira vez.

Na minha freguesia, na Freguesia da Guia, não temos Unidade Local de Proteção Civil. No início de janeiro, eu havia pedido ao Coordenador Municipal da Proteção Civil para reunirmos, no sentido de fazer o trabalho preparatório para a sua criação. Assim que tomei posse, candidataram-se dois voluntários da minha freguesia para a futura Unidade Local de Proteção Civil. Um, à data de hoje, ainda não o conheço, e ao outro, procurei-o no segundo dia, em sua casa, não estava, e desde então que também não o vejo.

Aproveito para lançar aqui um apelo aos meus fregueses: a nossa freguesia necessita de voluntários para a Unidade Local de Proteção Civil, pessoas que sejam uma mais valia, que acrescentem valor, com sentido de missão, e que em situação de catástrofe, saiam de suas casas para ajudar no que for necessário, que estejam disponíveis para o serviço público. Não é para todos, eu sei, mas eu sei que temos aí alguns muito bons, e é desses que a nossa freguesia precisa, é dessa gente que a nossa população carece numa situação de catástrofe, e independentemente das cores políticas.

O que me fica dos primeiros dias de catástrofe foi a necessidade de improvisar e agir rápido, dada a inexistência de um plano de emergência. No entanto, depressa aprendemos e depressa estabelecemos prioridades e planos de ação. Foi correndo bem tudo o que ia muitas vezes dependendo do aleatório, da boa vontade, da solidariedade e empatia de alguns, o que não é de modo nenhum suficiente, porque se há comunidades coesas do ponto de vista social, há outras em que a comunidade não passa da porta da casa de cada um.

Uma catástrofe como a que nos assolou necessita de estratégias, de planos de ação e de pessoas prontas a agir de imediato.

Com esta partilha, na qual se nota que há alguma mágoa, eu quero, apesar de tudo, realçar os momentos muito positivos, o trabalho incrível que foi feito pelo Município. À Vereadora Isabel, a quem, em privado, já tive oportunidade de agradecer, deixo uma vez mais uma palavra de agradecimento, a todo o Executivo, a todos os colegas Presidentes de Junta.”

Carla Mariza (PS):

“Obrigada, Sandra, pelo seu relato tão fidedigno que fez, daquilo que foi a aflição dos Presidentes de Junta, neste momento de intempérie. Foi, de facto, um relato muito verdadeiro e sentido. Muito obrigada. Acho que todos devemos agradecer o seu relato.

Eu só quero aqui fazer um preâmbulo, para responder. O Sr. Presidente da Junta, João Pimpão, acha que um Plano de Ação Climática não é uma coisa necessária, ou que pode ser secundária, mas digo-lhe uma coisa, é a coisa mais importante, porque planeia e previne reduzir os riscos. E mais, alguns fundos, como o PRR, o Portugal 2030, exigem um Plano de Ação Climática para as suas candidaturas.

Portanto, eu acho que é uma coisa que já devia ter sido elaborada.

Uma pergunta: o Sr. Presidente da Junta de Freguesia das Meirinhas falou tanto da E-Redes, da E-Redes; a E-Redes é uma empresa privada, não sei se percebeu. Uma empresa privada. E nós estamos aqui, neste momento, a fazer o balanço de um evento que aconteceu em janeiro de 2026, não foi em 2005, nem em 2017, foi em janeiro de 2026, com um Governo que está quase há dois anos a governar, e que se achava que estava mal, teria já muito tempo para repor aquilo que estaria mal. O que percebemos é que também não ligou àquilo que já estava feito.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E quem puxa os assuntos para Governos passados são os senhores, não somos nós. Tenho dito.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Vou ser rápido, e é uma pergunta que eu deixo em aberto. Nós, concelho, já temos planos, essas coisas todas, de prevenção, etc., mas verificámos que algo não correu bem – ou correu menos bem, para ser simpático. Então, vamos elaborar agora novos planos, ou atualizar esses planos. E a pergunta que deixo aqui, meus amigos, é esta: que garantias é que nós temos de que, agora, estes planos e estas medidas que nós vamos tomar são úteis para as futuras catástrofes? É esta questão.

Dou-vos um exemplo, pois temos atitudes de boa vontade: vamos dotar as freguesias com voluntários, ou apelar a que haja voluntários. Eu reconheço que é importante haver voluntários nas ações de Proteção Civil, mas, meus amigos, eu acho que nós tínhamos de dar alguma profissionalização a isto. Isto é, nós, se calhar, não devíamos só dar o nome de voluntários; devíamos ter voluntários com alguma ligação àquilo que vão fazer, ainda que eventualmente eu tivesse, no Dia do Município, de medalhar os voluntários, ou dar-lhes um prémio especial, ou mandar, na altura do Natal, um cabaz de Natal como agradecimento. Há questões que nós temos de tratar com algum profissionalismo.

Esta história de a Proteção Civil estar dependente só, ou exclusivamente, muitas vezes, da boa vontade das pessoas, não é, na minha perspetiva, muito profissional. Eu acho que se as freguesias, como já disseram, não têm ainda os meios suficientes, não têm a capacidade técnica, não têm a formação, temos de profissionalizar esse tipo de atitudes, porque senão não vamos a lado nenhum.

Meus amigos, eu só espero que não estejamos aqui a discutir um documento que, daqui a uns tempos, não tem qualquer tipo de validade, porque não respondeu a eventuais calamidades. Como dizia alguém, a Presidente da Junta da Guia, há uma tradição que é uma tradição triste no nosso país, e que é: há uma calamidade, há uns planos todos jeitosos, nessa altura há dinheiro, anteriormente não há dinheiro nenhum, e passado tempo, a normalidade vai-se impondo, e quando nós olhamos para trás, grande parte das medidas não foram feitas. É culpa de alguém? Não sei, se calhar é de todos os portugueses, da nossa forma de estar, etc.

Agora, nós temos o dever, quando nos acontece o que aconteceu, e por respeito às pessoas que sofreram, que ficaram isoladas, nós temos o dever – não é o dever, é o imperativo moral, ético e jurídico de tentar fazer com que estas coisas aconteçam e se concretizem.

E, meus amigos, às vezes começo, nestas matérias, quanto à execução de planos bonitinhos, começo a dizer que começa a ser um ato de fé.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Sr. Presidente, eu queria pegar aqui nas palavras do Sr. Dr. Manuel – que não é colega, não foi eleito diretamente, foi eleito numa lista partidária – para dizer duas coisas.

Realmente, eu defendo os planos de ação climática – defendo, e contribuo para eles, para o do Município, que está em curso. No mês de novembro de 2024, Leiria aprovou o seu Plano de Ação Climática, e está aqui.

E vamos comparar uma coisa com a outra, o que se pretende com estes três documentos que estamos a discutir, que é o “Pombal Avalia”, o “Pombal Protege” e o “Pombal Renasce”, que é um conjunto de documentos com ações concretas, programadas no tempo, e com os financiamentos definidos, é completamente diferente do Plano Municipal de Ação Climática de Leiria – que eu não tenho de criticar Leiria, o Presidente Gonçalo faz o que entende, mas não foi a existência do Plano Municipal de Ação Climática que fez com que a Ponte das Barcas não



MUNICÍPIO DE POMBAL

ficasse submersa; não foi o Plano Municipal de Ação Climática, que tem lá um eixo que é “prevenir a erosão na Praia de Pedrógão”, que deixou que a areia saísse da Praia de Pedrógão. Ou seja, não é a existência de planos. Eu concordo, sim, com a existência de planos, mas planos com ações detalhadas, calendarizadas e com financiamento.

E, Sr. Dr. Manuel, eu vou dizer-lhe uma coisa: já há bocado percebi que tinha tido pouca atenção ao ler os documentos. Depois, a seguir, percebi, pela discussão que travou com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que também teve pouca atenção ao ler o Regimento e a Lei n.º 75/2013. Agora, o que eu queria pedir era que tivesse uma atenção redobrada quando visitar a Lei, e ver que o órgão que permite que as pessoas tenham a garantia da efetividade das ações do Município, o chamado órgão fiscalizador, é esta Assembleia Municipal – é o senhor, e eu, e todos nós aqui, que temos de fiscalizar a concretização desse plano.

E vou dizer-lhe uma coisa: este “Pombal Avalia”, eu vou estar muitíssimo atento a ele; o “Pombal Protege”, vou estar muitíssimo atento a ele; e o “Pombal Renasce”, também vou estar com muita atenção a ele, porque eu não me quero demitir da função de fiscalizador do serviço municipal. É para isso que estamos cá.

Por isso, gostava que tivesse mais atenção quando lê os documentos, e mais atenção quando lê a Lei. Obrigado.”

Celso Mendes (Presidente J.F. Abiul, PPD/PSD):

“Mais uma vez, boa noite.

No dia da tempestade, atravessei várias freguesias, desde a Marinha das Ondas até Abiul, saí de lá cerca das sete da manhã. O que é que acontece? Eu vi toda a gente a desimpedir estradas, eu cheguei a Abiul rapidamente – quer dizer, havia muita gente a trabalhar, inclusivamente vi forças de entidades competentes, bombeiros, os civis, que eu tenho de agradecer aqui, em nome de todos, da população deste concelho, e não só, que de imediato os vi com motosserras, tratores, máquinas, sem qualquer restrição. As pessoas criaram meios, que nós nem calculamos a força que foi arranjada.

De seguida, tivemos o Município, que nos apoiou em tudo. Eu, como Presidente de Junta novo – como todos sabem, sou novo nisto – nunca me senti sozinho. Nunca me senti sozinho. Tive todo o apoio incansável da Câmara, que mandou para lá as entidades que foram necessárias para me ajudar, para me ajudar a desenvolver os meus planos, que eu não tinha conhecimento nesta área – tenho muito conhecimento, obviamente, em Proteção Civil, mas como cidadão, mas não estava, de todo, à vontade para lidar com tanta dimensão, que é mesmo assim. Mas, sinto-me confortável, daqui para a frente, acho que vou ficar mais forte, e acho que vou conseguir ajudar muito mais, e acho que os meus colegas também vão sentir esse à-vontade daqui para a frente.

Daí, eu só tenho a enaltecer este trabalho que a Câmara nos pôs nas mãos, que é mesmo assim, apoiou-nos em tudo – em tudo. Tivemos todas as condições. Obrigado.

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não era para intervir neste ponto, mas vou intervir, no seguimento da intervenção do Sr. Deputado do Partido Socialista, Manuel Gonçalves, que invoca aqui muitas vezes a sua experiência de vida, mas com o devido respeito, que é muito – e subscrevo que é muito – às vezes falta-lhe um pouco de noção da vida real, ou pelo menos da vida que acontece em Pombal. Sei que esteve uns anos fora, e, portanto, é capaz de lhe faltar essa noção real daquilo que acontece no terreno.

E não podia deixar passar aqui em branco a referência – desculpe-me o termo – leviana com que falou dos voluntários, porque, em primeiro lugar, deixe-me que lhe diga uma coisa: os Srs.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidentes de Junta são voluntários, ninguém os obrigava a andarem doze, catorze, dezasseis horas por dia com motosserra a mão, a desobstruir vias – eles, as suas equipas, muitos cidadãos que os acompanharam, das suas freguesias, e que os ajudaram nessa missão.

E, portanto, esses voluntários merecem todo o nosso respeito e consideração, da mesma forma que os nossos bombeiros voluntários também merecem esse respeito e consideração, da mesma forma que todos os cidadãos, que não sendo de Pombal, nos vieram ajudar, também merecem esse respeito e consideração.

E, portanto, eu até acompanho aquilo que diz, quando diz que a Proteção Civil deve ser mais profissionalizada, eu percebo perfeitamente o que diz, mas não posso de maneira nenhuma acompanhar e deixar passar em branco a forma leviana, e quase desrespeitosa, como se referiu aos voluntários, porque, efetivamente, nestes contextos de crise, e nestes contextos extremos, tem de também haver aqui alguma autorresponsabilização dos cidadãos, porque por muitos meios que existam, por muitas estruturas que existam, o alcance dos fenómenos, as consequências, os danos destes fenómenos são sempre incalculáveis, são sempre imprevisíveis. E, portanto, os recursos serão sempre limitados, serão sempre escassos. E é muito importante que a Proteção Civil, por muito que evolua, em Pombal e no nosso país, e por muito que se profissionalize, continue a contar com esta componente tão importante, e a valorizar esta componente tão importante, que é a componente voluntária, porque se até agora nós conseguimos dar resposta àquilo que nos foi afetando, não só em Pombal, mas no país, foi muito graças a essas pessoas. E não devemos, de maneira nenhuma, desvalorizar o trabalho delas, nem o trabalho que já foi feito no passado, nem o trabalho que certamente continuarão disponíveis para fazer no futuro.

Muito obrigado.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sr. Deputado Rui Pinhão, se faz favor.”

João Antunes dos Santos (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, só um ponto de ordem à Mesa. Julgo que já é a terceira intervenção.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Posso falar? Eu agradecia que os senhores me deixassem falar.

O Sr. Deputado Rui Pinhão tem direito a uma segunda intervenção. O Sr. Deputado Rui Pinhão só fez uma primeira intervenção, de cinco minutos, e tem direito a uma segunda intervenção. Os senhores anteciparam-se, é isso que eu digo.

Carla, há bocado interpretaste-me mal, eu não estou a falar de professores, de maneira nenhuma. As pessoas têm de estar com atenção, com calma, e quem dirige os trabalhos é a Mesa.

Faça favor.”

Rui Pinhão (PS):

“Eu sei que o tempo já vai longo, eu próprio também já estava baralhado, mas eu pensava que era só uma vez.

Mas, só para esclarecer o Sr. Deputado Municipal, João Santos, que, de facto, ninguém no Partido Socialista tem uma forma leviana de falar sobre os voluntários. E tanto não tem que, inclusivamente, durante a resposta à tempestade, às consequências, nós fomos contactados por um grupo de voluntários, que inclusivamente queriam vir para Pombal, e tentaram contactar o Município, tiveram dificuldades, ninguém os orientou, e nós redirecionámos esse grupo, através de um dos nossos eleitos, para a Freguesia de S. Simão.

Portanto, não existe qualquer forma leviana de nos dirigirmos sobre ninguém, e foi esta a forma com que nós tratámos desse assunto.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Era só para esclarecer o Sr. Deputado João Antunes, porque, às vezes, também não sabe tudo sobre a vida cotidiana em Pombal.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito bem. Terminaram as intervenções.

Neste momento, eu só quero passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, se ele entender que tem muitas explicações a dar, ou muitas coisas para falar, depois deste ponto tão grande da ordem de trabalhos.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado.

Só para contextualizar, no período de antes da ordem do dia nós tivemos aqui oportunidade de os Srs. Membros da Assembleia Municipal partilharem aquilo que eram as suas perspetivas, as suas experiências neste período, que foi um período difícilimo, e por isso é que eu até vos desafiei a escreverem o que passaram, esses episódios, porque demonstram, a sua esmagadora maioria, esse espírito de solidariedade – e o termo é muito usado, mas o termo “resiliência”, mais uma vez utilizado aqui no bom sentido – para mais tarde recordar.

Mas, nós, com todo o respeito, já estamos a entrar noutra fase. Eu acabei de dizer, na minha intervenção inicial, que ainda estamos a recuperar aquilo que foi o impacto da tempestade, mas, concomitantemente, já estamos a trabalhar no futuro. É esse o nosso compromisso.

É por isso que, no âmbito também desta Assembleia Municipal, os nossos serviços – e aqui, queria agradecer mais uma vez aos Srs. Vereadores e aos serviços municipais, que conseguiram ter este documento, que é um documento que, a partir de agora, vai ser a nossa orientação, do ponto de vista estratégico. E isso, para nós, é muito relevante, porque este documento, este Programa “Renascer e Avançar Pombal”, tem três planos integrados.

O primeiro, naturalmente, que é aquilo que as pessoas querem saber – e subscrevo as palavras de preocupação, eu creio que o nosso amigo Manuel Gonçalves não quis dizer “reagir”, faltou o “reagir”, porque reação foi o que estes homens e estas mulheres tiveram. Mas, queria dizer-lhe que, se calhar, os planos serem concretizados, eu percebi a intenção, mas em termos comunicacionais, por isso é que gerou ali aquele burburinho, mas creio que todos percebemos que a sua intenção não era diminuir o papel dos autarcas, que foi um papel verdadeiramente extraordinário.

Mas, dizia eu, o que é que as pessoas querem? As pessoas querem que aprendamos alguma coisa com o que se passou, para estarmos melhor preparados no futuro, em situações similares. E daí, o primeiro plano ser o “Pombal Avalia”. Nós temos de olhar para ver o que se passou. Eu percebi os vossos sorrisos quando a Sandra falou, enquanto Presidente de Junta, porque, naturalmente, num contexto com tanta exigência, nem tudo correu bem, claro que não, e nós não vamos enfiar a cabeça na areia. E aqueles são os nossos parceiros, seja a E-Redes, seja a ANACOM, seja qualquer entidade, nós vamos trabalhar no sentido de estarmos melhor preparados, para quando acontecer uma situação destas, nós e as entidades que conosco trabalham, nomeadamente no âmbito da Proteção Civil.

E é por isso que, no âmbito deste programa, nós temos o apoio do Coordenador do Departamento de Proteção Civil do Politécnico de Leiria, o Eng.º Ricardo Duarte, que nos vai ajudar, com a Sra. Vereadora Isabel Marto, que acompanhou dia e noite a resposta municipal a este comboio de tempestades, e vamos ter, até ao início de abril, na próxima Assembleia Municipal, para vocês verem o grau de celeridade com que nós estamos a trabalhar, na próxima Assembleia Municipal já vamos ter aqui um relatório com sugestões de melhoria. E o que eu disse à Vereadora, e o que nós discutimos em reunião de Câmara, eu não quero aqui comissões



MUNICÍPIO DE POMBAL

de inquérito, não quero andar aqui a encontrar culpados, não é nada disso; o que temos é de ser objetivos, ter melhores respostas, estarmos com mais soluções para situações desta natureza.

E, por isso, a Sra. Vereadora está a acompanhar este processo, e nós queremos, até abril – portanto, vejam que o tempo é rápido, mas esta análise tem de ser feita rapidamente, porque agora é que nós temos ainda todas as situações frescas – e, portanto, vamos trabalhar nesse sentido.

Paralelamente, vamos trabalhar o “Pombal Protege”. Este “Pombal Protege” é outro plano, que visa também reforçar a nossa capacidade de resiliência – eu até gosto do termo, de resistência a fenómenos desta natureza. E aqui, segundo todos os Presidentes de Junta, que todos eles salientaram a importância de ter mais e melhor comunicação, geradores e todos esses equipamentos que nós queremos – e a Vereadora da Proteção Civil está com esse compromisso já estabelecido com os nossos serviços, e respondo também aqui à questão que o Hugo levantou, este plano é um plano de orientações e de medidas. Depois, vamos executá-lo, e com a execução é que vamos comprar os meios de comunicação por satélite, os rádios SIRESP, e todos esses, de acordo com a avaliação técnica que vier a ser feita pelos nossos serviços de Proteção Civil, e, naturalmente, os nossos parceiros.

E o que nós queremos é que as Juntas de Freguesia, num futuro próximo, que nós não queremos que aconteça, mas que sabemos, à partida, que vai acontecer, mais cedo ou mais tarde, sejam os pilares em cada uma das freguesias, de apoio às suas populações. Quando houver uma crise do género, que as pessoas saibam que podem ir ao edifício da Junta, ou a pontos de apoio à comunidade, seja um pavilhão, seja uma IPSS, seja o que for, naturalmente dentro da Proteção Civil, o espaço que nós identificarmos, com condições para servir refeições, para ter banhos quentes, e para ter um conjunto de apoio às populações, carregamento de equipamentos elétricos, por exemplo, que foi algo que as pessoas também não tinham. Portanto, ter esses centros de apoio em cada uma das freguesias. Esse é um trabalho que vamos fazer em parceria com as Juntas de Freguesia.

E também reforçar as Unidades Locais de Proteção Civil. Nós queremos, e é um compromisso que nós temos, e a partir deste momento, eu acho que os Srs. Presidentes de Junta também são interessados neste processo, ter Unidades Locais de Proteção Civil com voluntários, voluntários que tenham seguro e que tenham formação específica para estes cenários, que sim, Célio, são, efetivamente, ou foram cenários de guerra, autênticos. Nas nossas freguesias, foram autênticos cenários de guerra. E, portanto, esses voluntários também têm de estar preparados para isso. Nós sabemos que é exigente.

E reforço o apelo – não sei se foi a Sofia ou a Sandra que fez esse apelo, já hoje, nesta sede, aos seus fregueses, porque sabemos que há freguesias que estão em estados mais evoluídos neste âmbito, e também sabemos que o foco também estava muito na época de incêndios rurais, onde nós temos mais de duzentos voluntários. É notável o nosso concelho, e agora temos de transformar estes voluntários na área da Proteção Civil em voluntários que, se calhar, vão ter de estar disponíveis o ano todo, porque já percebemos que estes fenómenos já não têm época do ano para acontecer.

Portanto, temos de também capacitar essas Unidades Locais de Proteção Civil com EPI, Equipamentos de Proteção Individual, e todas as ferramentas e equipamentos necessários para que consigam dar uma resposta cabal nestas situações.

E, portanto, isso no âmbito do “Pombal Protege”. E, depois, também temos o investimento que temos de fazer nas nossas infraestruturas – nós, Município. Já percebemos, no âmbito da nossa rede de abastecimento de água, e outros sistemas, nós temos de também reforçar as redundâncias



MUNICÍPIO DE POMBAL

e a nossa capacidade de resiliência destes mesmos serviços, e isso também está no âmbito do “Pombal Protege”.

E, depois, temos um terceiro plano, que é o “Pombal Renasce”, e aí, sim, com medidas que sejam medidas também já a apontar para a transformação do nosso país. E também vos vou dizer que nós não inventámos nada; o que nós estamos a fazer é um desafio que nos foi lançado a nível nacional, com o PTRR. E isto significa que nós, com este PTRR, que fala na recuperação do território, na proteção, na resiliência e na transformação, nós conseguimos, com o nosso plano, já estar alinhados com este plano a nível nacional. E até na própria CIM, nós aprovámos, já esta semana, depois de termos aprovado o nosso, um plano regional, também para resposta ao pós-tempestade.

E, portanto, isto está tudo interligado. E, portanto, do ponto de vista daquilo que é a nossa preparação para o futuro, nós estamos a liderar, a liderar uma agenda, que seja uma agenda transformadora para o território, ou seja, não só recuperar as infraestruturas que foram danificadas, não só apoiar as populações e as empresas e instituições no curto prazo, mas pensar já mais à frente. E eu acho que isso é, realmente, um contributo grande que damos à nossa comunidade.

E, portanto, queria deixar essa nota.

Tentando responder aos Srs. Deputados da Assembleia Municipal, às questões que colocaram, primeiro, a Sra. Deputada Carla Mariza, que falou sobre as respostas do e-mail, das visitas aos Gabinetes de Proteção Civil, eu acho que esse assunto já foi mais do que debatido, até acho um bocado caricato, como é que num contexto com esta dimensão, estamos aqui numa Assembleia Municipal a discutir a inércia do PS, ou a posição do Partido Socialista, quando não devia ser esse o tema desta Assembleia. Mais uma vez, puseram-se a jeito, mas pronto.

Eu, na minha intervenção, posso dizer aquilo que eu quiser dizer. Aquilo que eu disse – e agora, então, posso falar sobre o assunto – enviar e-mails em pleno estado de calamidade, para as Juntas de Freguesia, para visitar, com a maior celeridade, os Gabinetes de Proteção Civil, quando as Juntas de Freguesia nem Gabinetes de Proteção Civil têm, e muitos deles têm os gabinetes dos Presidentes de Junta, e pouco mais – não têm de ter, o Sr. Deputado da Assembleia Municipal nem sabe como é que são as condições das Juntas de Freguesia. E, portanto, isso não é só ridículo, como menoriza o trabalho que é feito, porque, ainda mais, aquilo que os Presidentes de Junta estavam a fazer é estarem no terreno, efetivamente, no apoio às suas populações, que era ali que deviam estar, e onde devíamos estar todos, e onde eu estaria também, se não estivesse na situação em que estava.

E, portanto, é pôr-se a jeito; efetivamente, é pôr-se a jeito. E, depois, exigir com a maior brevidade possível, e depois nem sequer lá meter os pés, ainda pior. Ainda pior.

Portanto, se queremos falar do assunto, falamos. Eu acho que não é bom para vocês, é a minha opinião, mas eu posso continuar.

Portanto, aquilo que eu queria salientar é que mais importante do que nós atacarmos responsabilidades, coisa que não foi feita por ninguém aqui em cima, nem aí em baixo, ninguém atacou responsabilidades a ninguém, pelo contrário, elogiaram, agradeceram, valorizaram, fortaleceram aquele espírito de comunidade, foi o que foi aqui feito, e apontaram sugestões de melhoria, precisamente para estarmos melhor preparados numa situação destas, no futuro. É isso que estamos todos a fazer, e é isso que todos devemos fazer. Esse, acho que é o compromisso que as pessoas que nos estão a acompanhar esperam de nós.

E, portanto, dizer que sobre esse ponto, não tenho mais nada a dizer.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Relativamente ao Plano de Ação Climática, como vocês sabem, já tínhamos falado aqui na Assembleia Municipal, estava em preparação esse plano, e está. Tinha previsto, já em janeiro, os contributos dos nossos parceiros, já falei com a Sra. Vereadora, e a previsão é que na próxima Assembleia Municipal esse Plano de Ação Climática seja trazido para ser discutido.

E, portanto, naturalmente que sendo discutido e aprovado, vai integrar também este programa. Portanto, está tudo bem, não há problema nenhum relativamente a isso. E estava a ser feito, como vocês sabiam, com a máxima transparência, e também é verdade que vai ter o seu contributo. Não é um contributo decisivo, o contributo decisivo não é esse, mas também vai dar o seu contributo.

Agora, a Sra. Deputada Carla Mariza falou da importância deste plano, nós já dissemos que está a ser feito, e assim que terminar, vem à Assembleia Municipal e integra este programa, está tudo bem. O Sr. Deputado Manuel Gonçalves vem logo dizer que não acreditava nos planos, que não servem para nada, também não percebo em que é que ficamos. Vale a pena haver planos, ou não vale a pena haver planos? Parece-me que é melhor haver aí alguma sintonia de posições relativamente a isto, porque estes planos dão muito trabalho a fazer e envolvem muita gente, para que possamos chegar até ao momento da sua aprovação.

Relativamente ao Sr. Deputado Hugo Silva, eu já referi que todos os equipamentos que vierem a ser adquiridos, vão ser agora numa fase em que, depois de termos estes programas delineados – e hoje, à Assembleia Municipal vem para terem conhecimento, aprovámos em reunião de Câmara, e agora vamos começar a executá-los. E é aí que vamos entrar também na compra desses equipamentos, sempre também com suporte técnico e equipamentos que efetivamente funcionem, que é isso que nós queremos, não são rádios que não funcionem. Nós queremos rádios que funcionem em contexto de emergência, e todos os equipamentos naturalmente associados à melhoria da nossa capacidade de resposta.

Relativamente também à questão da saúde mental, que percebi que também estava preocupado com essa questão do apoio psicológico à comunidade, às pessoas, aos próprios técnicos, aos próprios intervenientes, porque houve aqui muito desgaste, quer dos autarcas, quer dos nossos técnicos, viram-se em situações muitíssimo exigentes, nós – e estou a dizer “nós”, Município – ativámos logo as linhas de apoio psicológico, todos os nossos técnicos nesta área, que trabalhavam mais na área da educação, estiveram disponíveis para apoiar a comunidade, tivemos várias centenas de solicitações que foram acorridas pelas nossas equipas, também em articulação com a nossa equipa de ação social, e continuamos com esse serviço. Portanto, continuamos com essa disponibilidade para ajudar neste âmbito, quer a comunidade, quer também os próprios técnicos que nós também temos, e no âmbito também do nosso programa de promoção da própria saúde dos nossos recursos humanos, a disponibilidade de linhas de apoio psicológico para os nossos técnicos.

Só não percebi, no final disse que, depois, colocam aqui projetos utópicos, não percebi quais é que eram os projetos utópicos, mas percebo que haja essa necessidade de elencar sempre algo que não esteja completamente bem, mas compreendo a posição.

O Sr. Deputado Manuel Gonçalves pediu números. Nós, neste momento, a nível dos danos, também estamos a fazer esse levantamento técnico, temos de, na próxima semana, fazer o reporte à CCDR de todos os danos identificados, e dos relatórios que nós estamos a preparar.

Mas, posso dizer-lhe já em números, para ter alguns números, nós temos, neste momento, mais de mil, trezentas e sessenta e nove candidaturas ao apoio à habitação própria e permanente, e seiscentas e sessenta e cinco famílias apoiadas também no âmbito do nosso apoio de serviço social. As empresas têm feito diretamente, quer com os bancos, quer com a CCDR, e assim que



MUNICÍPIO DE POMBAL

nós tivermos esses dados, também partilhamos essa dimensão. Nós ainda não temos acesso a esses dados. Assim que tivermos, partilhamos.

O José Sousa falou da importância da integração dos planos, e isso realmente tem relevo. Isto não podem ser palavras vãs, aquilo que está nestes planos, definido como medidas e orientações, com prazos estabelecidos – e agora temos o compromisso, no próximo mês, de ter um cronograma, precisamente para identificar internamente, dentro do Município, quais são as unidades orgânicas que ficam responsáveis por cada uma das medidas, e com prazos estabelecidos. E, depois, associarmos também, no âmbito do PTRR, os planos de financiamento para cada uma dessas ações.

E, portanto, nós queremos, como temos levado também o Pombal 2030, levar muito a sério aquilo que está previsto neste programa. E agradeço as palavras de referência ao impacto deste programa.

Carla Leitão, apoiar coletividades: nós temos tido, desde a primeira hora, reuniões com os clubes e com as associações – nomeadamente com os clubes – para perceber quando é que deveria retomar a atividade desportiva, e perceber quais é que eram as suas dificuldades, e como é que podíamos ajudar. Temos ajudado vários clubes a encontrarem soluções temporárias, e temos condições – à exceção da ExpoCentro, que todos percebemos que nos próximos meses não vamos lá ter provas desportivas, essas foram todas deslocalizadas para Braga pela Federação Portuguesa, em articulação aqui com o Sr. Vereador do pelouro – as outras atividades, que estão com atividade normal, vão retomar também a sua atividade.

O João Pimpão salientou aqui a importância – e também prestar aqui um esclarecimento ao Sr. Deputado Manuel Gonçalves, que a atualização do plano é algo que nós também já tínhamos previsto, porque estes planos todos – todos eles, inclusive este, fruto da sua dimensão – têm de ser atualizados permanentemente. Portanto, esse é um compromisso que temos.

E agora temos uma dupla responsabilidade nessa atualização, é que temos de atualizar esse plano e integrar nesse plano as aprendizagens que viermos a ter com a resposta a estas tempestades. E, portanto, com a Sra. Vereadora, vamos dar início também a esse processo.

E agradecer ao Presidente de Junta, João Pimpão, também esse compromisso com a monitorização, porque esse compromisso, é importante que todos assumamos, porque o grau de complexidade e de impacto no território é de tal forma abrangente que essa monitorização e esse acompanhamento à execução das várias medidas tem de ser feito com regularidade.

E, portanto, todo o contributo para melhorarmos aquilo que é a execução deste programa é bem-vindo.

O Sr. Presidente de Junta, Daniel Ferreira, também salientou – e também sei que tem essa perceção – o reforço dos investimentos ao nível da Proteção Civil nas freguesias. Também dizer que no âmbito deste PTRR, já está aqui assumido pelo Governo dotar as freguesias de comunicações de rádio e de geradores, e, portanto, ter aqui já um conjunto de investimentos que vão ser suportados. Aquilo que me dá a entender é que, a curto prazo, vão redirecionar algumas verbas do PRR, de algumas ações que não vão estar concluídas a tempo, e vão redirecionar para o apoio às Juntas de Freguesia.

Portanto, estaremos nós na linha da frente nesse apoio, porque quanto mais o Governo apoiar – o Governo, as entidades centrais – mais reforço temos no território. E para nós, isso parece-nos muito relevante.

O Sr. Presidente de Junta, Célio Dias, falou na guerra, e sabe bem, essa comparação, vinda de si, é mais do que legítima. A tempestade é o inimigo, mas, na minha perspetiva, a tempestade é o inimigo, e a tempestade já passou, mas, como se costuma dizer também na componente política, a



MUNICÍPIO DE POMBAL

luta continua, ou seja, nós temos de continuar neste processo de recuperação, e também alocar recursos a este processo de reconstrução, que não é só física. Hoje de manhã perguntavam-me qual é que era o sentimento, qual é que era o diagnóstico que fazia, e eu dizia que eu sinto que as pessoas estão cansadas, as pessoas estão exaustas. O exercício mental que as pessoas tiveram de fazer para se ajudarem umas às outras, para se ajudarem a si próprias, fruto também da escassez de recursos que tinham à sua disposição, criou aqui um nível de exaustão grande na população.

E, portanto, se há algo que nós temos de fazer, o mais urgente possível, é darmos força à comunidade, às pessoas. Temos muitos empresários – e isso preocupa-me muito – ainda com as mãos em baixo, temos a esmagadora maioria que já está levantada e a encontrar forças para retomar a atividade, mas ainda temos muitos empresários, infelizmente, ainda a necessitar de uma energia – não da E-Redes, mas de uma energia positiva, também com os apoios que vierem a ser concedidos no âmbito também destas linhas de apoio financeiro.

Ao Sr. Deputado Rui Pinhão, queria agradecer genuinamente o contacto que fez com o Sr. Vereador. A pergunta que eu fiz, quando me disse, que tinha perguntado à Sra. Vereadora que estava a coordenar todo o processo, era se tinham tido algum contacto, e se não tinha respondido, foi isso que eu fiz. Portanto, compreendo, respeito. Já disse, acho que não nos compete a nós dizer que não ajudaram, que não apoiaram, isso não importa nada, mesmo para as pessoas, se vieram governantes ou não vieram governantes. Isso para as pessoas não diz nada, sinceramente – é a minha opinião. Aquilo que importa é, realmente, se há soluções concretas para os problemas que as pessoas têm neste momento, e para futuro.

Mas, queria agradecer-lhe esse contacto que fez, e essa vossa disponibilidade.

E dizer-lhe, no conjunto de propostas, eu queria dizer-lhe que trabalhámos em conjunto – foi isso que o Sr. Deputado disse – e eu disse que não trabalhámos em conjunto, porque nós não recebemos nenhuma comunicação por parte do Partido Socialista. O que nós fizemos foi, fruto das recomendações e sugestões que vocês colocaram na praça pública, e que deram a conhecer, nós, nesse espírito também positivo que salientou, de colaboração – porque isto é um tema que nos une, que não nos divide, pelo contrário – incorporámos a esmagadora maioria das vossas propostas. Se analisarem bem o documento, quase todas as vossas propostas, numa dimensão ou outra, estão lá todas, porque são contributos para melhorar.

Portanto, estes documentos já têm vertida a esmagadora maioria dessas preocupações. E isso responde também à Carla Leitão, que tinha colocado também essa questão de colaboração entre o PS e o PSD. Claro que sim, neste contexto, em qualquer contexto de dificuldade, seja ela qual for, temos de estar unidos, porque é isso que as pessoas querem, e é esse o nosso compromisso, e que percebi que existiu. E, portanto, que continue, e que consigamos criar cada vez mais pontes de entendimento no futuro.

Relativamente à Sra. Presidente de Junta, Sandra Mendes, eu já referi que esse apelo aos voluntários – a Guia tem uma característica, e depois vamos discutir isto tudo, mas a Guia tem características específicas, ou tem especificidades que outras freguesias não têm. Tem desafios, mas também tem outros recursos. E, portanto, o facto de ter lá, por exemplo, a companhia da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal dá-lhe ali outro tipo de apoio, mas esta companhia também dá a outras freguesias. Portanto, toda essa ligação tem de ser agora cada vez mais oleada, para ajudar-nos a termos mais pessoas neste processo.

E com isto respondo ao Sr. Deputado Manuel Gonçalves, a profissionalização da intervenção. E o que se passou, e o que se passa nestes fenómenos, nós temos equipas profissionais no terreno, e foram incansáveis – os bombeiros, não só os voluntários, mas os profissionais, a força especial da Proteção Civil, os militares, os bombeiros sapadores de outras regiões do país que acorreram



MUNICÍPIO DE POMBAL

também ao teatro de operações, os sapadores florestais também de outros concelhos, os militares da GNR, as forças de segurança, a Polícia de Segurança Pública, são todas equipas profissionais.

Agora, para além disso, nós já percebemos que numa estrutura de proximidade, os voluntários são absolutamente fundamentais. Eu ouvi aquilo que ouvi em dois ou três centros logísticos, aqui em Pombal e nas Meirinhas, onde eu passei, quando eu regresssei ainda estavam ali no ativo, e é notável o envolvimento das pessoas, a ajudar pessoas, que não sabiam a quantidade, a diversidade de características de telhas que nós temos no nosso país. Até à especificidade do tipo de telha, as pessoas tinham de aprender.

E, portanto, esse espírito de voluntariado tem de ser numa lógica complementar, não pode ser numa lógica única. Aí, concordo consigo, ou seja, a resposta maior tem de ser profissionalizada, cada vez mais.

É por isso – e aproveito também este momento – é por isso que nós defendemos também, há muito tempo, que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pombal tenha uma nova Equipa de Intervenção Permanente, uma quarta EIP, que nós há anos que solicitamos, e agora fizemos outra vez o pedido, porque é mais do que justo termos esse apoio também para nos ajudar nestes momentos.

Depois, o Celso falou também nesse relato interessante, de vir da Marinha das Ondas até Abiul, o cenário de devastação. Se agora nós passamos no IC8, e se agora ainda continua a ser o que é, eu imagino nesse dia, com todo o impacto nas nossas florestas, e nas habitações, e nas empresas. Portanto, imagino o que foi a descrição dessa viagem.

Por último, dizer também – e isto é em complemento também a este programa – que nós não só fizemos o programa, e estes planos, como já estamos a executá-los. Em poucas semanas, nós temos equipas no terreno, equipas a fazer a avaliação dos danos, equipas a recuperar estradas, etc., e mesmo assim, já estamos a executar medidas de apoio às populações.

E agora, nos pontos que se seguem, algumas delas serão aprovadas, essas medidas são para aprovação. Nós vamos alocar aquilo que era o saldo de gerência, neste momento, o saldo de gerência disponível, nós vamos alocar cerca de 5.000.000€ do Orçamento só para fazer face à tempestade Kristin, aos danos da tempestade Kristin, e ao apoio à recuperação, isto a curto prazo – é investimento a curto prazo, para fazer face a investimentos que nós estamos a fazer.

E o que é que nós estamos a fazer internamente? Estamos a reavaliar compromissos que tínhamos estabelecido, compromissos de algumas ações que iríamos realizar, e que não vamos realizar, e que vamos redirecionar para intervenções que, neste momento, são prioritárias. E isto, naturalmente, do ponto de vista político, assume aqui um custo, que eu naturalmente assumo de peito aberto, havia algumas intervenções que íamos fazer no nosso mandato, e coisas que eu queria muito fazer neste mandato, mas que, se calhar, vão ter de ser reponderadas. É a análise que estamos a fazer agora, internamente. Algumas delas, se calhar mais visíveis para todos, é nós pegarmos em várias ações que tínhamos, culturais, desportivas, até ao verão, e reagendarmos, adiarmos um conjunto de ações que íamos fazer, e que não vamos fazer, precisamente para alocar essa verba, do ponto de vista financeiro, vamos alocar a investimentos e a despesas que façamos no âmbito das tempestades.

E só nessas atividades que nós prescindimos de fazer – e deixem-me dizer uma coisa, que não é fácil, prescindir de atividades deste género significa contribuir para enfraquecer também a dinâmica cultural do nosso território, e é importante salientar isto, porque isto tem um reverso, o facto de termos menos iniciativas dinamizadas no território significa que há aqui realmente um propósito, que também é um propósito que, neste contexto, acho que as pessoas genericamente



MUNICÍPIO DE POMBAL

percebem, mas tem esse revés. Mas, é uma opção também política, e acho que é consensual nestes termos. E, como vocês sabem, também estamos num processo de reavaliação do Bodo, que vamos reduzir o investimento no Bodo, vamos fazer o Bodo – porque está em cima da mesa não fazer o Bodo, mas a nossa orientação é fazer o Bodo numa componente mais local e de matriz solidária, precisamente para ajudar as instituições, para ajudar as empresas, para ajudar os agentes culturais locais. E, portanto, é isso que a Sra. Vereadora também está a analisar com os nossos parceiros.

Mas, dizer que este nosso compromisso é efetivo, e com medidas concretas.

Paralelamente, é importante que as pessoas saibam, vamos isentar em 60% a fatura de água do mês de fevereiro, o que significa que é aquele período de calamidade, e creio que é aqui também um reconhecimento, também um sinal de apoio às populações afetadas, vamos isentar um conjunto também de taxas que temos, do ponto de vista também da microatividade económica, que é um sinal que também damos à retoma da pequena atividade económica, que nós sabemos que também tem aqui um papel importante no nosso concelho. Estamos também, neste momento, a estudar, e também temos verbas alocadas no âmbito do nosso programa, a repriminção de um programa de apoio à microatividade económica, tal como foi feito também por este Município no âmbito da pandemia, nós temos aqui um conjunto de verbas para apoiar a pequena atividade económica, de comércio e serviços, que nós sabemos que é muito afetada, e que tem dificuldade de acesso a financiamentos nacionais. E, portanto, estamos a estudar também essa medida, do ponto de vista jurídico.

Vamos reforçar, como já foi também partilhado, neste momento, 255.000€ para as Juntas de Freguesia, no curto prazo – ou seja, a partir do momento em que é aprovado, o compromisso que nós temos com os nossos técnicos é disponibilizarem o mais rápido possível esse dinheiro às Juntas de Freguesia, para fazer face a despesas correntes que tenham executado também no âmbito da tempestade, não pondo em causa os apoios diretos que o Município deu, ou suportou, ou tem de suportar, em algumas despesas diretas, em nome do Município, e vamos reforçar o PIRIF em 400.000€, dotando o programa, no geral, de 1.500.000€, e que as Sras. Vereadoras agora também vão articular com as Juntas de Freguesia.

Paralelamente, nós já colocámos também 100.000€ num programa de apoio ao associativismo, para ajudar as coletividades. Nós sabemos que muitas das coletividades que foram afetadas podem não ter apoio financeiro por parte dos mecanismos que vierem a ser estabelecidos a nível nacional, e, portanto, vamos acompanhar bem o que é que o PTRR nos traz na sua versão final, ver quais é que são as orientações da CCDR, e depois, vemos nós também, com o levantamento de danos que estamos a fazer, e a apoiar as coletividades, perceber quais é que são as prioridades, porque, mais uma vez, posso garantir-vos – e vamos trabalhar em conjunto nisso, nomeadamente com os Srs. Presidentes de Junta – que nós estamos a criar condições, ou estamos a querer criar condições para que todas as pessoas, famílias e instituições que foram afetadas possam ter algum tipo de apoio. E eu acho que esse compromisso da nossa parte já significa que há aqui um suporte às nossas dinâmicas também sociais no nosso território, e que me parece realmente relevante destacar, para perceberem a abrangência deste programa, que, depois, também está diretamente relacionado com aquilo que nós viemos a conseguir de receita.

E, portanto, aquilo que nós estamos a fazer com este documento é criar condições para fundamentar as nossas posições, que vamos tomar – aliás, no PTRR, vai ser criada uma plataforma a nível nacional para recolha de contributos, onde qualquer instituição e qualquer cidadão pode dar os seus contributos. Nós vamos participar de forma ativa – aliás, temos participado, posso partilhar convosco, já estive reunido, eu próprio, logo na primeira semana,



MUNICÍPIO DE POMBAL

quando cheguei, com o Coordenador da Estrutura de Missão, com o Paulo Fernandes, que nos conhecemos há muitos anos, e que é uma pessoa em que nós temos muita confiança no seu trabalho. Reunimos, em reunião da CIM, para aprovar este plano regional, e o nosso compromisso é trabalharmos em conjunto – o Presidente da CCDDR acabou de tomar posse ontem – trabalharmos em conjunto para, realmente, haver reforço do apoio, que é isso que nós queremos, para nós também, com esse apoio financeiro, podermos ajudar o nosso território.

E, portanto, é esse o nosso grau de compromisso, é esse o nosso trabalho. Nós sabemos que com o esforço de muita gente, nem sempre se consegue ir a todo o lado, e no tempo em que se gostava, isso também é verdade, e na resposta até às tempestades, nós percebemos isso tudo, mas temos muita confiança e vontade, sobretudo de ajudarmos quem está no território, como interlocutores privilegiados, naturalmente, os Srs. Presidentes de Junta, que têm sido incansáveis e que merecem esse reconhecimento, mas também uma palavra para os empresários, para as instituições sociais, que também têm tido aqui um trabalho muitíssimo interessante, também na promoção desta coesão social no nosso território, assim como as coletividades, mais uma vez, compostas por voluntários, que estão a trabalhar no sentido de retomarem as suas atividades o mais rápido possível. E esse reconhecimento a todos.

E também aos profissionais de saúde, permitam-me salientar mais uma vez, daquilo que me foi também transmitido pelas Sras. Vereadoras, que os profissionais de saúde no nosso território, nas nossas unidades de saúde, foram, realmente, também de um grau de compromisso e espírito de missão muitíssimo relevantes, e que merecem também ser destacados.”

2.2.1. Avaliação da Resposta, Impacto e Capacidade de Resiliência;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.4.1. Avaliação da Resposta, Impacto e Capacidade de Resiliência

Foi presente à reunião o Programa Municipal de Recuperação e Transformação - "Pombal Avalia" - Avaliação da Resposta, Impacto e Capacidade de Resiliência, que se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano, nos termos da proposta apresentada, bem como dar conhecimento do documento à Assembleia Municipal.”

A Assembleia tomou conhecimento.

2.2.2. Plano de Ação Municipal “Renascer e Avançar Pombal”;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.4.2. Plano de Ação Municipal “Renascer e Avançar Pombal”

Foi presente à reunião o Programa Municipal de Recuperação e Transformação - "Pombal Recupera" - Plano de Ação Municipal Renascer e Avançar Pombal, que se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador João Coelho do Partido Socialista e uma abstenção do Senhor Vereador Manuel Serra do CHEGA, aprovar o Plano, nos termos da proposta apresentada, bem como dar conhecimento do documento à Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador João Coelho do Partido Socialista fez a seguinte declaração de voto:



MUNICÍPIO DE POMBAL

"Votarei contra porque o Partido Socialista se revê na maior parte do documento, exceto naquela que tem a ver com a validação do programa político do Partido Social Democrata para o mandato de 2025-2029, lutando, desta forma, contra uma ideia de unanimismo e de inevitabilidade de fazermos algumas escolhas depois dos efeitos da tempestade Kristin."

A Assembleia tomou conhecimento.

2.2.3. **"Pombal Protege" – Rede Comunitária de Apoio à População em Situações de Crise;**

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

"Ponto 2.4.3. "Pombal Protege" – Rede Comunitária de Apoio à População em Situações de Crise

Foi presente à reunião o Programa Municipal de Recuperação e Transformação - "Pombal Protege" - Rede Comunitária de Apoio à População em Situações de Crise, que se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado no respetivo serviço.

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano, nos termos da proposta apresentada, bem como dar conhecimento do documento à Assembleia Municipal."

A Assembleia tomou conhecimento.

2.2.4. **Concretização da resposta municipal integrada:**

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

"Aproveito para informar que vamos discutir e votar o Ponto n.º 2.2.4.1 e o Ponto n.º 2.2.4.2.

Eu queria pedir-vos inclusivamente que, depois da votação, os pontos que vamos votar possam ser aprovados por minuta. Não sei se alguém se opõe a que possam ser votados por minuta, para efeitos imediatos. Então, toda a gente concorda.

Votamos em separado, discutimos em conjunto. Carla Mariza, faça favor."

Carla Mariza (PS):

"Obrigada.

Sr. Presidente, esta proposta tem um significado político muito claro, é a prova inequívoca daquilo que o Partido Socialista tem vindo a afirmar ao longo destes dois mandatos.

Durante anos, sempre apresentámos propostas para reforçar a área social, a mobilidade, o apoio às pessoas mais vulneráveis, e outros investimentos estruturantes para o concelho. Foi-nos dito que havia sempre uma margem financeira, que não era possível fazer mais, que o Orçamento também não permitiria algumas opções.

Hoje fica demonstrado que isso não é verdade. Hoje vemos que quando existe vontade política, o Executivo consegue mobilizar milhões de euros e redefinir algumas prioridades, retirando verbas de áreas que antes eram apresentadas como quase intocáveis. E aqui, damos o exemplo das Festas do Bodo, que foi reduzido em quase 200.000€.

Isto demonstra, de forma clara, que, afinal, é possível redefinir prioridades, e que aquilo que durante anos disseram que era impossível, afinal é possível. Não estamos perante a impossibilidade financeira; estamos perante opção política.

Simplesmente, esta alteração confirma que o Município tem capacidade financeira e que as prioridades dependem das escolhas do Executivo, escolhas que podiam ter sido diferentes ao



MUNICÍPIO DE POMBAL

longo de alguns anos, se tivesse existido vontade política para colocar aqui determinadas áreas no centro da ação municipal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista é, de facto, uma força responsável também. Não iremos impedir, obviamente, as medidas necessárias para reparar os danos desta fatalidade, daquilo que nos assolou, no concelho, e apoiar sobretudo as freguesias e garantir a normalidade da vida das populações, mas fica aqui claro hoje, perante a Assembleia Municipal e perante os Pombalenses, que é possível fazer diferente, que é possível definir prioridades e colocar os recursos do Município ao serviço das pessoas. Muito obrigada.”

Pedro Ferraz (PPD/PSD):

“Antes de tudo, aproveito para cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João Coucelo, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal, Dr. Pedro Pimpão, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Sras. e Srs. Membros do Executivo Camarário, caras e caros Pombalenses.

As propostas que hoje discutimos, a alteração modificativa ao Orçamento de 2026 e as Grandes Opções do Plano 2026-2030, e as medidas de apoio no domínio das taxas e tarifários municipais, nascem de um contexto excecional.

Na madrugada de 28 de janeiro de 2026, tal como já foi aqui dito, a tempestade Kristin e outros fenómenos atmosféricos atingiram o centro do nosso país, em especial o nosso Concelho de Pombal, com particular severidade, causando danos relevantes em infraestruturas e equipamentos, condicionando acessos e afetando serviços.

A gravidade do evento foi tal que o Governo declarou situação de calamidade entre 28 de janeiro e 15 de fevereiro, período que ficou ainda marcado por intensa pluviosidade.

Perante este quadro, o Município de Pombal não hesitou; mobilizou equipas, acionou meios no terreno, e nos primeiros dias, canalizou recursos financeiros, na ordem dos 575.000€, para a primeira resposta de emergência. Essa resposta foi, e continua a ser, um trabalho de proximidade, em estreita articulação com as nossas freguesias e com os Srs. Presidentes de Junta, com as entidades de Proteção Civil e com todos os agentes locais, que neste contexto, nunca deixaram de estar ao lado das populações.

O que hoje trazemos aqui para falarmos é a fase seguinte, é a fase em que a política tem de ser capaz de transformar uma emergência numa recuperação estruturada e numa oportunidade, com prioridade às pessoas e ao território.

Para isso, é necessário ajustar o Orçamento às necessidades reais, com rigor, com transparência e com responsabilidade.

Face a isto, a alteração orçamental modificativa aqui presente é um instrumento que já está previsto nas normas da contabilidade pública na gestão autárquica, que permite aumentar globalmente a despesa quando existe receita que o suporte, que é o caso, em que vem do saldo apurado da gerência anterior, do ano de 2025, em que o remanescente, que são cerca de 3.854.472€, que foi agora apurado, vamos aproveitar e reforçar a capacidade de resposta às nossas necessidades do concelho.

E o que é que isso vai fazer? Vai-se traduzir num aumento do nosso Orçamento, na sua despesa, em investir no nosso concelho, de 22.800.000€, para 26.655.000€, o que equivale a mais de 17%. E este reforço dá ao Município de Pombal a capacidade necessária para acelerar as intervenções, garantir reparações, executar obras estruturais, sem perder o equilíbrio orçamental e sem deixar nenhum Pombalense para trás.



MUNICÍPIO DE POMBAL

O documento justificativo desta alteração é claro: o contexto de calamidade obrigou o Município a redefinir prioridades e a criar dois novos projetos, que podem ver dentro da proposta de alteração, dedicados aos danos provocados pela tempestade Kristin e por outros fenómenos atmosféricos.

Assim, um projeto de natureza de despesa corrente, que é inscrito no PAM – Plano de Atividades Municipal, o Projeto “Danos da Tempestade Kristin e de outros fenómenos atmosféricos”, corrente, com uma dotação de 565.700€, esta verba destina-se a suportar despesas imediatas e prementes, assegurando intervenções urgentes associadas, por exemplo, a ações de limpeza, higiene e outras prestações de serviço indispensáveis em contexto pós-evento.

Também temos nas despesas de capital um projeto de natureza no Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e é criado o projeto de “Danos da Tempestade Kristin e de outros fenómenos atmosféricos”, com uma dotação de 4.059.000€. Aqui estão refletidas as tais obras estruturais e a reposição de infraestruturas com maior exigência financeira, o tipo de intervenção que garante uma reconstrução resiliente, e não apenas reparações temporárias.

Também as nossas freguesias – e aqui já foi falado – que tiveram um desempenho fundamental nesta catástrofe, vão ter uma resposta municipal, que é determinante para repor os serviços, caminhos e equipamentos, e pequenas infraestruturas.

Por isso, o PAM reforça, entre outros instrumentos, o apoio às freguesias, destacando-se, tal como já foi aqui referido pelo Sr. Presidente da Câmara, um aumento do PIRIF de cerca de 400.000€, passando de 1.100.000€ para 1.500.000€.

Também há o aumento de 255.000€ em apoios de natureza corrente às freguesias, para ajudar a repor a normalidade de serviços, infraestruturas e equipamentos.

Isto é uma decisão de solidariedade territorial e de eficácia operacional, em que cada euro aplicado rapidamente no terreno reduz riscos, acelera a normalização da vida comunitária e diminui custos futuros.

Não esquecer também a questão das taxas, que são as tais medidas de apoio às pessoas e aos pequenos empresários. Com efeito imediato, o Município propõe, de imediato, medidas de alívio, através de taxas e de tarifários municipais, com impacto transversal em famílias, empresas e instituições atingidas. Concretamente, é proposta a isenção, até 30 de junho, de um conjunto de taxas municipais ligadas à venda ambulante, à atividade feirante, à utilização do mercado municipal (...)

Este é um desses momentos. Pombal precisa de recuperar depressa, com qualidade, com justiça social e com coesão territorial. As medidas de apoio, das taxas e tarifários, e a alteração modificativa ao Orçamento, são instrumentos concretos para que essa recuperação aconteça.

Por isso, apelo a todas as Bancadas desta Assembleia Municipal que aprovem estas medidas e esta alteração modificativa. Muito obrigado.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Eu acho que, nesta matéria, estamos todos de acordo. Tudo o que seja para ajudar as nossas populações neste momento, tudo isto é útil.

Mas, só queria lembrar um aspeto. Financiar, ter dinheiro, é escolha política. Isto é, o que nós estamos aqui hoje a fazer, e o que a Câmara faz, é, quando tem dinheiro, quando tem de financiar, faz uma decisão política, onde é que vai gastar esse dinheiro. É uma decisão política. Não é ter dinheiro ou não ter dinheiro, se é pouco ou muito; não, temos o dinheiro e fazemos escolhas políticas. É esse o papel de uma autarquia, é esse o papel de uma Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Agora, tem de me aturar, porque se fala aqui – e eu reconheço, e tiro o meu chapéu a todos os Presidentes de Junta, meus amigos, tiro o meu chapéu – o Sr. Presidente fala sempre nas Juntas, no papel dos Presidentes de Junta, mas, depois, na prática, nós não vemos exemplos concretos. Nós olhamos para este plano e vemos 255.000€ para as freguesias. Aham bastante? Aham pouco? Aham muito? Aham o suficiente? Não é pouco, pergunto eu, que sou um emigrante em Pombal.

Depois, 400.000€ para o PIRIF. Na minha intervenção sobre o plano, o Partido Socialista apresentou uma proposta concreta para reforçarmos as freguesias no PIRIF, em meio milhão, 500.000€. Nessa altura, foi ilegal, não havia dinheiro, etc. Eu acho que Pombal, a Câmara, o Executivo, o PSD, têm, de uma vez por todas, definir: quer apostar nas freguesias como elementos fundamentais de aproximação às populações, apoio às populações, e assumir algum papel que é centralizado pela Câmara Municipal, ou não quer? Porque nós não podemos fazer propaganda – e eu digo, Sr. Presidente – em público, ou no Facebook, que a Câmara vai apoiar as freguesias, até parece que o dinheiro é da Câmara. Não, o dinheiro é dos fregueses, é lá que vivem os contribuintes.

Se queremos apostar nas freguesias, temos de lhes dar mais meios – não só dinheiro, mas também técnicos, formação, que as pessoas não têm, ou vão tendo pouco a pouco.

Portanto, qualquer modelo, Sr. Presidente, para mim, ou para o Partido Socialista, é um modelo que pode servir – é um modelo, é uma escolha política. Agora, não podemos é sempre dizer “apoio às freguesias”, “apoio às freguesias”, e a sensação que eu tenho é que as freguesias se vão queixando de algum menor apoio.

Neste caso concreto, eu acho que é pouco dinheiro, digo-vos honestamente. Eu não sou o homem das contas, da contabilidade, mas é a minha perceção. Não sei se o facto real é esse, mas é a nossa perceção.

Por isso, daqui o apelo que faço, o Partido Socialista, é que sejam reforçadas mais verbas, seja em termos de PIRIF, seja em termos de apoio imediato, às freguesias e aos respetivos Executivos das Juntas de Freguesia. Obrigado.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Vou ser muito rápido.

Só agradecer à Assembleia esta unanimidade em torno do apoio às famílias, às empresas, às freguesias, às instituições, a todos os agentes que nós temos no nosso território. Para mim, como Presidente de Câmara, agradecer essa união.

Destacar a frase que a Sra. Deputada Carla Mariza disse, que o Município tem capacidade financeira. É verdade, já falámos disso várias vezes, é um reconhecimento. E, portanto, felizmente que há essa sensibilidade também para elogiar a capacidade financeira do Município.

O Sr. Deputado Pedro Ferraz fez aqui também um retrato daquilo que é uma recuperação estruturada. Portanto, é isso mesmo que nós estamos a fazer, ou seja, nós pegámos naquilo que temos de fazer, não ser só o trabalho de emergência que estamos a fazer, mas ser um trabalho que também seja de consolidação a médio e longo prazo, e também o espírito que nós fazemos, de apoiar na isenção de taxas, de um conjunto diversificado de taxas, a microatividade económica, é também dar um sinal a essa pequena atividade económica, que é importante no território, nesta perspetiva de recuperação.

E ao Sr. Deputado Manuel Gonçalves, eu gosto sempre de o ouvir porque o senhor, quando fala, tem dezassete Presidentes de Junta atrás de si, quase a baterem-lhe palmas. Eu vou-lhe dizer, eu simpatizo consigo, porque o Sr. Deputado é genuíno. E como eu fui Presidente de Junta – vou-lhe ser honesto – gosto de ver pessoas que percebem o papel dos Presidentes de Junta.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E isto é uma discussão que nos levava para outro patamar. Para não entrarmos por aí, eu só queria salientar um facto: as Juntas de Freguesia são entidades autónomas, do ponto de vista do ordenamento jurídico e administrativo do nosso país. Aquilo para que nós temos de caminhar – nós, enquanto país – é para que as Juntas de Freguesia tenham efetivamente recursos próprios, competências próprias, para não estarem sempre dependentes dos Municípios – que, infelizmente, ainda é o que acontece.

Mas, também se fizer uma análise comparativa, vai ver que este Município, desde a gestão de Narciso Mota, Diogo Mateus, e agora, Pedro Pimpão, é dos Municípios, a nível nacional, e em particular na região, que mais apoio dá às Juntas de Freguesia.”

2.2.4.1. 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026 e GOP 2026/2030;

Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara:

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.4.5. 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026 e GOP 2026/2030

Foi presente à reunião a informação n.º 189/INF_INT/2026, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 2026-02-20, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026 e GOPs (PPI + PAM) 2026/2030

Exmo Sr. Diretor Municipal

1 – Enquadramento

Nos termos da NCP 26 (Norma de Contabilidade Pública), anexa ao SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, conjugado com o ponto 8.3.1 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), o Orçamento Municipal pode ser objeto de aumento global da despesa, dando lugar a uma Alteração Orçamental Modificativa suportada em contrapartida de receita, resultante de uma ou várias fontes, de entre as seguintes:

- Saldo apurado na gerência anterior;*
- Excesso de cobrança de receita, em relação às receitas previstas no orçamento, e/ou;*
- Outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.*

2 – Saldo da Gerência Anterior (SGA)

O Saldo da Gerência Anterior, corresponde ao saldo de caixa à data de relato de 31 de dezembro. A 31 de dezembro de 2025 registou-se um SGA no valor de 7.364.568,85 Eur.; saldo já aprovado, com o Mapa da Demonstração de Desempenho Orçamental do ano de 2025, por meio de deliberação da Câmara Municipal, datada de 05/01/2026.

Em conformidade com o n.º 6 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI) o parcelar do saldo de gerência da execução orçamental consignado, no montante de 3.510.096,71 Eur., foi incorporado em orçamento por meio de alteração orçamental. O remanescente daquele SGA, no valor de 3.854.472,14 Eur., deverá incorporar agora o Orçamento da Receita, por meio da presente alteração orçamental modificativa, a aprovar pelo Órgão Deliberativo, como determina o artigo 124.º da Lei n.º 73-A/2025, de 30 de dezembro (LOE 2026).

3 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita

Nos termos do ponto anterior, o Orçamento da Receita é reforçado pelo valor de 3.854.472,14 Eur., na parte correspondente ao valor remanescente, à data, do SGA.



MUNICÍPIO DE POMBAL

4 – Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa

No atual contexto de calamidade provocado pela tempestade Kristin e outros fenómenos atmosféricos, que implicou intervenções urgentes nas infraestruturas e equipamentos municipais danificados e atendendo às que virão a ser intervencionadas de forma mais estrutural com maior esforço financeiro, o Município teve de redefinir as suas prioridades orçamentais, usando o total do SGA para dotar dois novos projetos, no Plano de Atividades Municipais e no Plano Plurianual de Investimentos, especificamente dedicados; (1) para acolher a despesa corrente necessária para as intervenções mais prementes, e (2) para acolher a despesa de capital necessária para as obras a realizar.

A presente modificação aporta um aumento do Orçamento da Despesa de igual grandeza que o Orçamento da Receita, ou seja, em 3.854.472,14 Eur.; mantendo o equilíbrio orçamental e assegurando o equilíbrio orçamental corrente.

4.1. GOPs – Grandes Opções do Plano

Pelo motivo invocado no ponto anterior, as Grandes Opções do Plano (que integram o PPI e o PAM) são as que irão beneficiar exclusivamente com a modificação ao Orçamento da Despesa, dotando os dois novos projetos dedicados aos danos provocados por estes fenómenos atmosféricos, com recurso à verba proveniente do SGA e a dotações que são retiradas de vários projetos das Grandes Opções do Plano.

De igual modo, se propõe inscrever nova dotação, em 2028, para o projeto “Expansão Norte da Zona Industrial da Guia”, em linha com a reprogramação do calendário plurianual financeiro da respetiva empreitada. De modo a manter o equilíbrio orçamental do PPI, sem alterar o valor global do ano de 2028, a verba necessária para reforço do projeto, será retirada de outro projeto dentro do mesmo Plano.

4.1.1 - No PPI – Plano Plurianual de Investimentos

Na proposta de alteração ao PPI, destaca-se;

- No ano corrente, na inscrição de uma dotação de 4.059.472,14 Eur. no novo projeto designado “Danos da Tempestade Kristin e de outros fenómenos atmosféricos-Capital” e;*
- Em 2028, na dotação de 500.000,00 Eur. para o projeto “Expansão Norte da Zona Industrial da Guia”.*

4.1.2 - No PAM – Plano de Atividades Municipal

Na proposta de alteração ao PAM, destaca-se;

- a inscrição de uma dotação de 565.700,00 Eur. no novo projeto designado “Danos da Tempestade Kristin e de outros fenómenos atmosféricos-Corrente”;*
- a inscrição de 400.000,00 Eur. em apoios, no âmbito do PIRIF, para intervenções consideradas muito urgentes, nas infraestruturas danificadas nas freguesias, e;*
- o reforço de 255.000,00 Eur. em apoios de natureza corrente, às freguesias, para ajuda na reposição da normalidade dos seus serviços, infraestruturas e equipamentos.*

5 – Proposta

Para proceder de acordo com o que é exigido nos pontos anteriores impõe-se, em conformidade com a NCP 26 do SNC-AP conjugado com os pontos 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL, que se conduza a aprovação:

- a) A Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento 2026, e;*
- b) A Alteração Orçamental Modificativa às Grandes Opções do Plano 2026/2030.*

5.1. A Alteração Modificativa consubstancia-se:

- a) Do lado do Orçamento da Receita para 2026, em incorporar no Orçamento, o valor remanescente do SGA no valor de 3.854.472,14 Eur a inscrever nas rubricas, 16.01.01 –*



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Saldo Orçamental \ Na Posse do Serviço”;

b) Do lado do Orçamento da Despesa para 2026:

Em incorporar no PPI, a inscrição de um novo projeto designado “Danos da Tempestade Kristin e de outros fenómenos atmosféricos-Capital” com a dotação de 4.059.472,14 Eur.;

- Inscrever no projeto “Expansão Norte da Zona Industrial da Guia” para o ano de 2028, uma dotação de 500.000,00 Eur;

- Em incorporar no PAM, a inscrição de um novo projeto designado “Danos da Tempestade Kristin e de outros fenómenos atmosféricos-Corrente” com a dotação de 565.700,00 Eur, e;

- Proceder a várias alterações em projetos identificados nas GOPs (PPI + PAM), de acordo com os Relatórios das Alterações Orçamentais, em anexo à presente proposta.

5.2. É da competência da Assembleia Municipal autorizar a presente Alteração Modificativa, na moldura da alínea a) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com os n.º 1 e n.º 6 do Artigo 22º do Dec- Lei n.º 197/99 de 8 de junho.

5.3. Termos por que se propõe, pondere o Órgão Executivo:

a) Deliberar, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 77.º da Lei n.º 82/2023, de 27 de dezembro, submeter ao Órgão Deliberativo a presente Alteração Modificativa, em conformidade com a competência prevista da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei n.º 75/2013; que acomoda também, a modificação ao projeto “Expansão Norte da Zona Industrial da Guia”, para o ano de 2028;

b) Deliberar solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.

Ínsitos na informação supratranscrita encontram-se os seguintes pareceres:

- Do Diretor Municipal de Gestão Integrada:

“Reúne o processo condições para ser conduzido à Câmara Municipal e, sucessivamente, à Assembleia Municipal, para os efeitos consignados no ponto 5.3 da presente informação.”

- Da Vereadora do Pelouro da Gestão, Administração e Financiamento:

“Considerando a informação apresentada e sobretudo pela necessidade de corresponder a necessidades imediatas no âmbito dos danos provocados pela Tempestade Kristin, sou de parecer favorável à presente proposta de 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2026 e GOP 2026/2030.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a presente Alteração Modificativa, em conformidade com a competência prevista da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei n.º 75/2013; que acomoda também, a modificação ao projeto “Expansão Norte da Zona Industrial da Guia”, para o ano de 2028;

Mais deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação da respetiva parte de ata por minuta, para efeitos de imediata execução.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Amândio Neves, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Carla Leitão, João Coucelo, João Santos, Ana Maria Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Maria Adelaide Conceição, Válter Santos, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Elisabete João, Filipa Portela, José Sousa, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sofia Gonçalves, Matilde Marques, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, João Pimpão dos Santos, Ricardo Simões, Carla Longo, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 33 votos a favor e duas abstenções dos membros do Pombal Independentes (Hugo Silva e Amândio Neves).

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

2.2.4.2. Medidas de apoio, no domínio das taxas e tarifários municipais; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.4.6. Medidas de apoio, no domínio das taxas e tarifários municipais

Foi presente à reunião a proposta do Senhor Presidente n.º 7/PROP/2026, datada de 2026-02-21, que a seguir se transcreve:

“Resposta municipal, integrada, à tempestade «Kristin» e fenómenos atmosféricos subsequentes

Medidas de apoio, no domínio das taxas e tarifários municipais

Considerando que no 28 de janeiro de 2026, se registou, em Portugal continental, um fenómeno meteorológico extremo, com ventos de excecional intensidade; fenómeno designado por tempestade «Kristin»;

Considerando que os efeitos deste fenómeno se fizeram sentir, com particular severidade, na Região Centro e, em particular, no Concelho de Pombal, causando generalizados e extensos danos em todo o edificado, nas infraestruturas e equipamentos, públicos e não públicos, no património cultural e natural, bem como elevados prejuízos e profundas perturbações na normalidade da vida em sociedade e da atividade económica;

Considerando que a severidade do evento veio a justificar declaração, pelo Governo, de situação de calamidade; declaração de calamidade que perdurou entre 28 de janeiro e o dia 15 de fevereiro, também por sucessão de fenómenos atmosféricos graves traduzidos em intensa pluviosidade e ocorrência de cheias (Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 15 B/2026, de 30 de janeiro, 15- C/2026, de 1 de fevereiro e 24-A/2026, de 5 de fevereiro).

Considerando que a transversalidade e a extensão dos prejuízos causados reclamam, do Estado e, subsidiariamente, do Município de Pombal, uma resposta integrada; resposta que, para além de perspetivar a reabilitação dos equipamentos e infraestruturas municipais fortemente atingidos, estanque a emergência social, apoie às famílias, apoie as empresas e mitigue os impactos na economia e no emprego, perspetive futuro ao setor associativo e institucional, promova a coesão territorial em estreita ligação e apoio às Freguesias;

Considerando que, nos primeiros dias do evento, o Município, mobilizou recursos financeiros da ordem dos 575 mil euros para primeira resposta a emergência;

Considerando que o Município, no quadro da ordinária revisão previsional de fevereiro, destinada a alocar o saldo da gerência anterior (não consignado), perspetiva:

- Afetar mais 3,854 milhões de euros de receita para reabilitação dos equipamentos e infraestruturas municipais atingidos;*
- Rever as prioridades do Plano de Atividades Municipais, mormente no que concerne a programação e eventos, mobilizando dotações de 665 mil euros para apoio às Freguesias;*
- reforçando as dotações do PIRIF (Programa de Incentivo à Realização de Investimento pelas Freguesias) de 1,1 para 1,5 milhões de euros; e,*



MUNICÍPIO DE POMBAL

- disponibilizando 255 mil euros para apoio às Freguesias, para que possam fazer face a despesas correntes em que, extraordinariamente, incorreram na reação à emergência da tempestade «Kristin»;

Considerando que o Município considera desenvolver, supletivamente ao conjunto de instrumentos e de medidas que o Governo tem em desenho - como adicional instrumento de mitigação dos impactos destes extremos fenómenos atmosféricos na atividade económica e no emprego locais - um programa de apoio para as empresas que viram as suas instalações e equipamentos atingidos, com uma dotação estimada de 500 mil euros;

Considerando que, de modo similar, projeta o Município desenvolver um programa municipal de apoio ao setor associativo, também com natureza supletiva, mas destinado à reabilitação dos equipamentos das coletividades;

Considerando que importa, no arco das atribuições municipais, lançar mão de instrumentos de efeito imediato, que, neste cenário adverso, projetem os seus efeitos transversalmente, junto de famílias, empresas, coletividades e instituições atingidas; visando, com estes instrumentos, fomentar o regresso à normalidade da vida social e económica;

Proponho deliberar a Câmara, no quadro das competências previstas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, designadamente na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º e nas alíneas e) e o) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente nos artigos 14.º, 15.º, n.ºs 2 e 9 do artigo 16.º, 20.º e 21.º, e ainda no artigo 8.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, bem assim nos artigos 9.º e 10.º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Pombal, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação das seguintes medidas de isenção de taxas e de redução de tarifários:

a) No domínio das taxas municipais, previstas no anexo ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Pombal (RTTORMP), isentar, até 30 de junho de 2026:

i. As taxas a cobrar por exercício da atividade de venda ambulante (artigo 1.º do anexo ao RTTORMP);

ii. As taxas a cobrar por exercício da atividade de feirante (artigo 2.º do anexo ao RTTORMP);

iii. As taxas a cobrar pela utilização do Mercado Municipal, (artigo 3.º do anexo ao RTTORMP);

iv. As taxas a cobrar pela utilização do Mercado Agrícola, (artigo 4.º do anexo ao RTTORMP);

v. As taxas a cobrar pela utilização da Central de Camionagem, relativamente a operadores económicos que tenham a sua sede no Concelho de Pombal (artigo 6.º do anexo RTTORMP);

vi. As taxas a cobrar pela arborização e rearborização (artigo 17.º do anexo ao RTTORMP); exceto as relativas a espécies de crescimento rápido (eucaliptos e choupos);

vii. As taxas conexas com Urbanização e Edificação (Capítulo V do anexo ao RTTORMP), relativas a:

- “Obras de reconstrução, alteração, conservação e demolição de edifícios danificados ou afetados na sequência dos eventos que desencadearam a declaração de calamidade”, cf. o n.º 1, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, em concreto: a taxa prevista no artigo 26.º do RTTORMP), em “Outros requerimentos, excluindo a junção de documentos”;

- “Ocupação do espaço público para a realização das operações urbanísticas ... designadamente com tapumes, andaimes, depósitos de materiais, equipamentos, contentores ou outras instalações...”, relativas edifícios danificados ou afetados na sequência dos eventos que desencadearam a declaração de calamidade, cf. o n.º 1, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 40-



MUNICÍPIO DE POMBAL

A/2026, de 13 de fevereiro, em concreto: as taxas previstas no artigo 21.º do RTTORMP, “ocupação da via pública para obras”;

viii. As taxas relativas a ocupação da via pública, com mobiliário urbano e equipamento, conexas com a atividade comercial e de serviços (artigo 38.º do anexo ao RTTORMP);

ix. As taxas a cobrar pelo licenciamento de publicidade (artigo 61.º do anexo ao RTTORMP), conexas com a atividade comercial e de serviços, de estabelecimentos fixos;

b) No domínio dos tarifários municipais, previstos no artigo 53.º do anexo ao Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Pombal (RTTORMP), relativo a tarifas de distribuição de água:

i. Aplicar uma redução de 60% (desconto equivalente aos dias do mês atingidos pelo estado de calamidade) na faturação das tarifas do serviço de abastecimento de água (tarifa de disponibilidade, consumo e taxa de recursos hídricos); desconto a verter nas faturas a processar no próximo mês de março;

ii. Subfaturar os consumos originados por situações de rotura nas redes prediais provocadas pela intempérie, adotando o preço do 1.º escalão do utilizador doméstico (0,56€/m3), aplicando-se às tarifas variáveis de saneamento e resíduos a média dos consumos verificada nos últimos 365 dias.

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a aprovação das medidas de isenção de taxas e redução de tarifários nos termos das alíneas a) e b) da proposta do Senhor Presidente supratranscrita.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Amândio Neves, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Carla Leitão, João Coucelo, João Santos, Ana Maria Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Maria Adelaide Conceição, Válder Santos, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Elisabete João, Filipa Portela, José Sousa, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sofia Gonçalves, Matilde Marques, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, João Pimpão dos Santos, Ricardo Simões, Carla Longo, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Neste momento procedeu-se a uma pausa/interrupção dos trabalhos.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais, queiram ocupar os vossos lugares. Srs. Deputados, vamos dar continuidade à nossa Assembleia Municipal, já temos quórum.

Exmos. Srs. Deputados, vamos dar, então, continuidade à Assembleia, passando agora para o Ponto n.º 2.3, Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2025 – Lei n.º 08/2012, de 21/02 – Para conhecimento.”

Ponto 2.3. Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2025 - Lei 08/2012 de 21/02 – Para conhecimento;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Ponto 2.7.1. Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2025 - Lei 08/2012 de 21/02

Foi presente à reunião a informação n.º 177/INF_INT/2026, da Divisão de Administração e Finanças, datada de 2026-02-16, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso do Ano de 2025 - Lei 08/2012 de 21/02

Sr. Diretor Municipal

A Lei 22/2015 de 17 de março, que veio alterar e republicar a Lei 8/2012 de 22 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - LCPA), estabelece, no n.º 1 e n.º 2 do Artº 15º, que os dirigentes devem, até 31 de janeiro de cada ano:

- Declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, e;*
- Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior*

Essas declarações, nos termos da alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo, devem ser enviadas até ao limite do prazo referido acima, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal.

No caso concreto dos pagamentos e recebimentos em atraso, o DL 127/2012 de 21 de junho (que regulamenta a LCPA), através do seu Artº 17º, estabeleceu as regras para a sua elaboração.

Dita o n.º 1 do referido artigo que, os pagamentos e recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro do ano anterior, podem ser declarados de forma agregada quando se verifique uma das seguintes situações: que os mesmos tenham uma mesma natureza e o seu valor individualmente considerado seja inferior a Eur. 5.000,00 ou o devedor ou credor seja uma pessoa individual.

O disposto, acima referido, não se aplica aos recebimentos e pagamentos existentes entre as entidades do sector público administrativo, segundo o n.º 2 do mesmo artigo.

Face ao exposto, proponho que sejam submetidos à Câmara Municipal, as declarações dos compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2025, no sentido de as aprovar e submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Artº 15º da Lei 08/2012 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.”

Ínsitos na informação supratranscrita encontram-se os seguintes pareceres:

- Do Diretor Municipal de Gestão Integrada:*
- “Reúne o processo condições para ser conduzido à apreciação e votação da Câmara Municipal, nos termos propostos.”*

- Da Vereadora do Pelouro da Gestão, Administração e Financiamento:

“Sou de parecer favorável à remessa das Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Recebimentos e Pagamentos em Atraso à Câmara Municipal, nos termos propostos.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as declarações dos compromissos plurianuais e dos recebimentos e pagamentos em atraso, à data de 31 de dezembro de 2025, bem como remeter as mesmas à Assembleia Municipal nos termos propostos.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou quem pretendia usar da palavra, não se tendo registado qualquer inscrição.

A Assembleia tomou conhecimento.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Ponto 2.4. Aquisição de Serviços de Seguros - Abertura de novo procedimento: Pedido de Autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.5.3. Aquisição de Serviços de Seguros - Abertura de novo procedimento: Pedido de Autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes

Foi presente à reunião a informação n.º 175/INF_INT/2026, da Equipa Multidisciplinar de Gestão de Fundos de Financiamento, datada de 2026-02-13, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Aquisição de Serviços de Seguros - Abertura de novo procedimento: Pedido de Autorização de despesa e compromissos plurianuais para exercícios seguintes

Sr. Presidente,

Relativamente ao processo acima referido, informa-se que se encontra ainda em vigor o procedimento de aquisição de serviços de seguros (Proc.º Proc. 004 2024 UCP CPB), o qual irá terminar no próximo mês de Dezembro de 2026.

Considerando que se torna necessário iniciar novo procedimento para esta finalidade, com início de execução previsto a partir de Dezembro de 2026 (inclusive), para um período de dois anos;

Considerando, que esta despesa tem adequado enquadramento para o ano 2026, em orçamento, nas rubricas Org. 02 e Económica 01030901 e Org.02 e Económica 020212, e que não se encontram ainda devidamente aprovados os orçamentos para os exercícios de 2027 e 2028; carecendo a despesa a assumir em exercícios seguintes de autorização do órgão deliberativo;

Considerando que, tomando como referência idêntica contratação de procedimentos anteriores, por concurso público internacional, o valor estimado dos prémios totais dos seguros a adquirir para o período do contrato, tendo como base as taxas do contrato ainda em vigor e alguma variação / aumento estimado da massa salarial, bem assim do universo do património a assegurar, designadamente por força, da transferência de competências no domínio da educação e da saúde, é de 778 400,00 €, a qual se prevê executar, de acordo com a seguinte distribuição:

- a) 69 500,00 € no ano de 2026,*
- b) 389 200,00 € no ano de 2027 e*
- c) 319 700,00 € no ano de 2028,*

prevendo-se adotar para o procedimento de aquisição, o concurso público internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP (Código dos Contratos Públicos).

De modo a iniciar o respetivo procedimento de aquisição, carece a respetiva despesa de autorização da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-lei n.º 197/99 de 8 de Junho, bem assim, de competente autorização de compromissos plurianuais prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º, conjugada com o n.º 3 do mesmo artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua atual redação.

Nestes termos, sugere-se que o assunto seja submetido à reunião de Câmara, no sentido de ser solicitada à Assembleia Municipal a competente autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes.

À consideração de V.ª Ex.ª,”

Ínsito na informação supratranscrita encontra-se o seguinte parecer:

- Do Diretor Municipal de Gestão Integrada:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Reúne o processo condições para ser conduzido à Câmara Municipal e, sucessivamente, à Assembleia Municipal, em vista da emissão da autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes, nos termos propostos.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, solicitar à Assembleia Municipal a competente autorização de despesa e de assunção de compromissos para os anos económicos seguintes, nos termos da informação supratranscrita.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou quem pretendia usar da palavra, não se tendo registado qualquer inscrição.

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Amândio Neves, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Carla Leitão, João Coucelo, João Santos, Ana Maria Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Maria Adelaide Conceição, Válder Santos, José Grilo Gonçalves, Elisabete João, Filipa Portela, José Sousa, Fernando Matias, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sofia Gonçalves, Matilde Marques, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, Ricardo Simões, Carla Longo, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 30 votos a favor e duas abstenções dos membros do Pombal Independentes (Hugo Silva e Amândio Neves).

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.5. Apresentação do Relatório de execução orçamental da PMUGest, E.M. – 3.º trimestre 2025 - Para conhecimento;

Foi presente à Assembleia o Relatório de execução orçamental da PMUGest, E.M., relativo ao 3.º trimestre de 2025, o qual se dá por integralmente reproduzido e fica arquivado nos serviços respetivos.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, colocou este assunto a discussão não se tendo verificado qualquer inscrição para uso da palavra.

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.6. Concessão de exploração da cafetaria e do alojamento do Explore Sicó - Proc. n.º 01/2025/UCP/CPB - Decisão de adjudicação, aprovação da minuta do contrato e nomeação do gestor de contrato – Para conhecimento;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.5.7. Concessão de exploração da cafetaria e do alojamento do Explore Sicó - Proc. n.º 01/2025/UCP/CPB - Decisão de adjudicação, aprovação da minuta do contrato e nomeação do gestor de contrato



MUNICÍPIO DE POMBAL

Foi presente à reunião a informação n.º 10/INF_INT/UCP-CPB/2025, da Unidade de Contratação Pública, datada de 2025-12-11, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Concessão de exploração da cafetaria e do alojamento do Explore Sicó - Proc. n.º 01/2025/UCP/CPB - Decisão de adjudicação, aprovação da minuta do contrato e nomeação do gestor de contrato

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara,

1 – Considerando que o presente procedimento foi aprovado, pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do Artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), conjugado com a alínea b) do n.º 1 do Artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal celebrada em nove de maio de 2025.

2 – Nestes termos, em anexo à presente informação se remete ao órgão competente para a decisão de contratar, o Relatório elaborado nos termos do artigo 125.º do CCP, decidindo a adjudicação ao abrigo do disposto no artigo 73.º do CCP, ao concorrente Exumas Group, Lda., nos termos da sua proposta pelo valor mensal de 1.001,00€ (mil e um euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, perfazendo o valor global de 60.060,00€ (sessenta mil e sessenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de 5 (cinco) anos, prorrogável caso tal se justifique, mediante decisão, devidamente, fundamentada, do órgão Câmara Municipal, notificada ao concessionário, por escrito, até 90 (noventa) dias antes do seu termo, conforme previsto no ponto 2. da Cláusula 2.ª – Contrato do Caderno de Encargos e a minuta do contrato a celebrar, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, bem como os demais documentos que compõem o respetivo procedimento.

3 – Perante o supra exposto e tendo em conta a alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, conjugado com a alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, do mesmo diploma legal, e em coerência com os n.os 3 e 4 do Artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, o júri ora remete o processo para que seja sujeito a deliberação de Câmara, com vista à aprovação da proposta, à adjudicação, à aprovação a minuta de contrato e a nomeação da gestora de contrato, a técnica Ivânia Patrícia Redinha Monteiro, bem como deliberar remeter para conhecimento à Assembleia Municipal.”

Ínsitos na informação supratranscrita encontram-se os seguintes pareceres:

- Do Chefe da Divisão de Administração e Finanças:

“De acordo com o Relatório Final, o Júri propõe adjudicar ao concorrente Exumas Group, Lda. Neste âmbito, propõe-se que seja submetido a deliberação do Órgão Executivo, com vista à aprovação da proposta, decidir pela adjudicação, à aprovação da minuta do contrato e à nomeação da gestora de contrato, bem como, deliberar remeter para conhecimento à Assembleia Municipal.

Submeta-se previamente a parecer do Sr. Diretor Municipal.”

- Do Diretor Municipal de Gestão Integrada:



MUNICÍPIO DE POMBAL

“Reúne o processo condições para ser conduzido à Câmara Municipal, em vista da adjudicação, da aprovação a minuta de contrato, da nomeação da gestora de contrato e do sucessivo conhecimento à Assembleia Municipal, nos termos propostos.”

- Da Vereadora do Pelouro do Turismo e Promoção Territorial:

“Considerando as apreciações constantes, sou de parecer favorável à continuidade do processo, nos termos propostos.”

A Câmara deliberou, por unanimidade:

- *Adjudicar a concessão de exploração da cafetaria e alojamento do Explore Sicó, ao concorrente Exumas Group, Lda., pelo valor mensal de € 1.001, mais IVA, nos termos propostos na informação supra.*
- *Aprovar a minuta do contrato a celebrar com a adjudicatária; e,*
- *Nomear como gestor do contrato a técnica Ivânia Patrícia Redinha Monteiro.*

Mais deliberou, por unanimidade, remeter o presente processo para conhecimento da Assembleia Municipal.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, colocou este assunto a discussão não se tendo verificado qualquer inscrição para uso da palavra.

A Assembleia tomou conhecimento.

Ponto 2.7. Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Concelho de Pombal - Pombal + Saúde | Aprovação; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.7.1. Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Concelho de Pombal - Pombal + Saúde | Aprovação

Foi presente à reunião a informação n.º 3/INF_INT/2026, da Unidade Jurídica, datada de 2026-01-02, que a seguir se transcreve:

"ASSUNTO: Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Concelho de Pombal - Pombal + Saúde | Aprovação

Exm.º. Senhor Diretor da Direção Municipal de Gestão Integrada, Dr. Agostinho Lopes,

No âmbito do procedimento regulamentar melhor identificado em epígrafe, e em linha com o deliberado por parte do órgão Câmara Municipal, em reunião mantida no dia 08 de outubro de 2025, o projeto do Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Concelho de Pombal – Pombal + Saúde foi submetido a consulta pública, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 101º do CPA, pelo período de trinta dias, a contar da data da respetiva publicação (no Diário da República, 2ª série, n.º 218 - Aviso nº 28065/2025/2, de 11 de novembro de 2025 e na Internet, no sítio institucional, em https://www.cm-pombal.pt/consulta-e-discussao-publica?folders_list_12_folder_id=428), para recolha de sugestões, por escrito. Sucede que, decorrido o prazo definido para a consulta pública, não houve lugar à apresentação de quaisquer contributos e ou sugestões.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Em face do que se acaba de valorar, propõe-se a V. Ex^a que, caso assim o entenda e por meio de despacho a exarar por parte do Senhor Presidente, seja a presente informação submetida à apreciação do órgão Câmara Municipal, para que, ao abrigo do disposto nas alíneas g) do n.º 1 e k) do n.º 2 do artigo 25.º, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Anexo I), na sua atual redação, delibere no sentido de remeter ao órgão Assembleia Municipal o projeto, que ora se anexa, para necessária aprovação do Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Concelho de Pombal – Pombal + Saúde e subsequente publicação em Diário da República, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 139º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

À consideração superior, ”

Ínsito na informação supratranscrita, encontra-se o seguinte parecer:

- Do Diretor Municipal de Gestão Integrada:

“Reúne o processo condições para ser presente à Câmara Municipal, em vista da condução do presente projeto de regulamento à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para efeitos de aprovação, nos termos propostos.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter à Assembleia Municipal a proposta de Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Concelho de Pombal - Pombal + Saúde para apreciação e aprovação, nos termos da informação supratranscrita.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou quem pretendia intervir, tendo-se inscrito:

Hugo Silva (Pombal Independentes):

“Ora, Sr. Presidente, eu não vou estar aqui a discutir a captação de médicos de uns sítios para os outros. Eu acho que todas as oportunidades que nós tivermos para termos mais médicos, são sempre bem-vindas.

Mas, tenho aqui uma dúvida, relativamente aos incentivos, nomeadamente nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 4.º.

A primeira questão prende-se com os critérios utilizados para determinar o valor de incentivo, uma vez que a alínea refere valores até 600€, e até 200€, respetivamente. Importa perceber quais são esses critérios. Por exemplo, como se justifica que um médico possa receber 250€, e outros, 525€, por exemplo. Que fatores são tidos em conta nestas diferenciações?

Outra questão que leva a muitas dúvidas está constante no n.º 3 do mesmo artigo, que refere, e passo a citar: “O apoio a que se refere a alínea a) do n.º 1 será atribuído uma única vez por agregado familiar.” Ora, considerando que o n.º 1 estabelece um valor de apoio mensal, não fica claro qual é o modelo de atribuição – se o beneficiário recebe apenas um mês de apoio, recebe o valor correspondente aos doze meses de uma vez só, ou se a Câmara irá definir o montante global a atribuir numa única tranche.

Solicito, por isso, que o ponto seja devidamente esclarecido, de forma a evitar interpretações distintas e garantir transparência na aplicação do regulamento.”

Carla Leitão (PS):

“Sr. Presidente, o Partido Socialista reconhece a importância desta proposta e a necessidade urgente de fixar médicos no Concelho de Pombal. Estamos perante um problema sério, que afeta milhares de Pombalenses e o seu direito de acesso a cuidados de saúde.

Mas, também importa dizer, com toda a frontalidade, que esta medida confirma aquilo que o Partido Socialista sempre defendeu, que o Município deve assumir um papel ativo na criação de



MUNICÍPIO DE POMBAL

incentivos concretos para atrair e fixar médicos, à semelhança do que outros concelhos fizeram, há vários anos, como aconteceu em Leiria.

Durante anos, o Partido Socialista alertou para esta necessidade. Durante anos, também defendemos que o Município devia agir, criar incentivos, e não ficar à espera que o problema se agravasse.

O que hoje aqui discutimos é, no fundo, o reconhecimento de que esse caminho estava certo. Saudamos, por isso, que o Município tenha finalmente decidido avançar, criando apoios à habitação, às deslocações e outras condições que tornam Pombal mais competitivo na atração destes profissionais. É uma medida positiva e necessária.

Mas, também é importante dizer que os incentivos financeiros, por si só, não resolvem tudo. Os médicos escolhem territórios onde existam condições para viver, trabalhar e construir o seu futuro, e isso depende da dinâmica económica, da existência de emprego qualificado, da vitalidade do concelho, da qualidade do espaço urbano e da capacidade de fixar esta população jovem.

Devemos aqui ser honestos: um concelho que perde jovens, que tem dificuldade em criar emprego qualificado, e que vê o seu comércio local fragilizado, é um concelho que tem, naturalmente, mais dificuldade em atrair e fixar estes profissionais. Fixar médicos faz-se também tornando o concelho mais atrativo para todos.

Este regulamento é, por isso, um passo importante, mas é apenas um passo. O que se exige é uma estratégia mais ampla, que torne Pombal um concelho onde as pessoas queiram viver e permanecer.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há também uma diferença clara entre a forma como o Partido Socialista encara estas matérias e a forma como o PSD tem governado este concelho. O Partido Socialista tem apresentado propostas, tem alertado para os problemas e tem defendido soluções concretas para os Pombalenses. Infelizmente, demasiadas vezes o que temos visto é o PSD mais preocupado com a gestão do seu próprio poder, do que com a urgência das respostas de que o concelho precisa. Muitas decisões são adiadas, muitos problemas arrastam-se no tempo.

Foi assim nesta matéria da fixação de médicos, é assim na habitação, onde as respostas continuam insuficientes. Foi assim noutras situações que todos conhecemos, onde faltou capacidade de decisão atempada. Enquanto isso, os Pombalenses vão esperando.

O Partido Socialista estará sempre do lado das soluções. Reconhecemos o que está bem, mas não deixaremos de dizer que este caminho podia ter começado mais cedo, e que é preciso fazer mais, porque governar é decidir, e decidir a tempo faz a diferença na vida das pessoas.

Muito obrigada."

José Gonçalves (PPD/PSD):

"Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia.

Este artigo que agora vem à nossa discussão mereceu de mim alguma atenção, e pelas palavras que eu ouvi aqui dos meus colegas da Bancada do Partido Socialista e dos Independentes, parece que estamos irmanados no mesmo sentimento. Precisamos de melhorar a saúde no Concelho de Pombal.

Exatamente por isso, o Executivo goza daquele princípio da subsidiariedade, que permite às autarquias terem autonomia para descentralização democrática da administração pública.

No que diz respeito à saúde, há um art.º 6.º da Constituição da República Portuguesa que concretiza este aspeto, mas ficou a aguardar, nas estantes e nas gavetas, pelo Decreto-lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – lembrem-se quem era Governo? Ele esteve lá alguns anos a



MUNICÍPIO DE POMBAL

aguardar. Até que, nesta altura, foi publicado, pelo então Partido Socialista. 2019, estamos em 2026.

Bom, não há dúvida nenhuma de que a autarquia está a fazer um serviço à população, um serviço de proximidade. É urgente, e tem poderes jurídicos para o fazer. Ela mantém-se firme ao criar um programa de apoio financeiro associado à fixação dos médicos com especialidade de medicina geral e familiar, por forma a criar uma estrutura de apoio para estes profissionais de saúde, no suporte de diversas despesas a esses médicos, que possam estar associadas à respetiva habitação, educação, cultura, tempos livres, desporto, mobilidade, cuja disciplina carece ser vertida em competente instrumento regulamentar, posto que os regulamentos administrativos, enquanto normas jurídicas emanadas pela administração, no exercício das funções administrativas, assumem-se como verdadeiros instrumentos disciplinadores que visam regular, quer a organização e funcionamento dos serviços, quer as relações de administração com os particulares, bem assim como com outras entidades administrativas.

Na verdade, no setor da saúde, o país vê-se confrontado com uma elevada concentração de médicos em determinadas zonas, em detrimento de outras, particularmente no que respeita a médicos da especialidade de medicina geral, facto que também assola a região de Leiria e, naturalmente, o Concelho de Pombal – que, aliás, é o segundo concelho da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria com maior densidade populacional, e aquele que, em final de 2025, detinha mais de treze mil utentes sem médico de família atribuído.

É bem-vinda esta medida.

Já entraram sete novos médicos, no início do mês de julho, no concelho. Os novos profissionais de saúde foram contratados no âmbito do concurso de recrutamento lançado a nível nacional, tendo sido preenchidas as seis vagas contempladas para Pombal, com o reforço de uma nova médica, em regime de mobilidade. Os sete novos médicos foram afetos às Unidades de Saúde Familiar de S. Martinho (Pombal), Vale do Arunca (Louriçal, Redinha, Pelariga e Almagreira), e Sicó (Meirinhas, Vermoil, Abiul, Vila Cã, Santiago de Litém, S. Simão de Litém e Albergaria dos Doze).

Neste momento, a pergunta que faço ao Sr. Presidente é: os médicos que vão ser aliciados a fixarem-se em Pombal são novos médicos que vêm – é uma dúvida que eu tenho – ou esse incentivo já recai sobre estes seis ou sete, ou outros médicos, ou outros colegas que já existem nos Centros de Saúde do nosso concelho?

O art.º 3.º deste regulamento aplica-se aos médicos da especialidade de medicina geral e familiar que, por concurso ou mobilidade, venham ocupar postos de trabalho nas unidades funcionais locais de saúde da região de Leiria, Concelho de Pombal.

Quero aqui referir que se encontram, neste momento, a aguardar discussão no Parlamento – está aqui o Sr. Deputado João, que nos pode informar, porque foi distribuído o documento pelos vários setores – encontra-se um documento lá, desde o dia 25 de outubro, um documento das mãos da Sra. Ministra, a aguardar exatamente decisão, em pontos que são comuns a estes que agora temos aqui nestes preâmbulos. Não se fala concretamente de aliciantes económicos, mas fala-se de um conjunto – como a colega da Bancada do Partido Socialista agora dizia, que não se trata só de dinheiro para aliciar médicos, mas sim de outras condições, e, sobretudo, condições que se insiram perfeitamente na defesa do Serviço Nacional de Saúde.

Portanto, o assunto é premente, o assunto está a ferver.

Eu li detalhadamente o artigo, e venho sugerir que, na contratação, o Presidente da ULS Leiria e os serviços administrativos sejam ouvidos, para evitar problemas aos médicos, que é uma tendência desgraçada.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Sugere-se também que se procure saber se existem médicos emigrados que queiram regressar à sua terra – e sei que há alguns, conheço alguns aqui de Pombal.

Recomenda-se reforçar o apoio após os períodos relevantes – este período dos cinco anos, por exemplo – garantindo assim a fidelização desses médicos. Falta essa aliciante.

Muito obrigado, e parabéns ao Executivo por esta iniciativa. Obrigado.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Esta é uma medida importante, mas eu acho que a medida devia ser ligada a um objetivo do Município. Eu gostaria de ver esta medida – que é importante, concreta, efetiva – ligada a um objetivo, que era, até ao final do ano, nós termos médico de família para todos os nossos habitantes. É com esse objetivo que nós devíamos conseguir, porque aquilo que nós estamos a investir nos médicos, estamos a investir nas nossas pessoas, estamos a dar condições para terem consultas e intervenções cirúrgicas atempadamente. Isto tem um valor inestimável para as nossas populações.

Tecnicamente, eu tenho algumas dúvidas quanto à solução encontrada, não sei se não seria mais “fácil” – entre aspas – termos um regime dito de diuturnidades – por cada ano de permanência, o Executivo daria um prémio, ou outra coisa qualquer, propriamente dita.

Agora, saúdo, e digo, não é um prémio, não é algo que estamos a dar aos médicos; o que nós estamos a fazer é a dar saúde às nossas populações. E nessa perspetiva, acho tardio, mas veio.”

Fernando Matias (PPD/PSD):

“Obrigado, Sr. Presidente. Reitero os cumprimentos a todos.

E, de facto, é com bons olhos que vejo esta medida e este regulamento, porque nunca ninguém consegue captar recursos humanos decretando, não se decretam recursos humanos; criamos condições para que eles venham a fixar-se.

Efetivamente, podemos implementar medidas – e esta é uma delas – para a fixação de médicos na nossa região.

E mais, dos médicos que vieram, jovens médicos – que é importante – pessoas formadas, cheios de energia, mas, sobretudo, médicos que nasceram no berço de Pombal, e isso também é importante – pelo menos conheço dois que, efetivamente, têm uma ligação a Pombal, e que deixam grandes perspetivas, eles e outros, que se venham a fixar, de facto, em Pombal.

Congratulo-me com a vinda destes médicos, sobretudo para os cuidados de saúde primários, por uma simples razão, porque os cuidados de saúde primários são o pilar essencial da saúde de um país, na medida em que, efetivamente, permitem prevenir a qualidade de vida em saúde – porque os cuidados de saúde diferenciados vão tratar a doença; estes, sim, é evitar e criar hábitos saudáveis de saúde, e ensinar hábitos saudáveis de saúde à população.

Por isso, é com bons olhos que vejo estes recursos médicos a fixarem-se e a escolher Pombal para trabalhar, mas também a construção de novas unidades de saúde, porque podemos meter profissionais de saúde, mas se não lhes dermos condições de trabalho, eles também facilmente chegam, como se vão embora. E mais, modelos adaptados de trabalho, e, neste caso, criando as USF's, porque ter um médico desterrado numa freguesia, facilmente eles partirão.

Por isso, é com bons olhos que vejo, de facto, o reforçar das Unidades de Saúde Familiar, dotá-las de pessoal novo, jovem, com vontade de intervir e de melhorar a qualidade de vida das suas populações.

E, depois, também quero dizer, de facto, sobre a criação das ULS, porque, de facto, criar modelos de saúde divorciados, em que os cuidados de saúde primários trabalham para um lado, e os cuidados de saúde diferenciados trabalham para outro, as ULS já estão a mostrar provas de que, efetivamente, em Pombal há resultados. E eu quero dizer-vos que, atualmente, nas USF's, os



MUNICÍPIO DE POMBAL

médicos podem observar o doente e pedir exames complementares de diagnóstico – neste caso, o raio-x, que eles já estão efetivamente a fazer, e tê-los na hora, porque ninguém decide, em saúde, e muito menos os médicos, empiricamente.

Eu tinha um médico, por quem tenho grande estima, que, efetivamente, disse: “Fernando, temos de fundamentar todas as nossas decisões.” Cada vez mais, em saúde, tem de ser assim.

Por isso, ter a possibilidade de estar integrado numa ULS, e poder usufruir de um conjunto de exames complementares de diagnóstico para fundamentar a decisão, isso, de facto, é fundamental, e acho que estamos no bom caminho.

Depois, também não podia deixar de falar da minha área, porque, de facto, atualmente sou o parente pobre da saúde, que pertence aos cuidados de saúde familiar, nomeadamente ao SUB do Hospital de Pombal. E, de facto, o que gostaria é que, efetivamente, cada vez mais se olhasse para o risco de degradação e abandono progressivo, neste caso, das Unidades de Cuidados de Saúde Familiar, nomeadamente o nosso SUB.

Tenho a dizer-vos que já participei em duas reuniões promovidas pelo Diretor da Urgência, que, de facto, veio falar connosco, disse o que é que ele pensa, e também partilhou connosco, e pediu quais eram os nossos contributos – e isso já é positivo. E também gostaria que se olhasse para o serviço de medicina, que já teve cinco médicos, e atualmente tem dois, que já teve trinta e tal camas, e atualmente tem dez – tem dez a ser utilizadas, para não criar dúvidas, que atualmente são dez a doze que estão a ser ocupadas.

Também temos um bom serviço de fisioterapia, que também me orgulha, esse aí está a funcionar bem, a UCC.

Também há perspetivas para que a consulta externa possa começar a dar uma resposta mais efetiva. Peço aqui ao Sr. Presidente da Câmara, por que não acelerar o processo de requalificação das consultas externas, se a Câmara puder dar um empenho nisso. E perdemos a cirurgia pesada, mas por que não implementar um serviço de pequena cirurgia, que podia ser um serviço de proximidade, para dar resposta à nossa comunidade?

E assim termino. Mas, tenho a dizer que, de facto, já este primeiro passo me deixa com grande satisfação. Obrigado.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Eu vou votar contra. Vou votar contra porque os médicos têm uma entidade patronal que tem de lhes pagar bem. Isto de mandar para cima dos Municípios esta anátema – eu estava cá, na Câmara, quando a saúde começou com esta conversa. É uma maneira de passar para o Município a responsabilidade da contratação de profissionais de saúde. Não.

E lembro uma coisa: na altura, os médicos estavam cá, no Concelho de Pombal, a ganhar menos do que estavam no Vale do Tejo.

O Estado Português é que tem de fazer com que os médicos recuperem a capacidade de pagamento, o nível de vida que tinham há vinte anos. Não pode ser o Município, na minha opinião, a alavancar recursos para isto, ainda por cima quando o Município não tem operários para as suas máquinas. Se tivéssemos todas as necessidades do Município cumpridas, a nível de pessoal, eu até via de bom nível apoiar outros. Quando cá na casa não temos capacidade para manter técnicos qualificados, porque as leis da função pública não permitem, por exemplo, que motoristas do Pombus... Um motorista do Pombus a trabalhar para uma empresa privada ganha 2.500€ ou 3.000€; cá, está tabelado, nem carreira especial tem, recebe como assistente técnico.

E nós estamos preocupados a suprir uma falta de rendimento que o Estado, que é o empregador dos médicos, não lhes atribui.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Eu penso que no dia em que esta casa tiver os cantoneiros necessários, tiver os operadores de máquinas necessários, tiver os motoristas de Pombus necessários, acho que sim, podemos dar a mão a outros. Por enquanto, continuamos nesta moda, que é dar ajuda aos médicos. Leiria também o fez, mas Leiria continua com os quadros por preencher, da totalidade dos médicos. Não foi esta medida que garantiu.

E, depois, esta medida também cria uma distinção. Então o Dr. Bento, que está nas Meirinhas, e que não sai de lá para se reformar, para aguentar, por que razão é que ele também não recebe os mesmos apoios e os mesmos benefícios?

Ou seja, eu penso que esta medida, e quando, da primeira vez, ouvi falar dela, o que eu disse hoje foi o que eu disse na altura: esta é uma medida perigosa que estamos a tomar para privilegiar uma classe que devia ser o Estado a suportá-la. E eu pergunto-me: no dia em que não houver magistrados no Ministério Público, ou juizes, se nós também vamos arranjar um modelo de apoio para esta gente. No dia em que o responsável das Finanças diga que não quer ir para Pombal, porque não tem, também se a Câmara vai socorrer nisto.

Ou seja, atenção, tenho muito respeito pela classe profissional dos médicos, deviam ser as pessoas mais bem pagas neste país, igualmente como os professores; agora, penso que tem de ser a sua entidade patronal a assumir que eles reganhem a qualidade de vida que tinham. Não é nada pessoal contra os médicos, é simplesmente a minha perceção da organização e da alocação de recursos. Muito obrigado.”

José Gonçalves (PPD/PSD):

“Realmente, os médicos não querem ser uma classe privilegiada. É, realmente, uma profissão de desgaste, e temos exemplos constantes, a longevidade num médico é sempre inferior à longevidade de qualquer outra profissão, das mais faladas, é um facto.

Mas, alguém tem de resolver o problema. O Serviço Nacional de Saúde tem cinquenta anos, o Serviço Nacional de Saúde foi a grande conquista da democracia, foi a grande conquista do 25 de abril – não só, mas foi. Temos de o defender, porque ele faz bem. Faz bem, porque aumentou a longevidade das pessoas – aumentou. Neste momento, somos o terceiro país mais velho da Europa, imaginem.

As pessoas estão doentes, as pessoas vão ao médico, as pessoas melhoram a sua qualidade de vida, aumentou-lhes a qualidade de vida. Há aqui uma pecha grande em relação aos outros países da Europa: essa qualidade de vida, depois da reforma, dura sete anos, enquanto nos outros países da Europa, já vai nos quinze anos. Não sei porquê, há aqui mais qualquer coisa a fazer na saúde, sem ser só tratar doenças. Ou seja, há uma idade em que as doenças nos atacam mais – não é para assustar o meu colega da Bancada do Partido Socialista, Dr. Manuel Fernandes, mas nós, infelizmente, somos mais atreitos a doenças do que a juventude. Sabia disso?

É só para dizer que, realmente, é possível viver-se mais anos com o Serviço Nacional de Saúde. Temos de o respeitar.

Bom, várias teorias têm sido propostas, todos nós as conhecemos, e há duas aí na forja. Uma é de vinte e cinco pontos da Ordem dos Médicos, vai ao encontro dos desejos do João, que quer isto bem universalizado na questão de vencimentos, e o Estado, sim senhor, continua a assumir a responsabilidade. Também posso dizer que esse documento também está no Parlamento a aguardar opinião, para o grupo da saúde resolver esse problema. Está ao lado do projeto da Sra. Ministra da Saúde, estão lá os dois.

Por acaso, no que se chama atratividade, coincidem com o documento do nosso Executivo, que hoje vem aqui à discussão, em alguns pontos, porque, realmente, como diz o João, e muito bem,



MUNICÍPIO DE POMBAL

as pessoas têm de ser pagas, têm de ser pagas pelo risco da sua profissão, têm de ser pagas pela disponibilidade da sua profissão.

Está aqui um homem que conhece, que trabalhou comigo muitos anos, que ele sabe que nunca deixávamos o doente, mesmo que chegassem as oito horas da manhã, e já podíamos ir para casa dormir, porque tínhamos estado todo o dia de pé. Nunca deixámos um doente porque estava na hora do almoço, ou porque a nossa mulher e os nossos filhos estavam à espera. É isto tudo que dá desgaste.

Sobrevivem ou não sobrevivem, eu sei o suficiente, é isto tudo que dá desgaste. Eu penso que isto tem um custo em todas as profissões, mas eu não tenho atividades sindicalistas. Mas, tenho uma proposta a fazer, e tenho uma notícia a divulgar: dentro do projeto da Sra. Ministra está uma proposta, que é a criação de Unidades de Saúde Familiar Tipo C, orientadas pelo setor privado e social. É com isso que concorda, colega Manuel Gonçalves? É com este tipo de Unidade de Saúde Familiar C que concorda? “

Rui Pinhão (PS):

“Vou apenas fazer uma pequena intervenção, o Presidente da Junta das Meirinhas vai ficar surpreendido, mas há aqui uma parte em que eu concordo com ele.

Mas, há aqui uma questão ligada aos profissionais de saúde que nós precisamos de perceber: é que, hoje em dia, as razões pelas quais os mais diversos profissionais escolhem determinadas regiões para desenvolver a sua profissão, têm a ver com a atratividade dos concelhos, o que é que os concelhos têm para lhes dar, em termos de educação, de acesso a atividades culturais, de acesso a habitação digna e a preços compatíveis, em termos de segurança e qualidade ambiental, um tecido empresarial que gere emprego e desenvolvimento. E, de facto, isso são os concelhos com quem nós, neste momento, estamos a combater para atrair os médicos, neste caso. Mas, podemos falar até em todos os profissionais de saúde, porque nós temos de olhar para a saúde dos nossos concidadãos, abrangendo todos os profissionais de saúde.

Aquela parte em que eu concordo com o Presidente de Junta, João Pimpão, é a seguinte: é que, de facto, isto nos levava aqui para outro tema, e não é agora o momento, mas, se calhar, está na altura de relançar o debate relativamente à contratação pública, até porque, neste momento, temos algumas Juntas de Freguesia que saíram da desagregação, e que estão a passar por uma situação de terem de contratar pessoal, e, obviamente, há situações que serão um entrave.

Portanto, aqui lançava o desafio ao Sr. Presidente de Câmara, de lançar o debate relativamente à necessidade de fazer alterações à contratação pública nesse sentido.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não está mais ninguém inscrito para intervir, eu vou dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

Mas antes, se não me levam a mal, eu não tenho de intervir nestas matérias, mas queria só prestar um esclarecimento, e que facilmente as pessoas perceberão.

Eu concordo, até certo ponto, com aquilo que o Sr. Deputado Rui Pinhão disse, mas não é bem assim. Lisboa não consegue médicos de família, e grandes cidades não conseguem médicos de família, e, no entanto, têm tudo. O que é que não têm? Habitação, nem salários dignos para os médicos poderem deslocar as suas famílias para lá, o que não acontece com Pombal, felizmente.”

Presidente da Câmara Municipal:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Isto daria aqui uma larga discussão sobre o papel das autarquias locais no desenvolvimento dos territórios, seja Presidentes de Câmara, seja Presidentes de Junta. Isto dava aqui pano para



MUNICÍPIO DE POMBAL

mangas. Não me parece que, dado o adiantado da hora, este ponto seja o momento para o fazermos. Portanto, vamos cingir-nos àquilo que temos.

Primeiro, para que fique muito bem claro, e temos dito isso desde o início, a contratação de profissionais de saúde é da exclusiva responsabilidade do Ministério da Saúde, ponto final. Que fique bem claro, a contratação de profissionais de saúde, todos – enfermeiros, médicos, todos os especialistas – é do Ministério da Saúde e das suas estruturas desconcentradas do Estado – no caso, Unidades Locais de Saúde, e antes, da ARS. Ponto final.

Portanto, para que fique muito claro, porque as pessoas às vezes confundem, mas as pessoas também já não são confundíveis como eram. “O Presidente é que não mete lá o médico”, dizia-se nas freguesias, “não aprovou a nossa medida”, eu ouvi isto nas freguesias, na campanha.

Portanto, para que fique claro, quem contrata é a Unidade Local de Saúde da Região de Leiria, ponto final.

Coisa diversa é nós termos no nosso território um desafio enorme, a nível nacional, de termos uma deficiente cobertura de médicos de medicina geral e familiar, nos nossos territórios, nomeadamente com principal gravidade nos territórios mais desfavorecidos, nos territórios mais rurais, não tanto aqui nas áreas urbanas da nossa região. Leiria tem muito mais utentes sem médico de família do que Pombal, é interessante, e Leiria, como vocês sabem, teve vários métodos para ajudar, mais uma vez, o Ministério da Saúde a resolver este problema. Leiria teve o Projeto “Bata Branca”, teve outros projetos para ajudar, e, mesmo assim, continua com um número significativo de utentes sem médico de família. Os outros concelhos – Ourém, e outros concelhos limítrofes, mais relacionados connosco, do ponto de vista sociodemográfico, também estão com muitos problemas de atração de profissionais de saúde.

Portanto, é um problema nacional com impacto local. E vamos ser honestos uns com os outros, é o principal problema da nossa população. O principal problema da nossa população é o acesso aos cuidados de saúde, é o principal, diagnosticado por todos os levantamentos que têm sido feitos, e de forma empírica, na conversa que temos com as pessoas. O principal elemento das pessoas, hoje, em termos daquilo que é o seu conforto, segurança, bem-estar e qualidade de vida, é precisamente a área da saúde, o acesso aos cuidados de saúde.

O que é que nós fizemos? Nós, Município, não ficámos de braços cruzados, e ajudámos, com o apoio também dos autarcas de freguesia, mais uma vez valorizando a sua participação, a Unidade Local de Saúde da Região de Leiria a reorganizar os cuidados de saúde primários no nosso concelho, criando condições efetivas, profundas, para aumentar a atratividade para os profissionais de saúde. E por isso é que nós somos dos concelhos, a nível nacional – e se quiserem comparar, a nível regional – com maior investimento em unidades de saúde. Nós, neste momento, no âmbito do PRR, estamos a falar de um investimento que ronda os 10.000.000€, de três novas unidades de saúde, e da ampliação do Centro de Saúde de Pombal, que são obras que são fundamentais nessa estratégia mais ampla – que eu não percebi, porque fomos criticados por não ter uma estratégia mais ampla, esta é que é uma estratégia mais ampla, de nós termos cuidados de saúde em condições, não só para os cidadãos, que esse é o objetivo último do nosso trabalho, mas também para os próprios profissionais de saúde. E isso, sim, também contribui, e isso já está identificado pelos próprios profissionais de saúde, a melhoria das condições de trabalho também contribui para a atratividade e para a fixação desses mesmos profissionais de saúde, que nós estamos a fazer, com investimento municipal, também vos digo, porque o montante que nós temos do PRR não cobre aquilo que é a nossa exigência financeira. Mais uma vez, está o erário municipal a fazer uma intervenção que não deveria ser feita pela nossa parte, mas estamos a contribuir para isso.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Noutra dimensão, a curto prazo – e, portanto, acho que pouca gente está contente com esta medida; politicamente, pouca gente está contente, só o Partido Socialista, porque diz que há muito tempo que defende. Eu não estou contente com esta medida. Esta medida foi uma necessidade, foi uma necessidade assumida por nós. A primeira medida que deve ser tomada, ao nível da saúde, é criarmos condições, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, para que os profissionais de saúde sejam mais valorizados, sejam mais bem remunerados, e que se crie maior atratividade para eles virem para o território. Essa é que é a essência. Nós não devíamos ser chamados para este processo.

Agora, porque é que estamos neste processo? Porque, concomitante a esta estratégia que nós temos, de reorganização dos cuidados de saúde primários, e o reforço das condições de trabalho e das condições de acesso à saúde, com a construção destas unidades de saúde, nós precisamos efetivamente dos médicos agora. E, portanto, o que nós estamos a fazer é prescindir do nosso erário municipal, de dinheiro, sim, que devia ser para as nossas competências e atribuições, para ajudar a corrigir um problema de coesão territorial e de valorização do nosso território como um todo, porque nos sítios onde há mais dificuldades para atrair médicos, é precisamente nos meios rurais, nas freguesias mais distantes do centro. É aí onde é mais difícil atrair e fixar os médicos. E, portanto, nós, Município, Câmara Municipal, e agora, a Assembleia Municipal, percebendo, com os elementos que nós temos, que é promover a coesão social e territorial do concelho, num elemento que é essencial, que é o acesso às condições de saúde, nós estamos a aprovar esta medida. Estamos a aprovar esta medida, já com impacto positivo, já há cerca de sete – posso-vos adiantar – sete profissionais de saúde que estão envolvidos no âmbito deste benefício.

Aquilo que eu espero, daqui a um período temporal, é que não seja nenhum, é que nenhum deles precise deste regime para se fixar no nosso território. Esse é o nosso objetivo.

E, por isso, Manuel Gonçalves, o objetivo não é nosso; o objetivo é da estratégia do Serviço Nacional de Saúde. Nós queremos que todos os Pombalenses tenham médico de família, e por isso é que assumimos esta medida, precisamente para contribuir, dentro do nosso esforço financeiro municipal, para que todos os Pombalenses tenham médico de família, associado à importância desse facto.

E, portanto, agradeço também a referência, Dr. José Grilo.

Compreendo a posição do Presidente de Junta, João Pimpão, que eu acho que também já salientei, realmente, a razão de ser, e que é compreensível.

E respondi também às questões, só muito brevemente, do ponto de vista técnico, às dúvidas do Sr. Deputado Hugo Silva.

No art.º 4.º, n.º 1, alínea a) e alínea b), aquilo que está estipulado é o montante máximo do apoio para cada uma destas componentes, seja de habitação, seja de deslocações, mediante documentação que tem de ser apresentada. E, portanto, só com a documentação apresentada é que são atribuídos estes valores, e não podem exceder este montante. Ou seja, um médico que pague 1.000€ de renda está fora deste apoio. Temos um limite, para também ter aqui algumas balizas.

Relativamente ao valor do apoio financeiro, no n.º 2 e no n.º 3, o que se refere no n.º 3 é que este apoio do n.º 1, alínea a), só se refere a habitação, e é só por agregado familiar. Isto quer dizer o quê? Não sei se há agora, mas havia várias situações, se for um casal de médicos, não se vai pagar a dois agregados familiares; paga-se a um agregado familiar. Ou seja, o beneficiário deixa de ser individual, e passa a ser por agregado. Parece-me também lógico.

E, portanto, acho que respondi às dúvidas suscitadas.

Sr. Presidente, agradeço.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Amândio Neves, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Carla Leitão, João Coucelo, João Santos, Ana Maria Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Maria Adelaide Conceição, Válder Santos, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Elisabete João, Filipa Portela, José Sousa, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sofia Gonçalves, Matilde Marques, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, João Pimpão dos Santos, Ricardo Simões, Carla Longo, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 32 votos a favor, um voto contra, do Presidente de Junta João Pimpão e duas abstenções dos Presidente de Junta Humberto Lopes e Nelson Matias.

Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente deliberação por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.8. Proposta para a 1.ª Alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.9.1. Proposta para a 1.ª Alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira

Foi presente à reunião a informação n.º 182/INF_INT/2026, da Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana, datada de 2026-02-17, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Proposta para a 1.ª Alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira

Exma. Chefe de Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana,

Após quase três anos de vigência da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira, e com o decorrer dos trabalhos subsequentes à Operação de Reabilitação Urbana (ORU) para esta área, concluiu-se pela pertinência de incluir na delimitação da ARU, outras áreas contíguas fundamentais para a regeneração e revitalização do centro urbano.

De realçar que a delimitação da ARU se direccionou para a área mais central e consolidada do aglomerado, tendo deixado de fora outros espaços complementares e essenciais à homogeneização e coerência multifuncional daquela área, como sejam outras áreas de edificação e tecido urbano consolidados e equipamentos de utilização coletiva.

A presente proposta de alteração consiste fundamentalmente na alteração aos limites da ARU, de modo a integrar uma zona situada a norte do atual limite, circunscrita à rua e travessa das Flores, e outra zona situada a poente do atual limite, que abrange o Campo de Futebol/ACDRA, o Cemitério de Almagreira e três artérias viárias complementares (rua da Escola, rua Valentim Gabriel e travessa dos Desportos). É ainda efetuada, uma clarificação dos benefícios fiscais e procedimentos a adotar para atribuição desses mesmos benefícios, conforme explícito no documento em anexo ao relatório, denominado de “Manual de Apoio”.

Para o efeito, procedeu-se à consulta do executivo da Junta de Freguesia da Almagreira, o qual colaborou no desenvolvimento da proposta de alteração da delimitação da ARU.



MUNICÍPIO DE POMBAL

A proposta em apreço colhe o devido enquadramento no disposto no n.º 6 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) estabelecido pelo DL n.º 307/2009 de 23 de outubro, na redação atual, o qual prevê que após a delimitação da ARU, é possível proceder a alterações dessa delimitação, seguindo os procedimentos aplicáveis para a sua aprovação.

Nestes termos, propõe-se a V. Exa., caso seja esse o entendimento, que submeta a apreciação da Câmara Municipal, a proposta de 1.ª Alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira, para efeitos de remessa à Assembleia Municipal para aprovação, em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 13.º do DL n.º 307/2009 de 23 de outubro, na redação atual.

Refira-se que o ato de aprovação da 1ª Alteração da Delimitação da ARU de Almagreira deve ser publicado na 2ª série do Diário da República e divulgado na página eletrónica do município, e, simultaneamente, deve a câmara remeter ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o referido ato de aprovação da delimitação da ARU.

À consideração superior.”

Ínsitos na informação supratranscrita encontram-se os seguintes pareceres:

- Da Chefe de Divisão de Urbanismo, Planeamento e Reabilitação Urbana:

“Exmo. Senhor Diretor Municipal,

Após análise da presente informação e do Relatório anexo, relativo à proposta de 1.ª Alteração da Delimitação da ARU de Almagreira, considero que se encontra devidamente demonstrada a necessidade da sua revisão, decorridos quase três anos de vigência e na sequência dos trabalhos associados à respetiva ORU.

A proposta evidencia a pertinência de integrar áreas contíguas essenciais para a coerência territorial e funcional da intervenção, abrangendo zonas consolidadas de edificação, equipamentos de utilização coletiva e arruamentos estruturantes. Destaca-se igualmente a clarificação dos benefícios fiscais aplicáveis e dos procedimentos de atribuição, conforme detalhado no “Manual de Apoio” anexo. Regista-se ainda que a proposta resulta da articulação com a Junta de Freguesia de Almagreira, que colaborou no respetivo desenvolvimento.

O enquadramento jurídico encontra suporte no n.º 6 do artigo 13.º do RJRU (DL n.º 307/2009, na redação atual), que permite alterações à delimitação de uma ARU mediante observância dos procedimentos aplicáveis à sua aprovação.

Nestes termos, concordo com a proposta apresentada e proponho a sua remessa à Câmara Municipal, para posterior submissão à Assembleia Municipal, nos termos dos n.ºs 1 e 6 do artigo 13.º do RJRU, para efeitos de aprovação.

À consideração superior.”

- Do Diretor Municipal de Gestão Integrada:

“Reúne o processo condições para ser conduzido à apreciação e votação da Câmara Municipal, e, sucessivamente, à Assembleia Municipal, em vista da aprovação da 1.ª Alteração da Delimitação da ARU de Almagreira, nos termos propostos.”

- Da Vereadora do Pelouro do Urbanismo e Habitação:

“Considerando a informação apresentada e a respetiva fundamentação, sou de parecer favorável à proposta relativa à 1.ª alteração da Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira, bem como à sua remessa para apreciação e deliberação pela Câmara Municipal e, sucessivamente, pela Assembleia Municipal.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, submeter a proposta da 1.ª alteração da delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Almagreira à Assembleia Municipal para aprovação, em



MUNICÍPIO DE POMBAL

cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.”

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** questionou quem pretendia intervir, tendo-se inscrito:

Humberto Lopes (Presidente J.F. Almagreira, PPD/PSD):

“Obrigado, Presidente.

Aqui neste ponto, só para agradecer o profissionalismo e a rapidez de execução da equipa liderada pela Arq.ª Vera Domingues, aqui do Município, e pela Sra. Vereadora Ana Carolina, que perceberam a dificuldade que estávamos a ter, em Almagreira, para implementar uma ARU em que ficava de fora do plano inicial uma zona empresarial, uma zona desportiva, a ligação ao polo escolar. E, no fundo, fazer aqui uma integração de todo o nosso futuro desenvolvimento, que temos pensado para a sede da freguesia.

Portanto, esse agradecimento. Ou seja, foi feito aqui um compasso de espera, podíamos ter avançado para uma ORU, um instrumento de gestão territorial mais avançado, mas percebemos que era preferível fazer aqui, no fundo, uma pausa, corrigir os mapas da ARU, integrar estas áreas, ter a componente empresarial, a desportiva, a escolar, toda ligada, percebendo essa realidade local. E dar essa nota, no fundo, esse trabalho conjunto foi feito com a Junta de Freguesia, e percebemos a coerência territorial e funcional da intervenção, que é o que eu julgo e penso que qualquer plano – e já foi discutido aqui muito plano, porque os planos só são bons se forem exequíveis, e se acrescentarem valor à vida das pessoas. Portanto, não vale a pena andar a fazer planos só por fazer planos.

E, neste caso, esse agradecimento fica aqui feito, e também uma explicação do processo.

Obrigado.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Amândio Neves, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Carla Leitão, João Coucelo, João Santos, Ana Maria Cabral, Válder Santos, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Elisabete João, Filipa Portela, José Sousa, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sofia Gonçalves, Matilde Marques, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, João Pimpão dos Santos, Ricardo Simões, Carla Longo, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.9. Programa de Incentivo à Realização de Investimentos pelas Freguesias – União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze - 3/PROP/2026; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.13.1.3. Programa de Incentivo à Realização de Investimento pelas Freguesias - União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze - 3/PROP/2026

Foi presente à reunião a proposta da Senhora Vice-Presidente n.º 3/PROP/2026, datada de 12-01-2026, que a seguir se transcreve:



MUNICÍPIO DE POMBAL

"Programa de Incentivo à Realização de Investimento pelas Freguesias – União de Freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze

A, à data, União de freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze, apresentou um pedido de apoio para compartilhar as despesas com a construção de passeios na Rua 25 de abril, de forma a tornar a circulação dos peões mais segura.

Considerando que este pedido de apoio foi previamente identificado no âmbito do Programa de Incentivo à Realização de Investimento pelas Freguesias (PIRIF) 2025.

Considerando que o orçamento mais baixo foi apresentado pela Pavisicó - Pavimentos Sicó, Unipessoal,Lda, no valor de € 29.140,46.

Considerando as atribuições do Município, nomeadamente no âmbito do património e promoção do desenvolvimento (cf. alíneas e) e m) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I à Lei

75/2013, de 12 de setembro);

Considerando as competências da Câmara Municipal, designadamente “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (...)” (cf. alínea o) do número 1 do Artigo 33º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando o mapa n.º 51/2025, publicado em Diário da República a 7 de outubro de 2025, 2.ª série, n.º 193, com os mapas finais de transferência de bens móveis e imóveis, de universalidades, direitos e obrigações e de trabalhadores para cada freguesia a repor, onde se prevê os coeficientes de divisão de bens e saldos finais, designadamente 42,38% para Santiago de Litém, 25,88% para São Simão de Litém e 31,74% para Albergaria dos Doze;

Propõe-se ao órgão Câmara Municipal que delibere no sentido de:

(i) Revogar a anterior deliberação do órgão Câmara Municipal data de 12 de dezembro de 2025;

(ii) Aprovar a atribuição do apoio financeiro para compartilhar as despesas com a construção de passeios na Rua 25 de abril no montante de € 29.140,46 (vinte e nove mil, cento e quarenta euros e quarenta e seis centimos), de acordo com o estabelecido no coeficiente de divisão de bens e saldos finais:

a) À Freguesia de Santiago de Litém, no valor de € 12.349,73 (doze mil, trezentos e quarenta e nove euros e setenta e três centimos);

b) À Freguesia de São Simão de Litém, no valor de € 7.541,55 (sete mil, quinhentos e quarenta e um euros e cinquenta e cinco centimos);

c) À Freguesia de Albergaria dos Doze, no valor de € 9.249,18 (nove mil, duzentos e quarenta e nove euros e dezoito centimos);

(iii) Requerer a competente autorização ao órgão Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, publicado em Diário da República sob o aviso n.º 9665/2016, de 14 de julho.”

A Câmara deliberou, por unanimidade:

1. Revogar a deliberação do órgão Câmara Municipal data de 12 de dezembro de 2025;

2. Aprovar, nos termos do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Município de Pombal, a atribuição de um apoio no valor de € 29.140,46 (vinte e nove mil, cento e quarenta euros e quarenta e seis centimos), de acordo com o estabelecido no coeficiente de divisão de bens e saldos finais:

a) À Freguesia de Santiago de Litém, no valor de € 12.349,73 (doze mil, trezentos e quarenta e nove euros e setenta e três centimos);

b) À Freguesia de São Simão de Litém, no valor de € 7.541,55 (sete mil, quinhentos e quarenta e um euros e cinquenta e cinco centimos);



MUNICÍPIO DE POMBAL

c) À Freguesia de Albergaria dos Doze, no valor de € 9.249,18 (nove mil, duzentos e quarenta e nove euros e dezoito cêntimos);

3. Requerer a competente autorização ao órgão Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, publicado em Diário da República sob o aviso n.º 9665/2016, de 14 de julho, conforme informação supratranscrita.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou quem pretendia usar da palavra, não se tendo registado qualquer inscrição.

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Amândio Neves, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Carla Leitão, João Coucelo, João Santos, Ana Maria Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Válder Santos, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Elisabete João, Filipa Portela, José Sousa, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sofia Gonçalves, Matilde Marques, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, João Pimpão dos Santos, Ricardo Simões, Carla Longo, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.10. Programa de Incentivo à Realização de Investimentos pelas Freguesias – Freguesia da Ilha – 2/INF/PIRIF/2026; Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara;

Foi presente à Assembleia a proposta da Câmara sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Ponto 2.10.1.1. Freguesia da Ilha - Apoio para aquisição de maquinaria/equipamentos - PIRIF
Foi presente à reunião a informação n.º 36/2025/PIRIF - 2/INF/PIRIF/2026, da Vereadora do Pelouro das Freguesias, Associativismo e Cidadania, datada de 2026-02-19, que a seguir se transcreve:

“ASSUNTO: Aquisição de Maquinaria/Equipamentos - PIRIF JF Ilha

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Pombal,

O Programa de Incentivo à Realização de Investimento pelas Freguesias, designado de PIRIF, é um instrumento que dá a possibilidade às freguesias de realizarem investimento público suportado em parte pelo orçamento municipal. Visa promover a autonomia destas autarquias na realização de investimento, permitindo corresponder ao exercício de competências próprias e delegadas. Pretende ainda responder às necessidades da comunidade, sendo que a falta de financiamento era frequentemente tida como um entrave à atividade da freguesia.

Neste sentido, a Freguesia de Ilha, após a entrada em funções, deparou-se com uma necessidade de promover um conjunto de condições de trabalho mínimas necessárias a nível de equipamentos básicos para suprimir as necessidades imediatas da Junta de Freguesia, os quais abaixo identificamos, e que respeitam ao pedido de apoio via WEBGPA n.º 91734.

- Mini-escavadora com respetivos baldes de escavação e limpeza, rampas e destroçador
- Soprador de costas
- Roçadora para matagais
- Máquina de lavar à pressão
- Martelo perfurador, aparafusadora e rebarbadora



MUNICÍPIO DE POMBAL

Os serviços municipais fizeram uma análise dos documentos apresentados e consideraram adequado o valor estimado em 33.484,57 EUR (trinta e três mil quatrocentos e oitenta e quatro euros, e cinquenta e sete cêntimos) já com IVA incluído, confirmando que estes são essenciais para as atividades da junta de freguesia.

Foi igualmente indicada a necessidade de adquirir equipamento de som para a realização dos atos públicos, nomeadamente as assembleias de freguesia, com correspondente pedido de apoio via WEBGPA n.º 91954. Os serviços municipais fizeram uma análise dos documentos apresentados e consideraram adequado o valor estimado em 1.233,50 EUR (mil duzentos e trinta e três euros, e cinquenta cêntimos) já com IVA incluído.

Considerando as atribuições do Município, nomeadamente no âmbito do equipamento rural e urbano (cf. alínea a) do n.º 2 do Artigo 23º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando as competências da Câmara Municipal, designadamente “Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município (...)” (cf. Alínea o) do n.º 1 do Artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro);

Considerando a criação do Programa de Incentivo à Realização de Investimento pelas Freguesias (PIRIF), previsto no ponto 9 do Relatório do Orçamento de 2026;

Considerando que a Freguesia da Ilha julgou a necessidade de promover a aquisição de equipamento de som e equipamento diverso/maquinaria para realizar as competências próprias e delegadas;

Considerando o disposto no artigo 3º e no n.º 1 do artigo 10º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, publicado em Diário da República sob o aviso n.º 9665/2016, de 14 de julho;

Propõe-se ao órgão Câmara Municipal que delibere no sentido de aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia da Ilha, no montante de 27.774,46 EUR (vinte e sete mil setecentos e setenta e quatro euros, e quarenta e seis cêntimos), com vista a minimizar os encargos referentes à resposta em termos de aquisições para as necessidades supramencionadas, bem como requerer a competente autorização ao órgão Assembleia Municipal.

Ínsito na informação supratranscrita encontra-se o seguinte parecer:

- Do Chefe da Divisão de Administração e Finanças:

“No cumprimento dos requisitos legais de execução da despesa, o processo foi cabimentado e comprometido em PAM e em Orçamento.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias do Município de Pombal, remeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de atribuição de um apoio à Freguesia da Ilha, sob a forma de Acordo de Colaboração, no montante de € 27.774,46 (vinte e sete mil setecentos e setenta e quatro euros e quarenta e seis cêntimos), nos termos da informação supratranscrita.”

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal questionou quem pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:

Alexandre Silva (Presidente J.F. Ilha, PPD/PSD):

“Boa noite, Sr. Presidente. Obrigado. Prometo ser muito breve, até porque os trabalhos já vão longos. Primeiro, obviamente, cumprimentar todos, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E quero também aproveitar igualmente este momento para agradecer todas as mensagens, e o carinho que me foi chegando, na sequência do acidente que tive naqueles trabalhos pós-tempestade.

De resto, permitam-me começar também por agradecer ao Executivo Municipal pela aprovação unânime deste apoio no PIRIF – Programa de Incentivo à Realização de Investimento nas Freguesias. Como devem saber, o processo de separação administrativa que aconteceu recentemente deixou a nossa freguesia completamente despida daquilo que são equipamentos, ferramentas e utensílios habituais e essenciais para o nosso trabalho do dia a dia, seja naquilo que são as nossas competências, seja naquilo que são as competências que nos estão a ser delegadas. Obviamente que isto não é algo isolado na Freguesia da Ilha, mas cabe-me a mim aqui explicar o porquê da importância deste apoio do PIRIF a estes equipamentos.

É importante salientar isto, que a nossa freguesia não se está a reforçar; a nossa freguesia está a começar do zero. A começar do zero, mas com uma estrutura que está em movimento, o que ainda causa mais dificuldades operacionais, naturalmente.

Neste sentido, avançámos para a aquisição de uma miniescavadora, que tem vários extras para acoplar. Este equipamento vai permitir abrir valas, limpar caminhos, vai permitir fazer pequenas obras, tal como os restantes equipamentos que podem ver na documentação, vai-nos possibilitar e aumentar a nossa capacidade de resposta. Portanto, vamos conseguir intervir rapidamente, e não ficar reféns de outras entidades, bem como ter de fazer contratação externa, como ainda recentemente tivemos de o fazer.

Portanto, estes equipamentos já mostraram todo o seu potencial – infelizmente, até mostraram o potencial nas últimas semanas negras que vivemos. E, portanto, isto aqui é um apoio que agradecemos, naturalmente, e que é um apoio na capacidade, neste caso, da Junta de Freguesia da Ilha, de dar resposta àquilo que são as necessidades dos seus cidadãos.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Amândio Neves, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Carla Leitão, João Coucelo, João Santos, Ana Maria Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Maria Adelaide Conceição, Válter Santos, Pedro Ferraz, José Grilo Gonçalves, Elisabete João, Filipa Portela, José Sousa, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sofia Gonçalves, Matilde Marques, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, João Pimpão dos Santos, Ricardo Simões, Carla Longo, Guilherme Domingues, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a proposta da Câmara a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e por minuta, para efeitos de execução imediata.

Ponto 2.11. Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias - Para Conhecimento.

Foi presente à Assembleia a Listagem de apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para cumprimento do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Freguesias.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia questionou se alguém pretendia usar da palavra, tendo-se inscrito:

Nelson Matias (Presidente J.F. Mata Mourisca, PPD/PSD):

“Só tinha curiosidade de saber porque é que na parte da Mata Mourisca, o PS votou contra.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Não está cá o Sr. Vereador do Partido Socialista, e, portanto, ninguém lhe pode responder a essa questão. Depois, poderá, com certeza, noutra oportunidade.”

Nelson Matias (Presidente J.F. Mata Mourisca, PPD/PSD):

“É pena, porque tinha curiosidade de perceber o conhecimento que essa pessoa, que votou contra, tem daquilo que foi proposto da nossa parte, porque tal como o Alexandre Silva vem de uma desagregação de freguesias, nós também viemos. E as dificuldades que temos, há mais pessoal a ter.

E quero esclarecer mais uma coisa: enquanto Presidente da Junta de Mata Mourisca, eu quero esclarecer aqui que não há nenhum investimento que não se peça fazer na freguesia, que não faça sentido. Tudo o que nós queremos, nós não queremos dinheiros públicos simplesmente pelo sim ou pelo não. Muito obrigado.”

A Assembleia tomou conhecimento.

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Muito obrigado.

*Meus senhores, terminado este ponto da ordem de trabalhos, vamos passar ao **Ponto n.º 2.12**, Criação de uma Comissão de Acompanhamento dos projetos de Recuperação de Pombal. Apresentação, discussão e votação da Proposta do Partido Socialista.*

Dra. Ofélia, é sobre?”

Maria Ofélia Moleiro (PPD/PSD):

“É sobre estes dois pontos. É só para sugerir que, dada a conetividade dos objetos das comissões propostas pelo PS, que sejam discutidas em comum, e votadas em separado. Era para sugerir isso.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Se os senhores não se importam de me ouvir, a Dra. Ofélia fez uma proposta, não fez um requerimento. E o meu caro amigo Manuel Gonçalves retorquiu, e nenhuma das intervenções tem validade. Dra. Ofélia, faça favor.”

Maria Ofélia Moleiro (PPD/PSD):

“Sr. Presidente, então quero fazer um requerimento, em nome da minha Bancada: que as duas propostas sejam discutidas em conjunto, dada a conetividade dos objetos presentes nas duas comissões propostas, e que sejam votadas separadamente, como é óbvio.

Muito obrigada.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Eu vou só perguntar: quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, o requerimento é aprovado. Vamos discutir em conjunto e votar em separado. Tudo bem, a opção é vossa, para mim é-me totalmente indiferente.”

Então, o Ponto n.º 2.13 é a Criação de uma Comissão de Inquérito à atuação do Sistema Municipal de Proteção Civil de Pombal. Apresentação, discussão e votação da Proposta do Partido Socialista.

Alguém se quer inscrever? Dou a palavra ao proponente, se faz favor.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para esclarecer que são dois assuntos diferentes. Não estão conexos. Estão conexos num aspeto, que é este, por consideração e respeito às nossas populações, e àquilo que elas sofreram, isso é que torna estas duas propostas conexas.



MUNICÍPIO DE POMBAL

E é em homenagem às nossas populações e ao seu sofrimento com esta calamidade, que resolvemos apresentar estas duas propostas.

A primeira é uma Comissão de Acompanhamento. Isto é, o Executivo, a Câmara e as Juntas vão ter um trabalho medonho – medonho – para recuperar, proteger e dar asas a que este concelho possa voar mais alto. Vai exigir muita concentração, muita coordenação política e operacional, e muita dedicação, em termos de vontade e foco.

E é preciso que a Assembleia Municipal, nos seus poderes de fiscalização das atividades do Executivo Camarário, possa atempadamente exercer as suas funções de acompanhamento e de controlo. Não estamos numa situação normal; estamos numa situação excecional. Meus amigos, os tempos vão exigir rapidez de decisão, rapidez na execução, e o mais complicado, capacidade política para obtermos os financiamentos, meus amigos.

E, nessa perspetiva, eu acho que a Assembleia Municipal pode dar uma ajuda. E qual é essa ajuda? É poder acompanhar os projetos que se vão desenvolvendo.

E vocês vão dizer: “Está bem, fazemos as reuniões de dois em dois meses, ou de três em três”, e etc. Não chega, porque a rapidez das decisões e a rapidez de execução exigem decisões políticas, prioridades, orçamentos, financiamento. E acho que a Assembleia Municipal tinha de ter uma pequena equipa – aliás, nós propusemos um elemento por cada força política representada nesta Assembleia – para fazer esse acompanhamento, para todos termos a informação e podermos decidir se, de facto, estamos a ir de acordo com os critérios decididos, se estamos a ir de acordo com os orçamentos, se estamos a ir de acordo com a fiscalização que é necessária neste tipo de eventos, e, acima de tudo, também garantir que há populações que não ficam afastadas, que não ficam para trás, fazem parte do nosso concelho. E acho que isso é um dever político da Assembleia Municipal.

Se neste programa não tivermos acompanhamento e informação para prestarmos às nossas populações, meus amigos, não sei qual é o nosso papel nesta Assembleia Municipal, nesta matéria.

Outra proposta que apresentámos, é uma comissão de inquérito. E já vos digo, eu estou farto da ladainha de que agora o importante é as pessoas, e isso fica para outra altura. Não, esta é a altura ideal para nós sabermos o que se passou, o que se passou com o nosso Serviço Municipal de Proteção Civil – isto é, se todos os seus responsáveis cumpriram os seus deveres e as suas competências funcionais, se os planos estavam minimamente elaborados, se seguimos os procedimentos todos, à risca, se o acionamento foi feito no tempo devido, ou devia ser antes ou depois.

Meus amigos, desculpem lá, nós estamos a falar na calamidade, infelizmente tivemos, no Concelho de Pombal, uma vítima mortal indireta. Imaginem que o acontecimento se dava às nove, ou às dez da manhã desse dia – imaginem. Imaginem só. É por isso que nós precisamos, e esta proposta tem o objetivo – não é procurar sangue; é dar garantia às nossas populações de que o nosso Serviço Municipal funcionou bem, de acordo com o que estava estabelecido, e atempadamente. E para quê? Para que as nossas populações, no futuro, acreditem nos avisos e nos conselhos dos nossos serviços. É isso que eu estou aqui, e o Partido Socialista, como proponente desta proposta, foi nesse sentido. O que nós queremos é credibilizar este serviço, porque ele é essencial para minimizar este tipo de riscos, seja agora, seja no futuro.

Nós não queremos que as pessoas ponham em dúvida, que as pessoas ponham nas redes sociais que isto funcionou mal, não; nós queremos saber se todos os responsáveis nestes serviços cumpriram com aquilo que estava determinado. É esse o objetivo desta proposta, da comissão de inquérito.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Muito obrigado.”

Maria Ofélia Moleiro (PPD/PSD):

“Muito obrigada, Sr. Presidente. Dado o adiantado da hora, cumprimento todos os presentes, e os que nos seguem pela internet, nas pessoas do Sr. Presidente da Assembleia e do Sr. Presidente da Câmara, a quem desejo a continuação de uma boa recuperação. E dou um conselho: não abusem dos vossos físicos, porque a saúde está em primeiro lugar – e hoje falou-se aqui de médicos.

Em relação a estas comissões propostas, Sr. Presidente, permita-me que recorde aos Srs. Deputados do PS só três direitos dos membros da Assembleia Municipal: Ponto n.º 1-B, acesso a todas as iniciativas do Município, e serviços do Município; dois, alínea f), solicitar por escrito ao órgão executivo as informações e esclarecimentos que entendam necessários; alínea i) servir de escrutinadores.

Destaco como deveres os seguintes, entre muitos: alínea g), manter um contacto estreito com as populações do concelho.

E nós, deputados do PSD, nós usamos estes direitos e cumprimos estes deveres. Por isso, talvez, a nossa Bancada seja tão grande, em relação à vossa, porque nós realmente cumprimos este dever de estar junto das populações.

Daí que consideramos que esta comissão proposta, de acompanhamento, por vós, é uma perfeita redundância em relação àquilo que já são os nossos direitos e deveres. E nós não prescindimos, deputados do PSD, não prescindimos dos nossos direitos de acompanhamento, que todos somos obrigados a fazer, e fazemos.

Em relação à comissão de inquérito, aí a coisa é mais grave. E aí, eu vou ler – os senhores invocam o art.º 49.º - e então, Sr. Presidente, permita-me que, mais uma vez, mostre aos Srs. Deputados do PS, que leiam o regulamento – não estudam, estudassem. Propõem uma comissão de inquérito, e o art.º 49.º, alínea c), diz: “As comissões de inquérito destinam-se a proceder a averiguações do foro disciplinar, contraordenacional e criminal, à Câmara Municipal, aos seus trabalhadores e às empresas sob a tutela do Município.”

E eu pergunto, Srs. Deputados: quem é que querem incriminar? Quem é que querem averiguar disciplinarmente? É a Sra. Vice-presidente, aquela que foi a Presidente em exercício, na ausência, por doença, do Sr. Presidente? São os Vereadores? Mas, qual deles? Qual é que querem incriminar? Eles todos, Vice-presidente, Presidente em exercício, com os respetivos Vereadores, que estiveram vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas a trabalhar, como já aqui foi dito.

Eu própria, da minha experiência pessoal, posso dar um exemplo: naquele dia, naquela manhã logo a seguir à grande tragédia, àquele vento destrutivo, eu andava, de manhã, na cidade, a ver tudo no chão, e tudo fechado, e sem comunicações, sem água, sem luz, sem nada, as poucas pessoas que andavam na rua, pareciam baratas tontas, eram zombies – eu própria me sentia uma zombie, porque não conseguia perceber o que estava a acontecer – e encontrei a Sra. Vice-presidente, Presidente em exercício, e a Sra. Vereadora Ana Carolina, que sem comunicações, sem possibilidade de comunicar, vinham a pé dos bombeiros, onde tinham ido combinar tudo o que haviam de fazer a seguir. Eu vi-as, eramos zombies na cidade.

Mas, então, se não é o Executivo – porque me parece que não há razão criminal, nem disciplinar, para o Executivo – eu pergunto: é aos trabalhadores que os senhores querem incriminar? Querem processos disciplinares para eles? Mas, eles foram incansáveis, eles fizeram tarefas que não são próprias das suas funções, nem lhes estão atribuídas, e tudo no apoio à população.



MUNICÍPIO DE POMBAL

Esclareço também, Srs. Deputados, que todos eles, trabalhadores, e os elementos todos, inclusive a Sra. Vice-presidente, Presidente em exercício, não tinham luz nas suas casas, não tinham água, tinham telhados partidos, como todos os outros deste concelho, e tinham filhos em casa nestas condições, sem poderem ter escola, mas estiveram aqui, a trabalhar para a população.

Aliás, em relação aos trabalhadores, quero dizer-vos que, ainda há dois dias, o Dr. Nelson Pedrosa recebeu um importante troféu na BTL de Lisboa – e, aliás, o Sr. Presidente também recebeu – reconhecendo o Sr. Secretário de Estado do Turismo, na maior feira de turismo de Portugal e, quem sabe, da Europa – porque ela é maior do que a Summit – recebeu um troféu publicamente, pelo desempenho, pela capacidade de resistência, pelo trabalho que fizeram, pelos esforços. Por acaso, era bem interessante esse troféu, era uma caixa de madeira, era a casa, e tinha umas telhas lá dentro. Era bem simbólico, e achei muito interessante. Foram condecorados. Então, querem incriminar e arranjar processos disciplinares para aqueles que foram distinguidos pelo Secretário de Estado, pelo seu valor, pelo trabalho do Nelson Pedrosa, como gerindo toda a logística do concelho? Não, Srs. Deputados, não acredito.

Então, é aos Presidentes das Juntas de Freguesia que os senhores querem incriminar. Então, os Presidentes de Junta, eles são os novos heróis do nosso concelho – e quiçá de outros concelhos também, mas eu falo do meu, que é o que conheço. Eles são os novos heróis. Nós já tínhamos os bombeiros como heróis, eram os heróis das crianças, e são, e são nossos também. Obrigada, Ana Cabral. Mas, agora temos os Presidentes de Junta como nossos heróis. E nós ouvimos aqui os seus relatos, e as lágrimas vêm-nos aos olhos quando eles falam do que passaram, do que fizeram, e do que podiam ter feito, mas não conseguiram fazer, mas gostavam de ter feito.

Esta comissão, Sr. Presidente, proposta pelo PS, não tem objeto legal, pelo que eu demonstrei aqui. Ela tem um objetivo político. O PS tem pouco deputados, o PS não tem imagem pública no nosso concelho; então, através de uma tragédia, pretende criar a sua imagem pública para as próximas eleições. Isto é condenável, Sr. Presidente, isto não é bonito, isto é feio. Isto é criar um circo dentro desta Assembleia, e não é um circo bonito, não é engraçado. Aliás, o vosso Secretário Geral, em vez de fazer Oposição destrutiva, como estão a fazer, ele está a fazer uma Oposição construtiva, ele próprio disse que grande parte das medidas que ele propôs ao Governo, logo a seguir à tempestade, foram incluídas no programa do Governo para a recuperação. Mas, os senhores não fizeram essas propostas.

Portanto, os senhores fazem uma Oposição que é destrutiva, que não é útil. Eu aconselho mesmo a que estudem melhor, antes de apresentarem propostas na nossa Assembleia, estudem melhor os regulamentos, estudem melhor as leis, estudem.

E, Sr. Presidente, deixe-me utilizar aqui um programa de televisão, que por acaso eu gosto imenso, aos domingos, que é um programa de humor, e é de humor inteligente, por acaso ataca tudo e todos, mas é engraçado, é inteligente, e eu vou usar o título para estes Srs. Deputados: isto, estas propostas, isto é gozar com quem trabalha. Repito, isto é gozar com quem trabalha. E se eu tiver de pagar direitos de autor, não me importo de repetir pela terceira vez: isto é gozar com quem trabalha.

Obrigada, Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada Carla Mariza, se faz favor.”

João Pimpão dos Santos (Presidente J.F. Meirinhas, PPD/PSD):

“Sr. Dr. desculpe lá, eu queria um ponto de ordem. Eu queria pedir um ponto de ordem, para apresentar um requerimento para passarmos à votação.

Eu retiro.”



MUNICÍPIO DE POMBAL

Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

“Sra. Deputada Carla Mariza, eu não tinha aceitado ainda o ponto de ordem.”

Carla Mariza (PS):

“Era o que eu ia para dizer, eu não vi aceitar o ponto de ordem. Mas, se aceitar o ponto de ordem, irá por escrito um requerimento para a Mesa da Assembleia.

Não acho que seja correto, minimamente ético, dizer que a Bancada do Partido Socialista se aproveita das tragédias para fazer popularidade. Nós não nos aproveitamos das tragédias. Não nos vê, com certeza absoluta, a tirar fotografias a ajudar as pessoas, e pô-las no Facebook.

O Partido Socialista, o que quer aqui, de facto, é garantir os erros que terão acontecido, para que a tragédia fosse maior do que poderia ter sido evitado. Não nos congratulamos com tragédias, acho que isso é, para já, vil da vossa parte, virem com essa retórica, acusar-nos de que nos estamos a aproveitar para fazer disto popularidade. O Partido Socialista não precisa.

Além de não precisar, algumas propostas incluídas no programa que tem aí foram do Partido Socialista. Reitero aquilo que foi dito, a bolsa de advogados voluntários, foi o Dr. João Coelho que tratou da bolsa toda, na íntegra. Não há problema, nós estamos para ajudar. Agora, sermos acusados de nos aproveitarmos daquilo que aconteceu aos Pombalenses para popularidade, por amor de Deus.”

Daniel Ferreira (Presidente J.F. Vermoil, PPD/PSD):

“Muito rapidamente, eu também não gosto que me digam que há uma suspeita de qualquer coisa que possa ter corrido mal, e que alguém tenha feito alguma coisa de mal.

Obrigado.”

Carla Leitão (PS):

“Só respondendo ali à Sra. Deputada, eu penso que a Sra. Deputada não está a ser correta, está a aproveitar esta tragédia, como diz, para menosprezar os munícipes que votaram no PS. Podemos ter pouca representatividade, mas tivemos votos dos Pombalenses, dos munícipes, das pessoas que quiseram que nós estivéssemos aqui.

E mais uma vez vos digo que vocês não sabem tudo, as coisas que fazem não são todas corretas. A tragédia não permite que tudo aquilo que se faz seja correto.

Portanto, é só para lhe dizer que é uma falta de respeito para todos nós, e para os próprios munícipes que votaram em nós. A democracia é isto, sejamos um, dois, três ou quatro, acho que merecemos respeito.

E era só isto que eu gostaria de dizer.

Muito obrigada, e uma boa noite a todos.”

Manuel Gonçalves (PS):

“Que fique claro para todos, é a minha palavra, acreditem ou não acreditem: a proposta da comissão de inquérito foi apresentada para o respeito que todos vocês merecem na Proteção Civil. Foi por respeito ao vosso trabalho que apresentámos esta proposta. Não é contra ninguém; é para dar confiança, é para que ninguém ponha em dúvida o trabalho que foi desenvolvido por todos os intervenientes. Aliás, na nossa proposta, nós apresentávamos com vista a apurar eventuais comportamentos negligentes. E eu só faço uma pergunta – só faço uma pergunta: segundo ouvi aqui – se calhar, ouvi mal – o nosso Plano de Emergência Municipal foi só acionado às sete da manhã do dia da tragédia. Não sei se ouvi mal ou bem. É só para saber se não podíamos ter antecipado e acionado mais cedo.



MUNICÍPIO DE POMBAL

São estas pequenas coisas que eu acho que têm de ser esclarecidas. Mas, quem é que está a dizer que é crime? A Ofélia é que está a dizer que é crime. Qual Regimento? O Regimento fala em disciplinares, criminais, etc., desculpem lá.

Meus amigos, o Partido Socialista trouxe aqui algo para clarificar e para dar força. Desculpem lá, o que nós estamos aqui a fazer é que toda a gente que trabalhou, que fez o esforço, o seu nome seja reconhecido.

Correu tudo bem, não correu? Correu tudo bem? Mas, qual crime? Meus amigos, o objetivo da comissão de inquérito é reforçar a confiança nos nossos serviços.

Não vale a pena.

A outra questão, sobre a comissão de acompanhamento. Dra. Ofélia, uma coisa é ser membro da Assembleia Municipal, da Oposição, neste caso, do PS; outra coisa é ser membro... Não, os esclarecimentos vêm tarde e a más horas, e quando vêm. Portanto, eu não acompanho realmente nada.

Agora, que a Dra. Ofélia tenha relações especiais com a Câmara, porque são todos do seu Partido, e tenha informação, isso é um problema que não tenho. Entende? Eu estou aqui enquanto membro da Assembleia Municipal, e quero essa informação, e não existe. Acabou, é só por isso.”

Ponto 2.12. Criação de uma Comissão de Acompanhamento dos projetos Recuperação de Pombal. Apresentação, discussão e votação da Proposta do Partido Socialista;

Foi presente à Assembleia a proposta do Partido Socialista sobre o assunto mencionado em epígrafe, que a seguir se transcreve

“Ao Ex. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Apresentação de Proposta para a reunião da Assembleia Municipal.

Assunto: Criação de uma Comissão de Acompanhamento dos projetos Recuperação de Pombal.

Ponto 2.2 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal da Assembleia Municipal de 28/02/26.

1- A depressão “Kristin” provocou danos significativos no concelho de Pombal, com impacto relevante nas populações, no tecido empresarial, nas infraestruturas críticas e na prestação de serviços essenciais, com constrangimentos prolongados no acesso à eletricidade, abastecimento de água e telecomunicações, evidenciando vulnerabilidades estruturais que importa analisar e corrigir.

2- Os próximos tempos vão ser dominados pela elaboração de planos e sua execução para a recuperação das infraestruturas básicas, da recuperação funcional das empresas e das habitações danificadas, e também do nosso meio florestal, bem como continuar no esforço de apoio continuado às nossas populações.

3- Esse papel está a ser desenvolvido e coordenado pela Câmara Municipal, como entidade competente e responsável por esse gigantesco trabalho, seja em termos de definição das prioridades de atuação, tipos de financiamento e mecanismos de fiscalização, adequando os seus meios operacionais e humanos, como criando sistemas de acompanhamento administrativo interno.



MUNICÍPIO DE POMBAL

4- Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo e fiscalizador da atividade do Executivo, deve, nos próximos anos, ter um papel ativo e autónomo na apreciação e validação política de todo este processo de reconstrução, para além da informação relatórios regulares fornecidos por aquele Executivo Camarário. Afinal, a transparência, a prestação de contas e o reforço da confiança dos cidadãos nas instituições locais constituem pilares essenciais do poder local democrático;

Pelo exposto acima, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea b, do n.º 1, do art.º 49º do Regimento da Assembleia Municipal (RAM), a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária em 28 de fevereiro de 2026, delibera:

a) Constituir uma Comissão de Acompanhamento dos programas de Recuperar Pombal (Recuperação e Resiliência), constituída por 3 membros eleitos da Assembleia Municipal, sendo 1 indicado pelo PSD, um pelo PS e outro pelo Grupo de Cidadãos “Pombal Independentes”;

b) A Comissão terá a duração inicial de 12 meses, prorrogável por deliberação da Assembleia Municipal;

c) A Comissão deverá ter um enfoque principal na avaliação e controlo político do grau de cumprimento das prioridades definidas nos vários planos, dos orçamentos estabelecidos e nas fiscalizações efetuadas, garantindo que o esforço municipal abrange todos os territórios, com justiça e equidade na repartição dos apoios municipais ou outros.

d) A Comissão deverá reunir mensalmente e elaborar um relatório a enviar para a Assembleia Municipal, para conhecimento e eventual deliberação.

e) A Comissão terá os demais poderes e competências previstas nos números 4 a 8 do artº 49 do Regimento da Assembleia Municipal.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Amândio Neves, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Carla Leitão, João Coucelo, João Santos, Ana Maria Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Maria Adelaide, Válder Santos, Pedro Ferraz, Elisabete João, Filipa Portela, José Sousa, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sofia Gonçalves, Matilde Marques, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, João Pimpão dos Santos, Ricardo Simões, Carla Longo, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a proposta do Partido Socialista a votação, foi a mesma rejeitada com 27 votos contra, 2 abstenções dos membros do Oeste Independentes (Hugo Silva e Amândio Neves) e 4 votos a favor dos membros do Partido Socialista (Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira e Carla Leitão).

Ponto 2.13. Criação de uma Comissão de Inquérito à atuação do Sistema Municipal de Proteção Civil de Pombal. Apresentação, discussão e votação da Proposta do Partido Socialista.

Foi presente à Assembleia a proposta do Partido Socialista sobre o assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se transcreve:

“Apresentação de Proposta para a reunião da Assembleia Municipal.

Assunto: Criação de uma Comissão de Inquérito à atuação do Sistema Municipal de Proteção Civil de Pombal.

Ponto 2.2 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal da Assembleia Municipal de 28/022/26.



MUNICÍPIO DE POMBAL

1- A depressão “Kristin” provocou danos significativos no concelho de Pombal, afetando gravemente a vida das pessoas, as atividades económicas e empresariais, com constrangimentos prologados no acesso à eletricidade, água e telecomunicações.

Tivemos um concelho “sem luz e sem informação” durante vários dias, onde as populações tiveram a sensação de terem sido “abandonadas”, pois não vislumbraram nenhuma pessoa, entidade, responsável a quem pudessem apelar.

2- Acontece que a resposta dada/visível pelo serviço municipal de Proteção Civil de Pombal (adiante designado SMPCP) parece ter sido tardio e com alegadas falhas no acionar preventivo do mesmo e nos alertas às populações, que podem indiciar o não cumprimento atempado dos procedimentos operacionais estabelecidos, através do não exercício de competências ou deveres funcionais atribuídos a cada um dos seus responsáveis, podendo ser alegadamente entendidos como “ação negligente”, no exercício legítimo daquelas funções.

3- Importa, assim, fazer um apuramento cabal sobre a atuação dos responsáveis do SMPCP durante o período anterior e posterior à ocorrência da passagem da depressão “Kristin”, para que as populações possam continuar a confiar naquele serviço e sigam convictamente os seus alertas e avisos.

Pelo exposto acima, nos termos e para os efeitos do previsto na alínea c, do n.º 1, do art.º 49º do Regimento da Assembleia Municipal (RAM), a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária em 28 de fevereiro de 2026, delibera:

a) Constituir uma Comissão de Inquérito ao SMPCP, constituída por 5 membros eleitos da Assembleia Municipal, sendo 3 indicados pelo PSD, um pelo PS e outro pelo Grupo de Cidadãos “Pombal Independentes”.

O âmbito da Comissão é analisar cronologicamente todos os procedimentos e ações desenvolvidas ou não por cada um dos responsáveis do SMPCP, desde que se teve conhecimento da passagem daquela depressão até ao passado fim de semana de 7 de fevereiro, com vista a apurar eventuais comportamentos negligentes, no exercício das suas funções.

c) A comissão terá o prazo de 3 meses, findo o qual deverá elaborar o respetivo relatório a entregar à Assembleia Municipal para apreciação e eventual deliberação.

d) A Comissão, no restante, funcionará e terá os poderes previstos nos números 4 a 8, do artº 49 do RAM.”

Participaram na votação os seguintes membros: Hugo Silva, Amândio Neves, Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira, Carla Leitão, João Coucelo, João Santos, Ana Maria Cabral, Maria Ofélia Moleiro, Maria Adelaide, Válder Santos, Pedro Ferraz, Elisabete João, Filipa Portela, José Sousa, Eusébio Rodrigues, Fernando Matias, Celso Mendes, Fernando Neves, Humberto Lopes, Sofia Gonçalves, Matilde Marques, Sandra Mendes, Alexandre Silva, Célio Dias, Nelson Matias, João Pimpão dos Santos, Ricardo Simões, Carla Longo, Isabel Costa, Daniel Ferreira e Rogério Santos.

Colocada a proposta do Partido Socialista a votação, foi a mesma rejeitada com 27 votos contra, 2 abstenções dos membros do Oeste Independentes (Hugo Silva e Amândio Neves) e 4 votos a favor dos membros do Partido Socialista (Manuel Santos, Rui Pinhão, Carla Mariza Pereira e Carla Leitão).

Nada mais havendo a tratar o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, deu por finalizados os trabalhos, eram 22 horas e 50 minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu Ana Maria Ferreira



MUNICÍPIO DE POMBAL

Pereira Duarte Cabral, (1.^a secretária), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente da Mesa:

A 1.^a Secretária:

A 2.^a Secretária: